

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013 (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE ANEXOS	5
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	8
MACROPROCESSOS FINALÍSTICO	10
MACROPROCESSOS DE APOIO	10
PRINCIPAIS PARCEIROS	10
INTRODUÇÃO	18
1. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	20
1.1 Planejamento da Unidade	20
1.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	20
1.2.1 Ações	20
1.2.1.1 Ações – OFSS	20
1.2.1.2 Análise Situacional	30
1.3 Informações sobre outros resultados da gestão	39
2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	39
2.1 Estrutura de Governança	39
2.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	40
2.3 Remuneração Paga a Administradores	42
2.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	42
2.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	42
2.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	43
2.4 Sistema de Correição	43
2.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	43
2.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	44
3 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
3.1 Execução das despesas	44
3.1.1 Programação	44
3.1.1.1 Análise Crítica	44
3.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	45
3.1.3 Realização da Despesa	45
3.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	45
3.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	46
3.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	46
3.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Exec. Diretamente pela UJ	47
3.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	48
3.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	48
3.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa	48
3.2 Transferências de Recursos	49
3.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	49
3.2.2 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	49
3.2.3 Análise Crítica	50
4 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	50
4.1 Estrutura de pessoal da unidade	50
4.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	50
4.1.1.1 Lotação	50
4.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	50
4.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	51
4.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	51
4.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	51
4.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	51
4.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	52
4.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	52
4.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	52

4.1.5 Cadastramento no Sisac	53
4.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	53
4.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	53
4.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	53
4.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	53
4.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	54
4.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	54
4.2.1 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	54
4.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ	54
4.2.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	55
4.2.4 Análise Crítica dos itens 4.2.2 e 4.2.3	56
4.2.5 Composição do Quadro de Estagiários	56
5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	57
5.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	57
5.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	58
5.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	58
5.2.2 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	58
5.3 Imóveis Locados de Terceiros	59
6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	59
6.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	59
6.1.1 Análise Crítica	60
7 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE	61
7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	62
8 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	62
8.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	62
8.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	62
8.2 Tratamento de Recomendações do OCI	64
8.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	64
8.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	66
8.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	70
8.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	72
8.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	72
8.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	72
8.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	72
9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	73
9.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.	73
9.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	73
9.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	73
10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	74
10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	74
10.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	74
10.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	74
10.4 Composição Acionária das Empresas Estatais	74
10.4.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	74
10.5 Relatório de Auditoria Independente	75
11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	75
11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	75
12 Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar	75
RESULTADOS E CONCLUSÕES	77

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro A.2 - Ações – OFSS	20
Quadro A.3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	40
Quadro A.4 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	42
Quadro A.5 - Síntese da Remuneração dos Administradores	43
Quadro A.6 - Programação de Despesas	44
Quadro A.7 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	45
Quadro A.8 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	45
Quadro A.9 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	45
Quadro A.10 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Val. Exec. Diretamente pela UJ	46
Quadro A.11 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	46
Quadro A.12 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Val. Exec. Diretamente pela UJ	47
Quadro A.13 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	48
Quadro A.14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	48
Quadro A.15 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	49
Quadro A.16 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	49
Quadro A.17 - Força de Trabalho da UJ	50
Quadro A.18 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	50
Quadro A.19 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	51
Quadro A.20 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	51
Quadro A.21 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	51
Quadro A.22 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	52
Quadro A.23 - Composição do Quadro de Servidores Inativos	52
Quadro A.24 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU	53
Quadro A.25 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	53
Quadro A.26 - Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	53
Quadro A.27 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	54
Quadro A.28 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	54
Quadro A.29 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	55
Quadro A.30 - Composição do Quadro de Estagiários	56
Quadro A.31 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	58
Quadro A.32 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	58
Quadro A.33 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	59
Quadro A.34 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	59
Quadro A.35 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
Quadro A.36 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	62
Quadro A.37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	62
Quadro A.38 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	64
Quadro A.39 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	66
Quadro A.40 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	72
Quadro A.41 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	72
Quadro A.42 - Composição Acionária do Capital Social	74

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964
Anexo II - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
Anexo III - Relatório de Auditoria Independente
Anexo IV - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar
Anexo V - Conclusões contidas no relatório da auditoria independente
Anexo VI - Informações sobre as ações de fiscalização

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
Quadro A.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia	Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	
Denominação Abreviada: CPRM	
Código SIORG: 000227	Código LOA: 32202
Código SIAFI: 495001	
Natureza Jurídica: Empresa Pública	CNPJ: 00.091.652/0014-01
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais	
Código CNAE: 7310-5	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2192-8252 (061) 3224-1616
Endereço Eletrônico: ouvidoria@cprm.gov.br	
Página na Internet: http://www.cprm.gov.br	
Endereço Postal: SGAN Quadra 603 – Conj. "J" – Parte A – 1º andar, CEP 70830-30, Brasília, DF.	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.	
Em 1994, a Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
O Decreto nº. 1.524, de 20 de junho de 1995, aprova o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
http://www.cprm.gov.br	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
495001	CPRM
495110	CPRM / Sede Brasília
495130	CPRM / Escritório Rio de Janeiro
495250	CPRM / Superintendência de Manaus
495260	CPRM / Residência de Porto Velho
495300	CPRM / Superintendência de Belém
495350	CPRM / Superintendência de Recife
495370	CPRM / Residência de Fortaleza
495400	CPRM / Superintendência de Salvador
495500	CPRM / Superintendência de São Paulo
495550	CPRM / Superintendência de Porto Alegre
495600	CPRM / Superintendência de Belo Horizonte
495650	CPRM / Superintendência de Goiânia
495710	CPRM / Residência de Teresina
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
29208	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
495001 / 495110 / 495130 / 495250 / 495260 / 495300 / 495350 / 495370 / 495400 / 495500 / 495550 / 495600 / 495650 / 495710	29208

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), inicialmente criada como empresa de economia mista pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil (SGB) pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de Junho de 1995, que, em seu artigo 4º, define que a CPRM tem por objeto:

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação;

Tem a missão corporativa de “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, advinda do preceito constitucional que delega à União a responsabilidade em prover o serviço oficial de geologia de âmbito nacional (Art. 21, item XV, da Constituição Federal).

Para cumprir sua missão, a CPRM/SGB atua em três áreas intrínsecas das geociências: Geologia (incluindo Aerogeofísica e Recursos Minerais), Recursos Hídricos e Geodiversidade, além de mobilizar imenso patrimônio profissional e tecnológico no desenvolvimento e manutenção de geotecnologias de suporte e divulgação de seu acervo, bem como na modernização e manutenção de laboratórios de análises minerais para suporte aos levantamentos geocientíficos e a outras instituições governamentais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL



ORGANOGRAMA FUNCIONAL

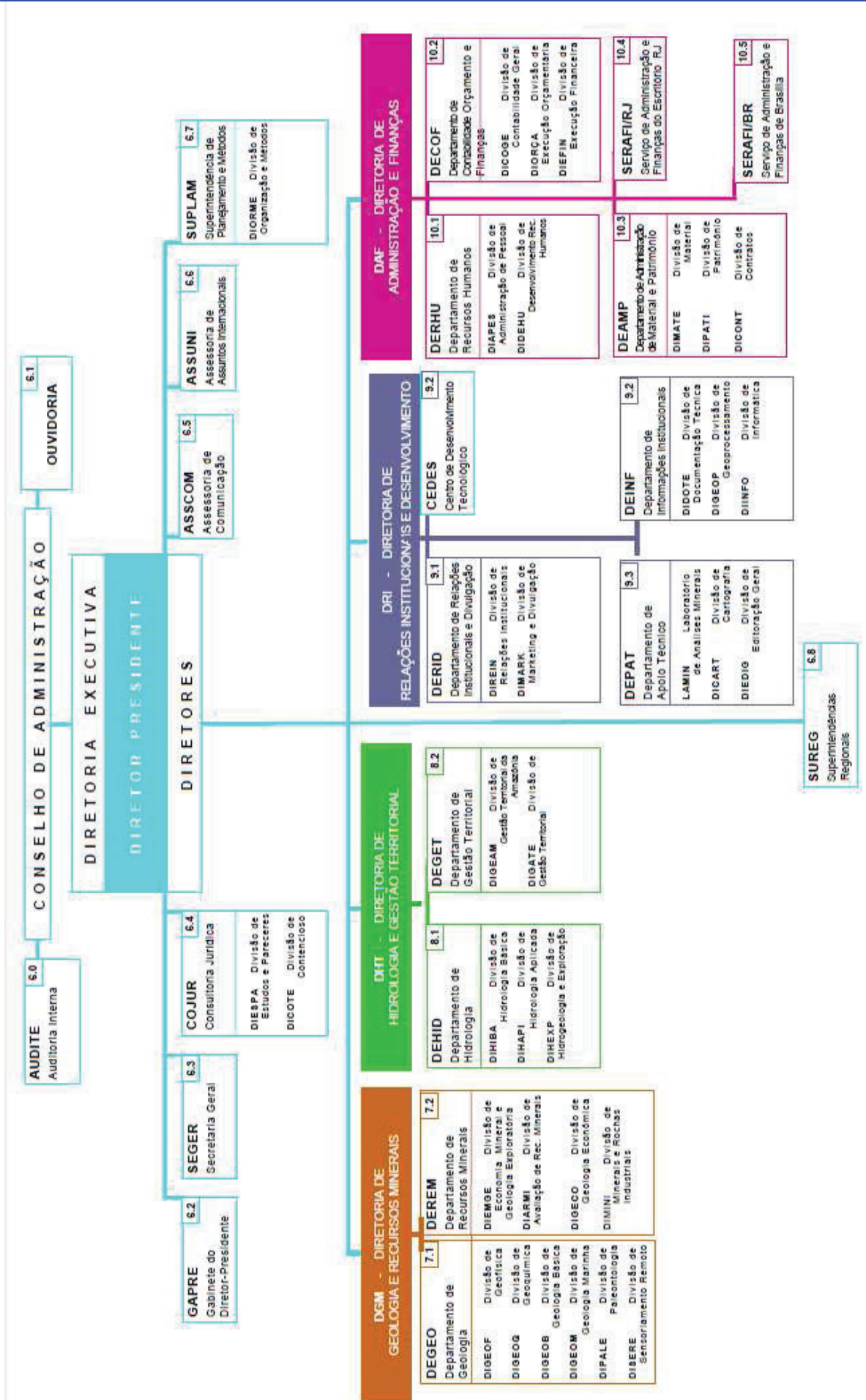
O acompanhamento da gestão da CPRM, em seus aspectos políticos, administrativos e de execução orçamentária, é realizado pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, aos quais está subordinada a Diretoria Executiva, liderada pelo Diretor-Presidente e integrada por quatro Diretorias, compreendendo:

- Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM): responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para a geologia básica e recursos minerais, incluindo as atividades de geofísica, geoquímica e cartografia regional.
- Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT): responsável por projetos de levantamentos de informações voltadas para recursos hídricos, geologia aplicada ao ordenamento territorial, gestão ambiental e riscos geológicos.
- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI): responsável pela gestão do acervo de dados da CPRM/SGB, geoprocessamento e divulgação das informações, laboratórios de apoio e pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), além dos contatos interinstitucionais dentro do país.
- Diretoria de Administração e Finanças (DAF): responsável pela gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos da Empresa.

À Área da Presidência vinculam-se órgãos de atuação supradiretorias, comitês e comissões permanentes, além das Superintendências Regionais. Em termos de modelo de gestão, a Diretoria Executiva corresponde ao nível estratégico, que define e repassa as macrodiretrizes institucionais e promove a interface com os órgãos de controle, o governo e a sociedade.

Os Departamentos compõem o nível gerencial por excelência, aos quais cabe coordenar e supervisionar a execução dos projetos, em consonância com as diretrizes estratégicas superiores. Já as Superintendências Regionais, com suas Residências e Núcleos de Apoio distribuídos por todo o território nacional, constituem o nível executivo e operacional encarregado diretamente pela execução dos projetos, observando as diretrizes técnicas e disponibilidade orçamentária de cada empreendimento.

O Organograma Funcional é mostrado a seguir, e a descrição completa das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da CPRM é definida por normativos internos da empresa.



MACROPROCESSOS FINALÍSTICO

A CPRM, embora já tenha empreendido algumas iniciativas de modernização de sua estrutura administrativa, objetivando adotar a gestão por processos, ainda mantém sua estrutura organizada por funções. De qualquer forma, pode-se extrair da estrutura atual o que seriam os macroprocessos finalísticos da CPRM, a saber:

- Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM):
 - Macroprocesso: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 1: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 2: Avaliar o potencial mineral
 - Processo 3: Realizar levantamentos aerogeofísicos
 - Processo 4: Realizar levantamentos geoquímicos
 - Processo 5: Realizar levantamentos geológicos marinhos
- Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT):
 - Macroprocesso: Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade
 - Processo 1: Realizar levantamentos hidrogeológicos
 - Processo 2: Realizar levantamentos da geodiversidade
 - Processo 3: Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos
 - Processo 4: Monitorar sistemas de alerta hidrológicos
- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI):
 - Macroprocesso: Gerir informações geocientíficas
 - Processo 1: Realizar análises laboratoriais
 - Processo 2: Gerir o Banco de Dados Geocientíficos
 - Processo 3: Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos

MACROPROCESSOS DE APOIO

O mesmo raciocínio aplicado no item 1.3 se aplica aos macroprocessos de apoio, a saber:

- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI):
 - Macroprocesso: Gerir Tecnologia de Informação e Comunicação
- Diretoria de Administração e Finanças (DAF):
 - Macroprocesso 1: Gerir recursos humanos
 - Macroprocesso 2: Gerir recursos orçamentários e financeiros
 - Macroprocesso 3: Prestar suporte administrativo

PRINCIPAIS PARCEIROS

Parcerias Com Instituições Nacionais

Compreendem as parcerias iniciadas em 2013 e as que continuam em vigor por meio de termos aditivos a convênios, contratos e acordos de cooperação técnica, com instituições federais, estaduais, municipais e entidades de ensino.

Instituições Federais

INSTITUIÇÃO	OBJETO
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA	Manutenção, instalação e operação de estações de monitoramento da Rede Hidrometeorológica sob a responsabilidade da ANA.
	Desenvolvimento de ações conjuntas referentes à integração e modernização das redes hidrometeorológicas em Minas Gerais.

INSTITUIÇÃO	OBJETO
AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP	<p>Estabelecer as bases para cooperação e apoio técnico e operacional entre a ANP e CPRM, visando a ampliação do conhecimento geológico das Bacias Sedimentares Brasileiras.</p> <p>Estabelecer condições, critérios e forma de pagamento de todas as despesas condominiais (ANP - 54,41% e CPRM - 45,49%).</p> <p>Ampliação do conhecimento na área de petróleo e gás natural e recursos hídricos.</p>
BANCO DO BRASIL S.A	<p>Concessão de crédito imobiliário, através de financiamento à aquisição pessoa física aos empregados da CPRM.</p> <p>Utilização, pela CPRM, de sistema informatizado de licitações, denominado Licitações-e.</p> <p>Visa proceder anualmente ao pagamento do PASEP.</p>
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. – BNB	Prestação de serviços de assistência técnica na avaliação de acompanhamentos de projetos financiados pelo BNB.
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Realizar ações educacionais em atendimento ao Programa Pró Equidade de Gênero e Raça da CPRM.
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM	<p>Geração de conhecimentos, inclusão social e o desenvolvimento da Amazônia Legal Brasileira, a serem realizados no SIPAM.</p> <p>Realização de atividades conjuntas na consecução do projeto denominado “Implantação de Cartografia da Amazônia”.</p>
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN	Cooperação mútua visando programa de trabalho de pesquisa e desenvolvimentos técnicos na área da geociências.
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL – DNPM	<p>Desenvolvimento de ações visando promover a gestão, a curadoria, pesquisa e divulgação do acervo, bem como a captação de recursos e revitalização do Museu de Ciências da Terra.</p> <p>O DNPM autoriza a CPRM a usar a sala nº 7, localizada no prédio que abriga a Sede do 18º Distrito do DNPM/SE.</p> <p>Regulamentar rateio, pelo critério proporcional da área ocupada do prédio que abriga a sede do 18º Distrito do DNPM/SE.</p>
EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS – NUCLEBRAS	Prestação recíproca de assessoramento especializado, troca de informações e cessão de equipamentos.
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	Desenvolvimento de instrumentos de gestão das águas do semi-árido. A CPRM participará somente como interveniente técnica.
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GSI/PR	Disponibilização e o uso mútuo de informações e tecnologia no âmbito do Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GEO-PR e do Banco de Dados – GEOBANK.
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	Execução das revitalizações e acompanhamento técnico das obras de perfuração de poços em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – INMETRO	<p>Desenvolvimento de Procedimentos e Técnicas Analíticas para Controle Metrológico da Água Mineral.</p> <p>Ação conjunta integrada para o desenvolvimento de cooperação técnica e científica entre a CPRM e o INMETRO.</p>
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA	Estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnico - científica entre os Partícipes.
INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – INSS	Prestação de serviços de benefícios previdenciários.
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI	Prospecção em terreno sedimentar na Bacia Potiguar, nas proximidades da Vila Jucuri, Mossoró/RN, incluindo a perfuração de um poço estratigráfico com cerca de 600 m de profundidade.
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME	Execução de ações programadas do Projeto META, apoiando e investindo no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias dos setores de geologia mineral.
PETRÓLEO BRASILEIRO SA – PETROBRÁS	<p>Assessoramento técnico, troca de informações e cessão de equipamentos.</p> <p>Prestação de assistência e colaboração recíproca.</p>

INSTITUIÇÃO	OBJETO
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM	Desenvolver ações conjuntas entre SGM, o DNPM e a CPRM, visando maior desempenho de suas atividades, na execução de Programas, Ações e Projetos de interesse comum.
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS - SRH	Compartilhamento de Dados e Informações de Águas Subterrâneas, no âmbito do Estado da Bahia.
	Monitoramento dos Aquíferos Costeiros da Região Metropolitana do Recife – PE

Instituições Estaduais

INSTITUIÇÃO	OBJETO
AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE ÁGUAS – AESA	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado da Paraíba, através do SIAGAS.
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM	Assessoramento técnico, troca de informações e cessão de equipamentos.
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM	Levantamentos aerogeofísicos magnetométricos e gamaespectrométricos no Estado da Bahia.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG	Conjugação de esforços e efetiva participação dos partícipes para a realização de levantamentos aerogeofísicos magnetométricos e gamaespectrométricos no Estado de Minas Gerais.
	Levantamento, compilação e atualização de informações geológicas e de recursos minerais de Minas Gerais na escal 1.1000.000, ambiente GIS.
COMPANHIA DE ENGENHARIA RURAL DA BAHIA – CERB	Compartilhamento de Dados e Informações de Águas Subterrâneas, no âmbito do Estado da Bahia.
	Cooperação técnico-científica no desenvolvimento de estudos e projetos no campo dos recursos hídricos e consultoria especializada para o desenvolvimento de sistema de informações geográficas.
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO PARÁ – COSAMPA	Execução de trabalho hidrológico no PARÁ.
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DRM/RJ	Mapeamento geológico e dos recursos minerais, da Folha Itaboraí.
SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA DA BAHIA	Execução de projeto de TURFA em 03 áreas requeridas pela CPRM na Bahia.
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES-RO	Cooperação para execução de projetos visando o levantamento geológico e geofísico e mapeamento geológico no estado de Rondônia.
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL – SDS-SC	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado de Santa Catarina, através do SIAGAS.
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR – FEEM/RJ	Oferecer a 35 adolescentes patrulheiros a oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento funcional.
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FEMACT/RR	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado de Roraima, através do SIAGAS.
GOVERNO DA PARAÍBA – SUDEMA	Cooperação na área de produção e sistema de informações geoambientais de apoio ao planejamento do uso do solo e a gestão de recursos naturais da Paraíba.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E MEIO AMBIENTE – SEPLAN/PE	Cooperação técnico-científica no campo das ciências da terra e ambientais.
SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN/RR	Execução de projetos de estudos de recursos minerais e de interesse à gestão territorial, no Estado de Roraima.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPE/AM	Medidas de natureza preventiva e corretiva com vistas a impedir a proliferação de assentamentos humanos em área de risco na capital do Estado do Amazonas (Manaus)

INSTITUIÇÃO	OBJETO
SECRETARIA DE EST. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD	Incluir a CPRM através de Termo Aditivo, ao Convênio firmado entre a SEMAD e a FEOP.
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ – SEICOM/AP	Intercâmbio de informações e tecnologia para implantação de banco de dados geológicos, de modelo compatível com o GEOBANK.
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ – SEMA/AP	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas, através do uso do Programa de Entrada de Dados do SIAGAS.
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – SEDAM	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas, através do uso do Programa de Entrada de Dados do SIAGAS.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE – SEMA/AC	Compartilhamento de dados de informações de águas subterrâneas, no âmbito do Estado do Acre, ATRAVÉS DO USO DO Programa de Entrada de Dados do SIAGAS.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMA	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado da Paraná, através do SIAGAS.
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ – SEMA/PA	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado da Pará, através do SIAGAS.

Instituições Municipais

INSTITUIÇÃO	OBJETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA – MANAUS	Operacionalização do Programa Universidade do Meio Ambiente – UNIAMBIENTE.

Universidades e Entidades de Ensino

INSTITUIÇÃO	OBJETO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ – ESAM	Assessoramento técnico, troca de informações, empréstimo ou cessão de equipamentos.
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ – ETFPa	Cooperação técnico-científica e de recursos humanos.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP	Cooperação técnico-científica no desenvolvimento de estudos e projetos no campo das geociências e do sistema de informações geográficas.
	Execução de análises geocronológicas em programas de interesse mútuo e programas de treinamento de pessoal.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UMICAMP	Cooperação técnico-científica no campo das geociências e de sistemas de informação geográfica.
	Participação conjunta na desenvolvimento de projeto no campo das geociências.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA	Cooperação técnico-científica no desenvolvimento de estudos e projetos no campo das geociências e de sistema de informações geográficas.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	Cooperação administrativa e técnico-científica para administração, operação e manutenção do projeto de uma rede avançada, de alto desempenho de provimento de conectividade óptica na região metropolitana de Goiânia.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP	Programa de estudos e pesquisas nos campos da geologia e tratamento de minério.
	Curso de especialização em Metalogenia do Ouro e Metalogênese Geral.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO	Intercâmbio de informações nas áreas de paleontologia, micropaleontologia, bioestratigrafia e treinamento e capacitação técnica de pessoal.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Cooperação mútua, treinamentos e trabalhos técnicos no campo da geologia e mineração.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ	Cooperação técnico-científica no campo das geociências e do sistema de informações geográficas.

INSTITUIÇÃO	OBJETO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN	Treinamento de pessoal técnico; estágios; aquis. e permuta de equip., veículos etc.; dados geológicos e geofísicos; permuta entre dados e informações; apoio na operação e manut. de equip. geológicos e geofísicos e parceria na divulgação/publicação das informações.
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ	Estudos e projetos no campo da geociências e do sistema de informações geográficas.

Convênios para concessão de estágio curricular mediante bolsa com as seguintes universidades e entidades de ensino:

- Associação Baiana de Ensino Superior – Abes – Faculdade Mauricio de Nassau
- Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina
- Associação Carioca de Ensino Superior
- Associação Educacional São Paulo Apóstolo – Univercidade
- Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM
- Associação Objetivo de Ensino Superior – ASSOBE
- Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José – FAJESU
- Centro Educacional de Realengo com Interveniência Universidade Castelo Branco – UCB
- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis – RJ – CEFET Química
- Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
- Centro Universitário do Estado do Pará
- Centro Universitário Plínio Leite – UNIPLI
- Centro Universitário UNA
- Cotemig – Colégio e Faculdade
- Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ
- Escola Técnica de Formação Gerencial – Sebrae – ETFG
- Faculdade Bethencourt da Silva – Fabes
- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte – FACISABH
- Faculdade de Engenharia de Minas Gerais – FEAMIG
- Faculdade do Pará – FAP
- Faculdade Ideal – FACI
- Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ
- Faculdade Piauiense – FAP
- Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA
- Fundação Educacional de Caeté – FEC
- Fundação Universidade de Brasília – UNB
- Galileo Administradora de Recursos Educacionais SA – Centro Universitário da Cidade – Univercidade.
- Gama Escola Técnica e Profissionalizante
- Governador Dirceu Mendes Arcoverde – CEPTI
- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
- Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IERS
- Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ILES/ULBRA
- Instituto Tecnológico e Ambiental da Amazônia – ITAM
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC

- Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEEMG
- Sociedade Brasileira de Ensino Superior Ltda
- Sociedade Educacional Riograndense Ltda. – FTEC
- União Para Formação, Educação e Cultura do Abc – UNIFEC
- Universidade Candido Mendes – Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro – UCAM
- Universidade da Amazônia
- Universidade de São Paulo – USP
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
- Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
- Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
- Universidade do Vale do Rio Dos Sinos – UNISINOS
- Universidade Estadual de Montes Claro – UNIMONTES
- Universidade Estadual de Roraima – UERR
- Universidade Estadual do Piauí – UESPI
- Universidade Federal da Bahia – UFBA
- Universidade Federal de Goiás – UFG
- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
- Universidade Federal de Roraima – UFRR
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Universidade Federal do Amazonas – UFAM
- Universidade Federal do Ceará – UFC
- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNI-RIO
- Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- Universidade Federal do Pará – UFPA
- Universidade Federal do Paraná – UFRR
- Universidade Federal do Piauí – UFPI
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
- Universidade Federal Fluminense – UFF
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
- Universidade Gama Filho – UGF
- Universidade Paulista
- Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC
- Universidade Veiga de Almeida – UVA

Instituições da Sociedade Civil

INSTITUIÇÃO	OBJETO
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE	Desenvolvimento de atividades conjuntas, que proporcionem a promoção da integração do Aprendiz ao mercado de trabalho.
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA – CIEE	Desenvolvimento de atividades conjuntas, que proporcionem a promoção da integração do Aprendiz ao mercado de trabalho, e a sua formação para o trabalho.
COOPERATIVA DE CATADORES DO COOPQUITUNGO	Coleta de resíduos recicláveis descartáveis.

INSTITUIÇÃO	OBJETO
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC	Cooperação técnico-científica no campo das geociências e do sistema de informações geográficas.
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS – CETEC	Contratação de projeto de pesquisa, treinamento de pessoal, utilização de instalações e equipamentos.
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FUNDEP/UFMG	Prestação de serviços de consultoria e pesquisas técnico-científicas nas áreas de geologia, exploração mineral e geoestatística, através do IGC-UFMG.
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE OURO PRETO – FEOP	Estudos acerca da disponibilidade hídrica subterrânea da região norte do Estado de Minas Gerais.
FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO – FJB	Execução de serviços que visem a editoração de cartas e mapas temáticos sob a orientação do IG/UFRJ.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	Cooperação mútua para execução de pesquisas e trabalhos técnico-científicos em geologia e geofísica.
	Implantar infraestrutura voltada aos estudos mineralógica de tecnologia exploratória.
INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS	Compartilhamento de dados e informações de águas subterrâneas no âmbito do Estado de Tocantins, através do SIAGAS.
METAIS DE MINAS GERAIS – METAMIG	Assistência técnica e colaboração recíproca.
	Constituição de um fundo de fomento ao descobrimento e aproveitamento de recursos do estado de Minas Gerais.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA – SBG	Cooperação mútua na área de informática.

Parceiros Internacionais

INSTITUIÇÃO	OBJETO
ASOCIACIÓN DE SERVICIOS DE GEOLOGÍA Y MINERÍA IBEROAMERICANOS – ASGMI	Estabelecer diretrizes para elaboração de acordos na área serviços geológicos das nações ibero-americanas.
BRITISH GEOLOGICAL SURVEY – BGS	Desenvolver cooperação técnico-científica no campo da geologia, hidrogeologia e meio ambiente.
CHINA GEOLOGICAL SURVEY	Prover condições para permuta de conhecimentos científicos e técnicos.
DIREÇÃO DE GEOLOGIA QUEBEC	Implementação de 01 laboratório de imagens e implantação de 01 sistema de informação na área de geociências.
GEOLOGICAL SURVEY OF CANADÁ	Cooperação em investigações conjuntas e intercâmbios científicos no que se refere as ciências geológicas.
INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DEVELOPPEMENT – IRD	Cooperação e o intercâmbio com base nos princípios de igualdade, reciprocidade e benefício mútuo.
	Desenvolver programas de pesquisa, relacionado à hidrologia, hidrogeologia e paleoclimatologia e geoquímica, e sua interrelações com o meio ambiente da Bacia Hidrográfica Amazônica.
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN GEOLÓGICO MINERO-METALÚRGICO – INIGEMM – EQUADOR	Capacitação técnica e transferência de conhecimento nas áreas de Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, Riscos Geológicos e Hidrologia.
MME OF NAMÍBIA	Cooperação em pesquisa e intercâmbio científico, no campo das ciências geológicas.
SERVICIO NACIONAL DE GEOLOGIA Y TÉCNICO DE MINAS – SERGEOTECMIN BOLÍVIA	Promover intercâmbio e cooperação no campo das Ciências da Terra com base na igualdade, reciprocidade e benefício mútuo.
SERVIÇO GEOLÓGICO DA FINLÂNDIA	Cooperação em investigações e intercâmbio científico, no campo das ciências geológicas.
AGÊNCIA JAPONESA DE CIÊNCIAS DO MAR E DA TERRA E UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP	Estabelecer o programa geral de atividades da iniciativa conjunta para o cruzeiro de pesquisa no Atlântico Sul a bordo do navio de pesquisa Yokosuka e do submarino de pesquisa de alta profundidade Shinkai – 6500.

Além dos acordos e convênios acima citados, a CPRM efetuou atividades em comum com as seguintes instituições internacionais:

- Agence Nationale de la Recherche (ANR) – França
- Bureau de Recherches Géologiques et Minières (BRGM) – França
- Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) – França
- Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Organização dos Estados Americanos (DDS-OEA)
 - Geological and Mining Service (GMD) – Suriname
 - Guyana Geological and Mines Commission (GGMC) – Guiana
 - Instituto Geológico de Angola (IGEO)
 - International Seabed Authority (ISBA)
 - Japan International Corporation Agency (JICA) – Japão
 - National Institute of Advanced Industrial Science and Technology (AIST) – Japão
 - Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM) – Cuba
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
 - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
 - Serviço Geológico da Argentina (SEGEMAR) – Argentina

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as práticas dos atos da gestão da Unidade Jurisdicionada empreendidas no exercício de 2013, com o intuito de proporcionar uma visão completa das principais realizações da gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório foi elaborado seguindo as orientações da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013.

De acordo com classificação contida no Anexo I da DN TCU nº 127/2013, o relatório de gestão será apresentado individualmente. A estrutura se baseia no Anexo III à Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e segregada em 04 (quatro) seções, que detalhamos a desta maneira: Introdução; Desenvolvimento; Resultado e Conclusões; e Anexos.

Desta forma, em concordância com as orientações do Anexo III à DN – TCU nº 127/2013, informamos a seguir os itens da Portaria TCU 175/2013 que não se aplicam à realidade da Unidade Jurisdicionada e o respectivo motivo da não aplicação:

- **2.2.1 Programa Temático/2.2.1.1 Análise Situacional:** Não se aplica à CPRM pelo motivo de não ter Programas Temáticos sob a responsabilidade da empresa.
- **2.2.2 Objetivo/2.2.2.1 Análise Situacional:** Não se aplica à CPRM pelo motivo de não ter Objetivos sob a responsabilidade da empresa.
- **2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS:** Não se aplica à CPRM.
- **2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS:** Não se aplica à CPRM.
- **2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI:** Não se aplica à CPRM.
- **3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores:** Os Administradores da CPRM não possuem remuneração variável.
- **4.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios:** Não houve no período.
- **4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse:** Não houve no período.
- **4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ:** Não se aplica à CPRM.
- **6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional:** Não se aplica à CPRM.
- **5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada:** Não se aplica à CPRM.
- **5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico:** Não se aplica à CPRM.
- **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:** No houve situação identificada no exercício de 2013.
- **5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão:** A CPRM não possui terceirizados em atividades no seu Plano de Cargos.
- **9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício:** Não houve Deliberações em 2013.
- **11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora:** Não se aplica à CPRM.

O Serviço Geológico do Brasil deu continuidade no exercício de 2013 aos seus esforços para atingir as metas estabelecidas para suas ações finalísticas, conseguindo empenhar 99% do seu orçamento disponibilizado.

Também consolidamos a transferência da gestão do Museu de Ciências da Terra – MCTer para a CPRM. Importante referência para a comunidade geocientífica, além de garantirmos o seu funcionamento rotineiro, trabalhamos no sentido de buscar a revitalização do MCTer, o que envolverá obras civis e de restauração.

Destacamos a continuidade do esforço empreendido na área de desastres naturais, compreendendo o risco geológico e os fenômenos hidrológicos extremos. Sob o acompanhamento direto da Casa Civil da Presidência da República, atingimos as metas estabelecidas para 2013 ao concluirmos mapas de setorização de risco a movimentos de massa e inundações em 264 municípios com risco alto ou muito alto a esses tipos de desastres, e também 94 cartas municipais de susceptibilidade a movimentos de massa e inundações.

Reafirmamos ainda o compromisso da CPRM na aplicação das melhores práticas na gestão de pessoas, na contínua capacitação da sua equipe e na modernização dos seus processos técnicos e administrativos, buscando manter um nível de eficiência compatível com o incremento das atividades que vêm caracterizando nossa empresa nos últimos anos.

1. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

1.1 Planejamento da Unidade

As diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a geologia são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual está vinculada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB), que tem por objeto subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento e da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.

Assim sendo, o grande delineamento estratégico da empresa é emanado do Governo Federal. No último período as diretrizes estratégicas foram:

- ❖ A preparação da empresa para operar sob a vigência do novo *Marco Regulatório da Mineração*, quando ela será responsável por assessorar o novo Conselho Nacional de Mineração na definição dos blocos para licitação;

- ❖ A execução de projetos previstos no Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais, que contribuem para o enfrentamento dos riscos decorrentes dos desastres naturais, tais como o *Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos* e a elaboração de *Mapas de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundação*;

- ❖ A implantação de *Rede Estratégica de Poços no Semiárido Brasileiro*, no âmbito da Frente Nacional de Emergência – Seca, que consiste na perfuração de 24 poços profundos captando os aquíferos mais produtores das bacias sedimentares do semiárido nordestino, e produzindo uma vazão total de água em torno de 50 milhões de litros/dia, com qualidade adequada para consumo humano, beneficiando cerca de um milhão de pessoas a uma taxa de 50 litros/habitante/dia.

Considerando que as diretrizes estratégicas para o período 2013-2014 estão dadas, a CPRM vem se empenhando a partir de 2013 para otimizar o gerenciamento dos projetos finalísticos, vez que seus produtos são entregues aos clientes através de projetos. Atualmente são 15 ações finalísticas, com 24 metas definidas no processo de planejamento do PPA 2012-2015.

Neste sentido, a CPRM está implantando um “Escritório de Gestão de Projetos – EGP”, que contribui para o devido planejamento do projeto e, posteriormente, para que os projetos evoluam conforme o planejado. O EGP também apoia os gerentes dos projetos na metodologia, e obtém periodicamente informações estruturadas de sua execução, permitindo o acompanhamento pela direção da empresa.

Atualmente a equipe do EGP, composta por seis profissionais de nível superior, está em processo de formação técnica, e um projeto-piloto na Diretoria de Geologia e Mineração encontra-se em andamento com resultados expressos na melhoria do desempenho físico e financeiro.

Quanto ao planejamento estratégico propriamente dito, a empresa está se preparando para realizá-lo no início de 2015, no início do novo período de gestão 2015-2018.

1.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

1.2.1 Ações

1.2.1.1 Ações – OFSS

Quadro A.2 - Ações – OFSS

Identificação da Ação		
Código	20L9	Tipo: Atividade
Título	Informações de Alerta de Cheias e Inundações	
Iniciativa	00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco	
Objetivo	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais	Código: 0173

Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		Código: 2040	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.500.000	3.500.000	3.471.412,23	2.429.857,08	2.169.797,02	261.195,98	1.041.555,15
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Atender 22 municípios com sistemas de alerta de cheias e inundações			Município atendido	22	22	22
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.705.154,06	1.503.569,94	7.733,52				

Identificação da Ação						
Código	20LA		Tipo: Atividade			
Título	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos					
Iniciativa	02CR Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas					
Objetivo	Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.				Código: 0602	
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		Código: 2040	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.402.133	26.402.133	26.362.380,20	12.362.667,71	6.951.453,76	5.956.684,43	13.999.712,49
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.			Município atendido	286	250	264
Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.			Município atendido	95	95	92
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.847.102,47	4.513.676,79	39.210,42				

Identificação da Ação		
Código	2B53	Tipo: Atividade
Título	Produção Laboratorial de Análises Minerais – LAMIN	
Iniciativa	0016 Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais – LAMIN	

Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.					Código: 0032
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.567.237	7.567.237	7.524.401,84	3.952.452,15	2.709.179,77	1.415.937,69	3.571.949,69
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Quantidade de análises realizadas na Rede LAMIN		Análise realizada	40.000	40.000	90.102	
Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN		Laboratório implantado	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.396.509,09	3.849.070,51	15.946,30				

Identificação da Ação						
Código	2B51			Tipo: Atividade		
Título	Gestão da Informação Geológica					
Iniciativa	0018 Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.					Código: 0032
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.547.449,00	22.547.449,00	22.387.136,87	11.144.394,42	8.723.032,49	2.625.256,54	11.242.742,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Quantidade de informações baixadas do Portal Web		Informação baixada (Tbytes)	1,7	15,0	32,5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
11.824.360,83	9.011.713,68	2.160.762,69				

Identificação da Ação						
Código	2398			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Geológicos					
Iniciativa	001C Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.266.133	17.266.133	17.083.341,43	9.540.958,04	6.449.663,79	4.438.737,55	7.542.383,39
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000		km ²	148.500	148.500	135.000	
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000		km ²	94.500	94.500	162.000	
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000		km ²	13.875	13.875	1.500	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
22.508.196,77	6.724.262,40	1.927.051,00				

Identificação da Ação						
Código	4872			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Aerogeofísicos					
Iniciativa	001C Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.004.000	55.004.000	54.967.731,45	11.986.409,39	11.612.526,79	571.635,13	42.981.322,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas		km ²	309.000	309.000	141.078	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
29.671.268,60	19.109.978,59	604.503,09	Área levantada	km ²	180.561

Identificação da Ação			
Código	2397	Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos Hidrogeológicos		
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade		
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código: 2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.940.000	17.940.000	17.479.649,96	7.051.363,45	4.389.281,41	3.069.275,54	10.428.286,51

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS	Poço cadastrado	28.000	28.000	11.935
Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros	Poço monitorado	250	250	57
Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas	Bacia com monitoramento implantado	2	2	0
Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos	Estudo ou mapeamento realizado	30	30	0

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
7.494.585,00	5.663.371,13	759.771,00			

Identificação da Ação			
Código	2D62	Tipo: Atividade	
Título	Levantamentos da Geodiversidade		
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade		
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.	Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código: 2041	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.070.953	1.070.953	975.246,32	632.561,01	622.706,72	36.307,03	342.685,31
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos		Mapa produzido	6	3	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
973.469,63	702.989,78	8.041,60				

Identificação da Ação						
Código	2D84		Tipo: Atividade			
Título	Levantamentos Geoquímicos					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.027.533	4.027.533	4.012.026,96	1.527.320,78	1.007.331,72	565.191,86	2.484.706,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade		Km ²	1.150.000	368.765	119.315	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
505.310,92	310.291,18	15.806,26				

Identificação da Ação						
Código	2399		Tipo: Atividade			
Título	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil					
Iniciativa	002I Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe					
Objetivo	Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.				Código: 0038	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.940.000	14.940.000	14.701.226,98	10.598.197,86	9.074.899,53	1.571.944,32	4.103.029,12
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio		Km ²	60.000	60.000	80.372	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.466.280,67	792.205,95	81.239,82	Área levantada	Km ²	20.000	

Identificação da Ação						
Código	20LD		Tipo: Atividade			
Título	Cooperação Técnico-Científica Internacional					
Iniciativa	002R Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM					
Objetivo					Código	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
159.999,00	159.999,00	13.349,80	12.508,66	12.508,66	0,00	841,14
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relatório produzido		Unidade	9	9	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação					
Código	20LB		Tipo: Atividade		
Título	Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)				
Iniciativa	002X Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)				
Objetivo					Código
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
330.001	330.001	26.900,63	24.886,20	24.886,20	551,29	2.014,43
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
55.142,64	55.029,15	0,00				

Identificação da Ação						
Código	20LC		Tipo: Atividade			
Título	Levantamentos Geológicos Marinhos					
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.				Código: 0991	
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.205.666	23.205.666	23.193.052,68	376.555,02	300.423,34	83.536,59	22.816.497,66
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande		km ²	30.000	30.000	0	
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA		km ²	36.667	36.667	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.551.761,58	2.225.976,66	16.410.060,09				

Identificação da Ação						
Código	7112		Tipo: Projeto			
Título	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)					
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.				Código: 0991	

Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.711.000	1.711.000	1.709.335,47	210.828,56	101.491,85	121.580,00	1.498.506,91
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relatório elaborado		Unidade	5	5	5	
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira		km ²	70.000	70.000	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.280.954,03	247.699,62	3.033.254,41				

Identificação da Ação						
Código	13E5		Tipo: Projeto			
Título	Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos					
Iniciativa	047K Exploração econômica de recursos minerais marinhos					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.				Código: 0991	
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000	1.250.000	1.175.233,99	1.175.233,99	1.175.233,99	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Autorização concedida		Unidade	1	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	125F		Tipo: Projeto			
Título	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina					
Iniciativa						
Objetivo					Código	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia		Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção		

Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000	2.600.000	2.397.589,91	1.583.064,61	1.583.064,61	0,00	814.525,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área recuperada		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
678.315,00	360.707,91	317.407,16				

Identificação da Ação						
Código	7U14			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Centro de Capacitação de Profissionais					
Iniciativa	0018 Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		Percentual de execução física	1	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	7U15			Tipo: Projeto		
Título	Construção de uma sala no prédio da CPRM em Boa Vista					
Iniciativa	0018 Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	

Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
250.000	250.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	Percentual de execução física	1		0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	8785			Tipo: Atividade		
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Iniciativa						
Objetivo						Código
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.980.062	4.980.062	4.972.616	4.856.258	4.560.268	302.905,87	116.446,57
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Não definida						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
181.130,83	175.481,59	255,01				

1.2.1.2 Análise Situacional

Ação 20L9 – Informações de Alerta de Cheias e Inundações

Foram atendidos vinte dois municípios no âmbito dos Sistemas de Alerta Hidrológicos – SAHs que já estão em operação (SAH Rio Doce, SAH Pantanal, SAH Manaus, SAH Cai). As seguintes atividades foram executadas neste exercício:

- Implantação de cinco novos SAHs, nas bacias do rio Acre, rio Branco, rio Muriaé, Rio Taquari e rio Parnaíba, envolvendo: aquisição e instalação de equipamento telemétricos, análises das séries hidrológicas históricas, campanhas de medições de descarga líquidas para definição de curvas chaves nas estações de interesse, adequação do sistema computadorizado de administração e previsão hidrológica e definição de modelo de previsão hidrológica;
 - Elaboração de termos de referências e adquiridos equipamentos de medição e coleta de dados hidrológicos;
 - Operação de quatro sistemas de alerta em Manaus, Pantanal e nas bacias dos rios Doce e Cai;
 - Implantação de Programa Computadorizado de Previsão de Cheias em oito bacias hidrográficas;
 - Produção de isoietas e equações IDF (informações hidrológicas) para compor os mapas de suscetibilidade de inundação de 100 municípios;
 - Análises estatísticas para compor os mapas de regionalização de três bacias hidrográficas, em processo de editoração;
 - Pesquisa científica no âmbito do projeto dinâmica fluvial no sistema Solimões/Amazonas, através de campanhas de manutenção de cinco estações hidrológicas e levantamento de dados de altimetria espacial para hidrometria. Foi divulgado trabalho científico no Simpósio de Sensoriamento Remoto.
 - Foi concluído o estudo de regionalização da bacia hidrográfica nº 50.
- A execução orçamentária atendeu as metas estabelecidas. A execução financeira foi comprometida pelo cronograma de aquisição de equipamentos.

Ação 20LA – Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos

Em relação à *Setorização de Riscos*, foram realizados mapeamentos em **264 municípios**, ultrapassando a meta reprogramada de 250 municípios. Os *mapeamentos de suscetibilidade* foram realizados em **92 municípios**, não sendo alcançada a meta de 95 municípios devido à *falta de recursos financeiros* a partir de novembro de 2013.

Os mapas foram apresentados e disponibilizados para representantes da prefeitura / defesa civil local em meio impresso e digital, sendo também enviado para CEMADEN, CENAD e MCidades.

O orçamento foi totalmente empenhado, sendo que mais de 50% ficou em restos a pagar, devido à falta de recursos financeiros no final do ano e empenho para pagamento de parcelas de contratos com fornecedores e de parcelas a vencerem em 2014.

Ação 2B53 – Produção Laboratorial de Análises Mineraiis – LAMIN

No ano de 2013 foram realizadas **90.102 determinações químicas e microbiológicas**. A superação em relação à meta física pactuada de 40.000 determinações químicas foi possibilitada pela implantação em rotina, ao longo de 2013, de novas metodologias analíticas, ampliando o escopo de parâmetros dos laboratórios da Rede LAMIN. Igualmente contribuiu para esta superação a descentralização dos estudos “in loco”, incorporando mais uma unidade capacitada a este serviço: o laboratório de Manaus. A instalação e colocação em operação de mais equipamentos analíticos, além de ações internas de otimização da produção foram tomadas de forma incrementar a produção dos laboratórios.

Até dezembro foram empenhados 99% dos recursos previstos em investimentos e custeio. Na execução trabalhou-se com a redução em 85% dos valores inscritos em restos a pagar em 2013. Este número reflete algum avanço nos procedimentos licitatórios e no acompanhamento e racionalização do uso dos recursos.

Porém, existem fatores externos que dificultam a liquidação dos empenhos ao final do ano corrente, tais como:

- Obras civis de custo elevado e longo prazo de execução (LAMIN-Caeté)
- Aquisição de equipamentos, consumíveis, reagentes e padrões importados cujo processo de importação é demorado e foge ao controle da CPRM;
- Grande número de contratos de manutenção de equipamentos variados, com datas de vencimento distribuídas ao longo do ano, para os quais é requerido empenho do valor integral antes da assinatura e cujo desembolso se dá ao longo de 12 meses;

A demora em alguns processos licitatórios de compra e manutenção acaba acumulando os empenhos no final do ano, atrasando a execução financeira. Por outro lado, o **contingenciamento de recursos financeiros** ocorrido de forma intermitente em 2013 também contribuiu sensivelmente para a geração de restos a pagar.

Esforço no sentido de resolver estas dificuldades está sendo empreendido. Acreditamos que a centralização das aquisições de reagentes, consumíveis e padrões por meio de registro de preços com alcance nacional, iniciada em 2013, tende a minorar os restos a pagar para as aquisições destes itens que representam uma parcela considerável do custeio.

Esta Ação compreende a implantação de quatro laboratórios analíticos (Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Caeté) no período 2012-2015, além de adequações em 12 laboratórios de preparação de amostras (Porto Alegre, Araraquara, Rio de Janeiro, Caeté, Salvador, Goiânia, Recife, Fortaleza, Teresina, Belém, Manaus e Porto Velho). Três laboratórios analíticos já estão implantados e produzindo, o que perfaz 75% da meta do PAC até 2014. O laboratório de Caeté encontra-se em plena execução das obras civis. Ressalve-se, no entanto, que o Laboratório do Rio de Janeiro, apesar de estar produzindo, ainda encontra-se na fase final das obras de reforma.

Entre os desafios imediatos a serem enfrentados estão a retomada da análise de materiais geológicos, ainda dependente da finalização das obras do laboratório do Rio de Janeiro. Já em Manaus, os equipamentos para esta finalidade estão instalados e a implementação de métodos analíticos ocorrerá em breve. Acreditamos que ao longo de 2014 estarão implantados em Manaus e Rio de Janeiro as análises de elementos maiores por fluorescência de Raios-X, análise mineralógica por difração de Raios-X e análises elementos traços e ultra traços por ICP-MS. Em relação aos doze laboratórios de preparação de amostras geológicas, todos estão produzindo e com a infraestrutura básica instalada (espaço físico e equipamentos). Alguns passam por pequenas adequações no espaço físico, como as obras nos laboratórios de Recife e Manaus, intervenções no laboratório de Belém (projeto de reforma e ampliação), além de investimentos pontuais em equipamentos (moinho, britador, máquina de corte, etc.), que permitirá uma melhora na qualidade do serviço já prestado.

Ação 2B51 – Gestão da Informação Geológica

O volume de informações fornecido em 2013 através do Portal da CPRM atingiu a marca de 32,5 TBytes, superando consideravelmente a meta definida para este exercício, de 15 TBytes. Cabe ressaltar que, sendo o produto desta ação “informações fornecidas através do Portal da CPRM”, não há como diferenciar quais informações são oriundas do orçamento de 2013 e quais são referentes aos restos a pagar.

Em 2013 foi assinado contrato com a Embratel aumentando a velocidades dos links existentes nas 13 Unidades Regionais, inclusive estendendo-se esta rede de conectividades para outros sete Núcleos Institucionais.

Esta nova infraestrutura, mais robusta, irá possibilitar melhoria na comunicação entre os técnicos da casa, maior rapidez na execução dos trabalhos institucionais, além de proporcionar um avanço na integração dos locais onde a CPRM está presente. Foram também efetuados novos investimentos em equipamentos e softwares de segurança de acesso às informações produzidas pela Empresa, bem como aos serviços disponibilizados.

Ação 2398 – Levantamentos Geológicos

No ano de 2013 foram mapeados **298,5 mil km²**, da seguinte forma:

- **135 mil km²** na escala 1:100.000, cobertos com 45 folhas de 3.000 km² cada, sendo quase a metade (47%) na região Nordeste, 22% na região Sudeste, 18% na região Centro-Oeste, 9% na região Sul e 4% na região Norte;
- **162 mil km²** na escala 1:250.000, cobertos com 9 folhas de 18.000 km² cada, exclusivamente na região Norte, onde esta escala de levantamento é mais aplicada;
- **1,5 mil km²** na escala 1:50.000, cobertos com 2 folhas de 750 km² cada, sendo uma na região Sudeste e uma na região Sul.

A partir de 2014 a produção dos levantamentos geológicos tende a aumentar, devido à incorporação no início de 2014 de cerca de 100 novos geólogos e geofísicos, recém-contratados pela CPRM através de concurso público.

Não há como estabelecer uma correspondência direta e linear entre a execução física e os recursos dos Restos a Pagar liquidados em 2013.

Ação 4872 – Levantamentos Aerogeofísicos

Em 2013 foram cobertos **321.639 km²** com levantamentos aerogeofísicos de magnetometria e gamaespectrometria e levantamentos aerogravimétricos, sendo 141.078 km² com recursos da LOA 2013 e 180.561 km² com recursos de Restos a Pagar.

Os projetos desenvolvidos em 2013 foram os seguintes:

Centro-Oeste

- Serra dos Caiabis: 36.853 km²
- Norte do Mato Grosso: 34.518 km²
- Rio Juruena: 29.606,08 km²
- Serra dos Apiácas: 25.378 km²
- Japuira: 25.330 km²

Norte

- Aerogravimetria Carajás: 141.078 km²
- Catrimani-Araça: 6.805 km²

Sudeste

- São José dos Campos- Resende: 22.076 km²

Os novos projetos aerogeofísicos de magnetometria e gamaespectrometria referentes à LOA 2013 tiveram seus contratos assinados em 18/12/2013, e serão iniciados somente em janeiro de 2014. O valor lançado na execução física de 2013 refere-se ao Levantamento Aerogravimétrico Carajás, que teve início em março de 2013.

Os valores de RAP não processados liquidados em 2013 correspondem aos projetos que tiveram início no ano de 2012, com recursos do PAC 2012, e foram concluídos no ano de 2013. Da mesma forma, está incluído no RAP 2013 o Projeto Aerogeofísico São José dos Campos – Resende, que teve início em 2010 e foi concluído em 2013.

Ação 2397 – Levantamentos Hidrogeológicos

Foram executadas as seguintes atividades no exercício de 2013:

- Alimentação de mais **11.935 poços** na base de dados central de poços, administrada pelo SIAGAS, que conta atualmente com 233.727 poços cadastrados;

- Perfuração e completação de mais **57 poços profundos** para a Rede Nacional de Monitoramento Integrado de Águas Subterrâneas – RIMAS, perfazendo um total de 308 poços monitorados;
- Continuação da elaboração e editoração dos mapas hidrogeológicos de Santa Catarina, Manaus e da Bacia do Rio Prata;
- Concluída a elaboração do Atlas Digital de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão;
- Concluída a elaboração do módulo de Entrada de Dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas;
- Execução de obras civis nas Unidades Regionais para adequação da logística e áreas de trabalhos dos técnicos e pesquisadores em geociências que atuam na hidrogeologia;
- Realizado 100% dos investimentos previsto nesta ação.
- Realizada a locação de poços e contratados os serviços de perfuração de poços na bacia sedimentar de Urucuia, visando a instrumentalização da bacia para realização de pesquisa, estudo e implantação de bacia-escola.

Em relação à evolução das metas, houve comprometimento devido aos seguintes fatores:

- Execução neste primeiro semestre de 2013 de grande parte dos contratos de serviços de perfuração e contemplação de poços profundos oriundos dos contratos firmados no final de 2012, para atender a rede RIMAS;
- Deslocamento de grande parte da força de trabalho de hidrogeologia para o projeto de “Implantação da Rede de Poços Estratégicos no Semiárido Brasileiro – Convivência com a Seca”, prioridade estabelecida pelo Governo Federal.
- Não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnico e 37% das vagas de pesquisadores em geociências, mantendo a equipe de monitoramento de poços subdimensionada.

Em função do acima exposto, foi efetuado o replanejamento e redefinidas as prioridades para os projetos vinculados a esta ação, destacando-se a execução do projeto de pesquisa, estudo e bacia escola na bacia sedimentar de Urucuia.

No tocante à execução orçamentária ela foi cumprida no exercício. A execução financeira não alcançou melhores resultados devido às restrições acima mencionadas.

Ação 2D62 – Levantamentos da Geodiversidade

Até o final do 1º semestre de 2013 a maioria dos pesquisadores do DEGET – Departamento de Gestão Territorial esteve atuando na ação “Mapeamento Geológico-geotécnico”. A partir de então, dado o significativo avanço da produção da referida ação, os pesquisadores tiveram mais tempo para se dedicar à finalização dos mapas de Geodiversidade que haviam sido iniciados em 2011 e 2012. Assim, foi possível atingir a meta de elaborar 6 mapas de Geodiversidade em 2013, que se encontram disponíveis no sítio da CPRM na Internet. Os mapas são os seguintes:

- Geodiversidade do Estado do Amapá
- Geodiversidade do Estado da Paraíba
- Geodiversidade da Área de Afloramento do Aquífero Guarani
- Geodiversidade do Alto Vale do Ribeira
- Geodiversidade da Área de Fronteira Brasil-Suriname
- Geodiversidade da Cadeia Submarina Vitória- Trindade

Os recursos orçamentários da fonte 142 foram totalmente empenhados em 2013, ficando não utilizada somente a fonte 281, para a qual foi programado um convênio com o Ministério do Meio Ambiente para trabalhos na região Carbonífera de Santa Catarina, que restou frustrado, vez que os recursos foram repassados para a CPRM, via descentralização orçamentária.

Ação 2D84 – Levantamentos Geoquímicos

A execução física desta Ação foi de 32% da meta estabelecida para 2013 (reprogramada), em vista da falta de pesquisadores, os quais estavam se dedicando a outros empreendimentos da CPRM. Assim, tentamos desde o início do ano contratar os serviços de coleta de amostras, que depois de efetuado o planejamento (localização das amostragens) trata-se de um trabalho braçal que pode ser terceirizado, desde que com uma boa supervisão de campo. Conseguimos essa contratação somente no final do ano de 2013, não sendo possível alcançar a meta. Com o referido serviço contratado (parte dele em restos a pagar) poderemos em 2014 completar a meta de 2013 e executar a de 2014. O orçamento foi totalmente empenhado, sendo que cerca de 35% ficou em restos a pagar, relativos ao referido contrato, serviços de laboratório e aquisição de material de consumo.

Ação 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

A execução física desta Ação em 2013 foi de **100.372 km²**, sendo algo em torno de 20.000 km² realizados com recursos do RAP/2012 e 80.372 km² realizados com recursos do orçamento 2013. Esta produção envolveu trabalhos de Metalogenia das Províncias Minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (Fosfato, Terras Raras e Lítio).

Os motivos da superação das metas predefinidas foram os seguintes:

- O foco do trabalho em 2013 deu-se em áreas do Norte e Nordeste, que apresentam melhores condições de acesso. As áreas da Amazônia foram postergadas para outro momento;
- O novo contrato para serviço de logística na coleta de amostras de sedimento de corrente, solo e concentrado de bateia possibilitou um grande aumento na produtividade;
- Concentração da força de trabalho em objetos geológicos específicos (Áreas de Relevante Interesse Mineral);
- Otimização do acompanhamento dos projetos vinculados ao Departamento de Recursos Minerais.

Ação 20LD – Cooperação Técnico-Científica Internacional

Em função do contingenciamento em quase 100% dos recursos financeiros destinados a esta Ação, não houve ações no segundo semestre de 2013, limitando-se a produção do ano aos 3 relatórios produzidos no primeiro semestre.

Ressalte-se que cerca de 80% dos recursos orçamentários desta Ação destinava-se para a realização do Seminário “Geological, Tectonic, and Relationships with the Mineralization on the Border Areas Brazil – South American Amazonian Countries”, que tinha como objetivo discutir e integrar o conhecimento geológico oriundos dos projetos em áreas de fronteira, em execução conjunta pela CPRM e os serviços geológicos dos países vizinhos amazônicos. Esses projetos, financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), previam o encerramento de suas atividades de campo no mês de outubro de 2013. Assim, foi acordado bilateralmente o período de 25 a 29 de novembro de 2013 para a realização do evento, com a participação de sete países amazônicos (Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia) e, ainda, Chile e Argentina. Foram também convidadas instituições e associações nacionais e internacionais, tais como ASGMI, CGMW, ABC/MRE e SGM. O total de participantes foi estimado em 50 técnicos, incluindo assessores e direção da CPRM. Entretanto, na fase final de organização do evento, este teve de ser cancelado em função do contingenciamento de recursos à época.

Ação 20LB – Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)

Esta ação trata da implantação na CPRM do Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CEDES, que tem a função de coordenar as ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no âmbito da empresa. O CEDES deve buscar uma atuação integrada e sistêmica, articulando as várias iniciativas de P&D nas áreas-fim da empresa. Como parte da preparação da CPRM para os desafios do novo Marco Regulatório da Mineração, o escopo desta Ação está sendo redefinido, o que não foi possível durante o exercício de 2013.

Ação 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Em decorrência do atraso na realização do “Levantamento a Laser com a Tecnologia LiDAR”, as atividades de aquisição de dados sedimentológicos, geofísica e foto/filmagem, além das atividades laboratoriais subsequentes, também estão atrasadas, o que justifica o reduzido valor dos recursos executados. Estes representam apenas gastos com análises laboratoriais e outras atividades rotineiras, necessárias à manutenção do projeto. Entretanto, para minimizar o problema, estão sendo tomadas medidas, tanto para desobstruir a licitação, quanto para readequação de atividades. O citado pregão foi cancelado e está em andamento um novo processo licitatório na modalidade RDC, para abertura em 2014.

Não havendo a realização de aquisição de dados sedimentológicos, geofísica e foto/filmagem, com o emprego da tecnologia LiDAR, as atividades em 2013 foram voltadas ao tratamento e processamento de dados com a geração de mapas associados às notas explicativas resumidas. Foram concluídos, com a edição finalizada e publicação prevista para fevereiro de 2014, os seguintes mapas do Arquipélago de Fernando de Noronha (escala – 1:18.000):

- Carta Batimétrica
- Modelo Digital de Terreno
- Carta de Flutuação do Nível do Mar
- Carta de Declividade

Os mapas em questão contemplam a meta prevista na execução física e acrescenta-se a estes produtos o Relatório Técnico Final do Levantamento e Processamento dos Dados de Relevô.

Ação 20LC – Levantamentos Geológicos Marinhos

A meta desta Ação deve ser objeto de reformulação. Ter como produto "Área levantada", expressa em quilômetros quadrados, não se aplica aos Levantamentos Geológicos Marinhos. Esta ação é composta de vários projetos, que deveriam estar em Planos Operacionais diferentes, com produtos definidos individualmente e medidos como percentual de execução física do projeto.

Atividades executadas em 2013 com Restos a Pagar – RAP 2012

Pró-Jequitinhonha: Expedição para prospecção e exploração de diamantes na plataforma adjacente à foz do Rio Jequitinhonha – BA, com o objetivo de determinar a morfologia de parte do fundo oceânico e a identificação de paleocanais do Rio Jequitinhonha, como indicadores de possíveis armadilhas para acumulação secundária de diamantes na plataforma continental. Foram executadas as seguintes atividades:

- Batimetria: 1.435 km²
- Aquisição de Dados Sísmicos – SBP: 1.954 km lineares
- Aquisição de Dados Sonográficos – SSS: 1.954 km lineares
- Aquisição de Dados Coluna D'Água: 900 km lineares
- Medição Dados Físico-Oceanográficos Cinemáticos com ADCP: 810 km lineares
- Filmagem do assoalho oceânico com a Drop Câmera a 3.000 metros: 2 mergulhos
- Aquisição de Dados Sísmicos com Sparker: 1.598 km lineares
- Perfilagem com CTD: 4 Estações Fixas

Cordilheira Meso-Atlântica: Expedição para continuação dos trabalhos de prospecção e exploração de sulfetos Polimetálicos, que teve como meta principal a aquisição de dados oceanográficos químicos e físicos para a identificação da ocorrência de plumas hidrotermais, indicativas de sítios hidrotermais ativos. Foram realizadas mais de 1000 análises laboratoriais e centenas de quilômetros de dados de gravimetria, conforme abaixo:

- Aquisição de Dados Gravimétricos: 1.300 km lineares
- Perfílagem com CTD e Nefelometria: 41 Estações Fixas
- Análises Químicas de Água: 1.151

Elevação do Rio Grande: Análises e processamento das amostras geológicas obtidas nos trabalhos de prospecção e exploração de crostas cobaltíferas. Estas análises contribuem para um melhor conhecimento da variação geográfica dos teores de minerais de interesse e dos processos envolvidos em sua gênese.

- Análises Químicas de Crosta: 143
- Confeção de Laminas Delgadas Polidas: 111

Atividades executadas com orçamento 2013:

Elaboração dos *projetos básicos* para contratação, via licitação (RDC), das empresas que farão a continuação dos trabalhos de campo na região da Cordilheira Meso-Atlântica, a saber:

- Uma expedição no primeiro semestre de 2014 para coleta de amostras de água e dados oceanográficos químicos e físicos, para a localização de fontes hidrotermais ativas que servirão para determinação das regiões que serão alvo de estudos mais detalhados na sequência;
- Uma expedição no segundo semestre de 2014 de aquisição de dados geofísicos e oceanográficos, e filmagem do assoalho oceânico com utilização de veículo autônomo de investigação (AUV do termo em inglês), para detalhamento e reconhecimento de ocorrência de fontes hidrotermais ativas e indicativos de fontes hidrotermais inativas e depósitos massivos de sulfetos.

Seguem abaixo as *atividades laboratoriais e de escritório* realizadas com o orçamento 2013:

Elevação do Rio Grande (PROERG):

- Continuidade do estudo de microscopia ótica em lâminas delgadas-polidas de crostas cobaltíferas;
- Continuidade da elaboração de perfis microestratigráficos das crostas cobaltíferas;
- Separação e envio de amostras de rochas continentais para datação no laboratório de geocronologia da UNB;
- Continuidade da identificação das amostras da comissão LEG 04 da Elevação do Rio Grande;

Cordilheira Meso-Atlântica (PROCORDILHEIRA):

- Planejamento da continuação da pesquisa na cordilheira Meso-Atlântica;
- Levantamento bibliográfico sobre as pesquisas na Cordilheira Meso-Atlântica;
- Análise e elaboração de parecer técnico sobre os dados finais levantados na Cordilheira Meso-Atlântica com a empresa CP+ pelo convênio com FEMAR;

Sistema de Informações Geográficas - SIG do Atlântico Sul e Equatorial:

- Continuidade da elaboração do mapa da dorsal mesoatlântica para identificar os sítios ativos de ocorrência dos depósitos hidrotermais.

Cadeia Norte Brasileira (REMPLOC):

- Continuidade da preparação das amostras geológicas cedidas pela Marinha do Brasil por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), adquiridas pelo navio R/V LOGACHEV no ano de 2010. Estas amostras serão enviadas para análises químicas de rocha total incluindo as crostas cobaltíferas e os tipos de substratos.

Cadeia Vitória-Trindade (REMPLAC/PROAREA):

- Continuidade da preparação das amostras geológicas cedidas pela Marinha do Brasil por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), adquiridas pelo navio R/V LOGACHEV no ano de 2010. Estas amostras serão enviadas para análises químicas de rocha total incluindo as crostas cobaltíferas e os tipos de substratos.

Foz do Rio Jequitinhonha (REMPLAC):

- Análise do relatório e dos dados processados pela empresa GEODATA referente à Comissão geofísica realizada na Plataforma Continental Adjacente a foz do rio Jequitinhonha;

Mergulho com Shinkai 6500:

- Continuidade da análise dos vídeos adquiridos com o submersível na Elevação do Rio Grande;
- Preparação das amostras de sedimento e de rocha coletadas pelo submersível.

Ação 13E5 – Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos

Para apresentar a proposta brasileira à ISBA foram realizadas várias campanhas de levantamentos de dados no mar na região da Elevação do Rio Grande. A partir da análise dos dados destas campanhas foi possível selecionar uma área de maior interesse delimitada por um quadrado de 550 km de lado onde se escolheu a localização de 150 blocos de 20 km², perfazendo um total de 3.000 Km². Esta seleção foi efetuada considerando-se a geofísica e a geoquímica das crostas com relação ao teor de concentração dos elementos de maior interesse.

Após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia com outros órgãos governamentais, particularmente com a Comissão Interministerial para Assuntos do Mar – CIRM, a proposta foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e encaminhada à ISBA, sendo recebida em 31 de dezembro de 2013 e tendo sua análise agendada para a próxima reunião da entidade, em julho de 2014.

Todas as articulações técnicas e políticas estão sendo empreendidas pela CPRM para a aprovação deste pleito na ISBA, inclusive com presença física da direção da empresa em Kingston (Jamaica) no período da reunião que analisará a solicitação. Entretanto, esta meta será considerada como "atingida" somente quando a autorização se concretizar.

Ação 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Esta Ação iniciou-se em 2009 como decorrência de cumprimento, em nome da União Federal, de sentença judicial, com a elaboração dos Planos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADs das áreas explotadas pelas empresas de mineração falidas ou insolventes Cia. Brasileira de Carvão Araranguá - CBCA e Treviso S/A. Desde então, até 2012, foram elaborados 12 (doze) PRAD's e no decorrer de 2013 foi concluído o das áreas degradadas da CBCA.

Esses trabalhos foram realizados diretamente pela equipe do CEDES/CPRM e complementados através de contratações de serviços especializados de terceiros, por meio de licitações, sempre sob a coordenação e supervisão do CEDES. Para tanto, houve a destinação de recursos orçamentários específicos em 2009, 2011 e 2012.

Em 2013 iniciou-se efetivamente a recuperação da 1ª área, com a execução das obras e serviços de engenharia na denominada Área Belluno, no município de Siderópolis. O contrato 013/PR/13 foi assinado em abril de 2013 e iniciado em junho de 2013, prazo previsto 24 meses.

Do ponto de vista da execução dos trabalhos em relação ao cronograma previsto, os mesmos encontram-se muito avançados, prevendo-se a antecipação da conclusão dos mesmos antes do prazo programado de 24 meses, desde que não haja solução de continuidade em relação ao pagamento das faturas das etapas concluídas. Também merece registro a qualidade dos trabalhos até aqui realizados, com atestados de plena e suplantada conformidade emitidos pela fiscalização do

contrato. A empresa contratada possui estrutura de pessoal especializado e equipamentos que asseguram uma execução de qualidade nos serviços e obras demandadas pelo Projeto Executivo.

Ação 7U14 – Construção de Centro de Capacitação de Profissionais

Esta ação originou-se de emenda parlamentar visando iniciar a construção da nova sede do Centro Integrado de Estudos Geológicos (CIEG), em Morro do Chapéu, Bahia, região que possui um ambiente geológico diversificado favorável à pesquisa. O CIEG tem como objetivo a reciclagem e capacitação dos profissionais da empresa que atuam em mapeamento geológico. O local também prevê receber estudantes e pesquisadores de outras instituições que realizam estudos na região.

O valor aprovado seria investido na aquisição do terreno para construção do novo centro de treinamento, que teria ainda alojamento, salas de aula, laboratório para pesquisa, além de um museu para abrigar o acervo do CIEG. Entretanto, tal emenda não teve seus recursos liberados durante o ano de 2013 e nenhum valor foi empenhado.

Ação 7U15 – Construção de uma sala no prédio da CPRM em Boa Vista

Esta ação originou-se de emenda parlamentar visando ampliar as instalações da CPRM em Boa Vista, Roraima. O valor aprovado seria investido na construção de novas salas, entretanto, tal emenda não teve seus recursos liberados durante o ano de 2013 e nenhum valor foi empenhado.

Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Esta ação visa suportar o funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Compreende os serviços administrativos, aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software), sistemas de informações gerenciais; despesas com locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação.

Em se tratando de ação de suporte não tem metas definidas.

1.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Alcançamos também, neste ano de 2013, resultados expressivos nas demais atividades, ressaltando o mapeamento geológico e geoquímico de 255.018 km² nas escalas 1:250.000 e 1:100.000, o levantamento aerogeofísico de 326.259 km² e a realização de levantamentos específicos para a avaliação de recursos minerais, com ênfase em minerais estratégicos (agrominerais, terras-raras, materiais de construção), em 119.791 km² do território nacional.

2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

2.1 Estrutura de Governança

O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a constituição da CPRM, que teve seu primeiro estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.058, de 13 de janeiro de 1970, iniciando suas atividades em 30 de janeiro de 1970. Em 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 8.970, a CPRM passa a ser uma empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil.

O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, como empresa pública constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da empresa é composto de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, do Diretor-Presidente da CPRM que exerce a função de Vice-Presidente do colegiado, e de cinco Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria Executiva é constituída do Diretor-Presidente e de quatro Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Norma Interna nº. 004/PR, que trata do Plano Básico de Organização da CPRM, executam funções de controle na empresa o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal, com atribuições e deveres previstos em lei, compõe-se de três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

A AUDITE está subordinada administrativamente ao Presidente do Conselho de Administração – Decreto nº 3.591/2000, art. 15, §3º – e vinculada tecnicamente e a orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna – AUDITE é o órgão que tem por objetivo básico o exame analítico e periódico dos atos e fatos administrativos praticados nos diversos órgãos da empresa, quanto ao fiel cumprimento das Normas e Instruções vigentes, bem como do Orçamento e dos Programas aprovados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

A indicação para nomeação ou designação do titular da unidade de auditoria interna será submetida à Controladoria-Geral da União – CGU pelo presidente da empresa, após aprovação pelo Conselho de Administração conforme orientação da Portaria nº 915 da CGU, de 29.04.2014, nos termos do Decreto nº 3.591, de 06.09.2000.

Quando o presidente da empresa propuser a exoneração do titular da unidade de auditoria interna, nos casos que não venham a se enquadrar em qualquer das hipóteses previstas no art. 3º da Portaria nº 915 da CGU, de 29.04.2014, a proposta deverá ser motivada e a justificativa encaminhada previamente à CGU, que deverá analisá-la em até 20 (vinte) dias do recebimento. E a CGU poderá se manifestar contrariamente à proposta de exoneração ou dispensa do titular da unidade de auditoria interna.

E a manifestação da CGU sobre as indicações para nomeação ou designação, bem como para exoneração ou dispensa dar-se-á pela emissão de Parecer aprovado pelo Secretário Federal de Controle Interno e submetido ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, de acordo com os preceitos da Portaria nº 915 da CGU, de 29.04.2014.

A CPRM conta ainda, com a contratação de uma empresa de Auditoria Independente que analisa e emite Parecer sobre as Demonstrações Contábeis.

2.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: Na avaliação dos elementos de sistema de controles internos a UJ utilizou a avaliação realizada pela Auditoria Interna sobre os controles ao longo do exercício de 2013. E a empresa busca um maior investimento para adequação dos controles internos, melhoria desses ambientes e da gestão de risco para um alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa. Buscando um ambiente integrado de Governança, Riscos e Controles que respeite todas as partes interessadas, tendo o cidadão e a sociedade como vetores principais desse processo. Podemos destacar ações que a empresa tem realizado para fortalecer alguns requisitos do ambiente de controle como comunicação interna utilizada através de e-mails institucionais com assuntos relevantes e informes, disponibilização através da Intranet de todas as normas da empresa com acesso a todos os empregados. Maior publicidade da Comissão de Ética e treinamentos específicos. A atuação constante da Auditoria Interna orientando os gestores quanto à legalidade e controle dos procedimentos internos, bem como sua atuação didática e preventiva junto aos responsáveis pela área operacional da empresa.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da</p>					

UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoridade . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

2.3 Remuneração Paga a Administradores

2.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, “considerando as boas práticas de governança corporativa, a partir das assembleias gerais de acionistas de 2008, resolveu desvincular os reajustes de honorários dos membros da Diretoria Executiva das empresas estatais federais dos reajustes concedidos aos empregados por meio de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, nas respectivas datas-base”.

Assim sendo, o DEST fixou para os membros da Diretoria Executiva da CPRM os seguintes reajustes:

- Período de abril de 2008 a março de 2009 – reajuste de 4,3421%, conforme Ofício nº 224/2008/MP/SE/DEST de 15/04/2008.
- Período de abril de 2009 a março de 2010 – reajuste de 2,87%, conforme Ofício nº 307/2009/MP/SE/DEST/CGC de 23/04/2009.
- Período de abril de 2010 a março de 2011 – reajuste de 16,0768%, conforme Ofício nº 344/DEST-MP de 14/04/2010.
- Período de abril de 2011 a março de 2012 – reajuste de 5,96999%, conforme Ofício nº 206/DEST-MP de 08/04/2011.
- Período de abril de 2012 a março de 2013 – reajuste de 5,24%, conforme Processo nº 10951.000223/2012-23 – MME.
- Período de abril de 2013 a março de 2014 – reajuste de 6,57%, conforme Processo nº 10951.000174/2013-18, enviado através do Ofício nº 069/2013-AEGE/SE-MME, de 19.04.2013.

2.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.4 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores Em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
C. Junior, C.N.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Rocha Neto, M.B.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Matos, J.R.A.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Baião, L.G.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Peixoto, L.P.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Castanheira, O.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Queiroz, N.T.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Oliveira, F.B.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677
Gaudard, E.L.	–	–	2.246	2.246	2.246	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	2.393	4.787	30.677

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

2.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos
Quadro A.5 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores Em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.599.454,26	1.504.524,41	1.424.210,25
<i>salário ou pró-labore</i>	1.533.848,90	1.443.283,45	1.369.325,20
<i>benefícios diretos e indiretos</i>	30.455,06	27.377,56	23.272,85
<i>remuneração por participação em comitês</i>	0,00	0,00	0,00
<i>outros</i>	35.150,30	33.863,40	31.612,20
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
<i>bônus</i>	0,00	0,00	0,00
<i>participação nos resultados</i>	0,00	0,00	0,00
<i>remuneração por participação em reuniões</i>	0,00	0,00	0,00
<i>comissões</i>	0,00	0,00	0,00
<i>outros</i>	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	1.599.454,26	1.504.524,41	1.424.210,25
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.599.454,26	1.504.524,41	1.424.210,25
VI – Remuneração baseada em ações	1.533.848,90	1.443.283,45	1.369.325,20

Fonte: Divisão de Pessoal - DIAPES

2.4 Sistema de Correição

Dispomos de Normas e Instruções Internas, orientando os procedimentos a serem adotados nos casos de furto, roubo ou sinistro dos bens.

Os casos não previstos em nossos Normativos e Instruções Internas são buscados em legislação pertinente.

Inicialmente é recomendado ao empregado detentor a reposição do bem furtado, roubado ou que sofreu dano, por outro em estado novo nas mesmas características e marca. Caso haja negação na recomendação, é aberto Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar para apuração.

A instauração de Sindicância, bem como o Processo Administrativo Disciplinar é iniciado por comissão específica para o assunto, nomeada por ATO emitido pelo Diretor Presidente.

2.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A CPRM já nomeou responsável para alimentação do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, com o objetivo de contribuir para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

No entanto, até implantação definitiva do sistema, a empresa encaminha ao final de cada exercício, expediente direcionado a Corregedoria-Setorial do Ministério de Minas e Energia vinculada a Controladoria-Geral da União – CGU, contendo a relação de todos os procedimentos disciplinares instaurados pela CPRM para apuração de possível prática de infração de irregularidades praticadas por agentes públicos, ou outro processo administrativo, e o respectivo resultado.

Por oportuno, informamos que, visando dar cumprimento à determinação legal em tela, a CPRM deverá implementar no exercício de 2014, a disponibilização das informações acerca de procedimentos disciplinares, por meio da utilização de Sistema CGU-PAD, de forma que todos os processos de caráter correicional instaurados na empresa sejam registrados no referido sistema.

2.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A empresa não possui indicadores para monitoramento e avaliação de governança. Quanto à efetividade dos controles internos, a empresa se utiliza dos Relatórios emitidos pela Auditoria Interna para adoção de medidas saneadoras que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

3 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 Execução das despesas

3.1.1 Programação

Quadro A.6 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			228.135.128	9.811	205.809.366	
CRÉDITOS	Suplementares		38.235.317	–	16.081.823	
	Especiais	Abertos	–	–	–	
		Reabertos	–	–	–	
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	
		Reabertos	–	–	2.400.000	
Créditos Cancelados		–	–	2.427.976		
Outras Operações			–	–	–	
Dotação final 2013 (A)			266.370.445	9.811	221.863.213	
Dotação final 2012(B)			235.370.351	8.611	192.362.625	
Variação (A/B-1)*100			13,17	13,94	15,34	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			34.756.133	–	6.806	1.015.731.327
CRÉDITOS	Suplementares		–	–	–	–
	Especiais	Abertos	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	–
		Reabertos	11.402.046	–	–	–
Créditos Cancelados		11.402.046	–	–	–	
Outras Operações			–	–	–	–
Dotação final 2013 (A)			34.756.133	–	6.806	1.015.731.327
Dotação final 2012(B)			35.786.952	–	10.032	642.241.801
Variação (A/B-1)*100			-2,88	–	-32,16	58,15

3.1.1.1 Análise Crítica

O acréscimo de 2013 para 2012 foi de 12,83%, sendo que a maior diferença foi registrada em pessoal.

O acréscimo de R\$8.000.000,00 em custeio foi para atender a ação de mapeamento geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos.

3.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.7 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	–	–	–	–	–	–
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	–	–	–	–	–	–
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	–	–	–	–	–	–
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	–	–	–	–	–	–

Quadro A.8 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	495001	323028	32202.2212221192000	–	–	287.932
Recebidos	110407	495001	52101.05542205820X4	–	–	7.056.165
	443014	495001	44205.18544202620WI	–	–	16.878.268
	530012	495001	53101.06182204022BO	–	–	40.930.000
	530012	495001	53101.0618220408172	–	–	200.000
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	373001	495001	49201.216312066211A	900.000	–	–
	443014	495001	44205.18544202620WI	940.000	–	–
	530012	495001	53101.06182204022BO	5.700.000	–	–

3.1.3 Realização da Despesa

3.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.9 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		Código UO: 32202		UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	194.637.494	154.721.835	74.574.612	76.015.992	
a) Convite	525.942	1.229.902	305.718	511.264	
b) Tomada de Preços	831.366	2.424.965	39.379	136.377	
c) Concorrência	55.911.287	34.443.089	12.284.371	16.740.886	
d) Pregão	106.788.020	116.623.879	59.733.577	58.627.465	
e) Concurso	–	–	–	–	
f) Consulta	–	–	–	–	

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	30.580.878	–	2.211.568	–
2. Contratações Diretas (h+i)	34.407.166	29.980.601	13.120.685	12.402.420
h) Dispensa	14.092.791	22.657.862	8.078.651	8.921.370
i) Inexigibilidade	20.314.375	7.322.739	5.042.034	3.481.050
3. Regime de Execução Especial	38.583	5.543	38.583	5.543
j) Suprimento de Fundos	38.583	5.543	38.583	5.543
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	232.461.054	202.873.773	219.817.635	193.147.639
k) Pagamento em Folha	232.324.832	202.636.016	219.681.413	192.910.235
l) Diárias	136.222	237.758	136.222	237.404
5. Outros	55.248.001	52.856.357	49.005.667	49.576.725
6. Total (1+2+3+4+5)	516.792.298	440.438.110	356.557.183	331.148.319

3.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.10 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente a UJ

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		Código UO: 32202	UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	194.414.494	154.575.457	74.421.828	75.869.613
a) Convite	525.942,45	1.229.902	305.718	511.264
b) Tomada de Preços	831.366,29	2.424.965	39.379	136.377
c) Concorrência	55.911.287,45	34.323.089	12.284.371	16.620.886
d) Pregão	106.565.019,40	116.597.500	59.580.793	58.601.086
e) Concurso	–	–	–	–
f) Consulta	–	–	–	–
g) Regime Diferenciado Contratações Públicas	30.580.878,03	–	2.211.568	–
2. Contratações Diretas (h+i)	34.342.234	29.849.231	13.083.390	12.271.051
h) Dispensa	14.027.859,19	22.526.492	8.041.356	8.790.000
i) Inexigibilidade	20.314.374,74	7.322.739	5.042.034	3.481.050
3. Regime de Execução Especial	38.583,21	5.543	38.583	5.543
j) Suprimento de Fundos	38.583,21	5.543	38.583	5.543
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	232.461.054	202.873.773	219.817.635	193.147.639
k) Pagamento em Folha	232.324.832	202.636.016	219.681.413	192.910.235
l) Diárias	136.222	237.758	136.222	237.404
5. Outros	55.248.001	52.856.357	49.005.667	49.576.725
6. Total (1+2+3+4+5)	516.504.365	440.160.361	356.367.103	330.870.571

3.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.11 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		Código UO: 32202		UGO: 495001				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesa Pessoal	264.825.175	32.345.136	264.825.175	32.345.136	446.731	41.233	250.496.309	31.898.404
11 - Vencimentos e Vant. Fixas - Pessoal Civil	176.019.450	–	176.019.450	–	–	–	168.309.375	–
13 - Obrigações Patronais	56.374.779	16.451	56.374.779	16.451	–	–	51.160.838	16.451
07 - Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	29.892.579	25.717.948	29.892.579	25.717.948	446.731	41.233	28.516.529	25.271.217
Demais elementos do grupo	2.538.367	6.610.736	2.538.367	6.610.736	–	–	2.509.567	6.610.736
2. Juros e Encargos da Dívida	6.929	8.434	6.929	8.434	249	4.122	6.733	8.184
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	6.630	8.141	6.630	8.141	249	4.122	6.435	7.892
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	299	293	299	293	–	–	299	293
3. Outras Despesas Correntes	218.699.304	181.844.926	218.699.304	181.844.926	92.839.398	57.114.562	101.923.956	100.893.570
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	171.081.936	138.569.914	171.081.936	138.569.914	86.097.386	51.313.839	67.775.816	65.949.936

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
37 - Locação de Mão-de-obra	18.224.168	15.227.268	18.224.168	15.227.268	2.665.152	2.200.547	13.718.648	12.126.658
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	8.410.638	6.595.219	8.410.638	6.595.219	316.438	1.057.284	5.486.547	5.844.463
Demais elementos do grupo	20.982.561	21.452.525	20.982.561	21.452.525	3.760.422	2.542.892	14.942.945	16.972.513
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	33.254.084	23.595.008	33.254.084	23.595.008	19.954.622	18.573.540	4.123.379	5.429.335
52 - Equipamento e Material Permanente	23.530.563	17.875.991	23.530.563	17.875.991	14.654.819	14.157.247	2.685.186	3.672.031
51 - Obras e Instalações	6.871.191	3.225.901	6.871.191	3.225.901	4.443.379	3.691.469	160.072	361.927
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.841.291	2.305.792	2.841.291	2.305.792	856.264	361.732	1.278.121	1.209.846
Demais elementos do grupo	11.040	187.324	11.040	187.324	161	363.092	-	185.530
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	6.806	8.590	6.806	8.590	-	1.137	6.806	8.590
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	6.806	-	6.806	-	-	1.137	6.806	-
77 - Principal Corrigido Dívida Contr.Refinanciada	-	8.590	-	8.590	-	-	-	8.590

3.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro A.12 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Execut. Diretamente a UJ

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					Código UO: 32002		UGO: 495001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	264.825.175	32.345.136	264.825.175	32.345.136	446.731	41.233	250.496.309	31.898.404
11 - Vencimentos e Vant. Fixas - Pessoal Civil	176.019.450	-	176.019.450	-	-	-	168.309.375	-
13 - Obrigações Patronais	56.374.779	16.451	56.374.779	16.451	-	-	51.160.838	16.451
07 - Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	29.892.579	25.717.948	29.892.579	25.717.948	446.731	41.233,05	28.516.529	25.271.217
Demais elementos do grupo	2.538.367	6.610.736	2.538.367	6.610.736	-	-	2.509.567	6.610.736
2. Juros e Encargos da Dívida	6.929	8.434	6.929	8.434	249	4.121,97	6.733	8.184
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	6.630	8.141	6.630	8.141	249	4.121,97	6.435	7.892
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	299	293	299	293	-	-	299	293
3. Outras Despesas Correntes	218.411.371	181.567.177	218.411.371	181.567.177	92.839.398	57.114.562	101.733.876	100.615.822
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	171.017.005	138.370.569	171.017.005	138.370.569	86.097.386	51.313.839	67.738.520	65.750.591
37 - Locação de Mão-de-obra	18.001.168	15.148.865	18.001.168	15.148.865	2.665.152	2.200.547	13.565.864	12.048.255
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	8.410.638	6.595.219	8.410.638	6.595.219	316.438	1.057.284	5.486.547	5.844.463
Demais elementos do grupo	20.982.561	21.452.525	20.982.561	21.452.525	3.760.422	2.542.892	14.942.945	16.972.513
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	33.254.084	23.595.008	33.254.084	23.595.008	19.954.622	18.573.540	4.123.379	5.429.335
52 - Equipamento e Material Permanente	23.530.563	17.875.991	23.530.563	17.875.991	14.654.819	14.157.247	2.685.186	3.672.031
51 - Obras e Instalações	6.871.191	3.225.901	6.871.191	3.225.901	4.443.379	3.691.469	160.072	361.927
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.841.291	2.305.792	2.841.291	2.305.792	856.264	361.732	1.278.121	1.209.846
Demais elementos do grupo	11.040	187.324	11.040	187.324	161	363.092	-	185.530
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	6.806	8.590	6.806	8.590	-	1.137	6.806	8.590
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	6.806	-	6.806	-	-	1.137	6.806	-
77 - Principal Corrigido Dívida Contr.Refinanciada	-	8.590	-	8.590	-	-	-	8.590

3.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.13 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	20.735.598	6.499.059	5.852.938	2.981.543
a) Convite	13.183	147.555	13.183	93.704
b) Tomada de Preços	–	479.262	–	–
c) Concorrência	6.811.281	60.357	7.373	59.042
d) Pregão	13.911.058	5.811.886	5.832.308	2.828.797
e) Concurso	75	–	75	–
f) Consulta	–	–	–	–
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	–	–	–	–
2. Contratações Diretas (h+i)	41.523.792	1.702.860	27.312.188	1.545.328
h) Dispensa	41.287.460	1.574.190	27.082.464	1.457.728
i) Inexigibilidade	236.332	128.670	229.724	87.600
3. Regime de Execução Especial	–	–	–	–
j) Suprimento de Fundos	–	–	–	–
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	–	–	–	–
k) Pagamento em Folha	–	–	–	–
l) Diárias	–	–	–	–
5. Outros	9.261.967	8.397.025	8.563.341	8.111.769
6. Total (1+2+3+4+5)	71.521.357	16.598.944	41.728.468	12.638.640

3.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	–	–	–	–	–	–	–	–
2. Juros e Encargos da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
3. Outras Despesas Correntes	64.043.046	15.991.343	64.043.046	15.991.343	2.974.775	3.522.344	38.054.908	12.638.640
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	48.761.758	3.141.354	48.761.758	3.141.354	541.194	407.538	26.888.901	2.596.950
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.330.880	3.993.200	4.330.880	3.993.200	55.114	93.926	4.143.369	3.906.659
30 - Material de Consumo	3.721.135	2.948.821	3.721.135	2.948.821	1.039.326	1.071.662	1.777.226	1.874.030
Demais elementos do grupo	7.229.274	.907.968	7.229.274	5.907.968	1.339.141	1.949.218	5.245.412	4.261.001
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
52 - Equipamento e Material Permanente	3.676.840	46.788	3.676.840	46.788	–	88.600	2.081.654	–
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.895.837	–	2.895.837	–	–	–	1.586.273	–
51 - Obras e Instalações	900.000	560.813	900.000	560.813	579.339	6.130.106	–	–
Demais elementos do grupo	5.634	–	5.634	–	–	–	5.633,64	–
5. Inversões Financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
6. Amortização da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–

3.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A suplementação de pessoal é referente ao aumento ocasionado pelo dissídio da Empresa em julho de 2013, que não foi incluído na previsão orçamentaria em razão do limite estipulado para o grupo de despesa 1 – pessoal e admissão de novos empregados aprovados em concurso.

O aumento de custeio se deveu a necessidade de aumento das atividades da ação de Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios críticos com relação a riscos naturais e também em benefícios (auxílio alimentação, assistência médica e auxílio creche, auxílio transporte) em razão da entrada de novos empregados.

3.2 Transferências de Recursos

3.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.15 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM									
CNPJ: 00.091.652/0001-89					UG/GESTÃO: 495001/29208				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	013/CPRM/10	13554910000168	4.500.000	1.800.000	-	1.800.000	18/05/10	18/05/15	1
1	044/CPRM/09	28522894000107	288.400	684.000	10.000	150.000	11/11/09	11/05/13	1

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Contabilidade Geral – DICOGE

3.2.2 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.16 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						
CNPJ: 00.091.652/0001-89		UG/GESTÃO: 495001/29208				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas				-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
			Montante Repassado (R\$)		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	-	
		Montante Repassado (R\$)		150.000	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-		
Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-		
	Montante Repassado (R\$)		-	-		
2012	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
		Montante repassado		-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-			
2011	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
		Montante Repassado		-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
Montante Repassado		-	-			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado		-	-	

Fonte: Divisão de Contabilidade Geral – DICOGE

3.2.3 Análise Crítica

Não existem prestações de contas de convênio na situação de inadimplentes. Nos últimos exercícios não foram efetuadas transferências de recursos. Não foram efetuadas prestações de contas no período, pois os convênios ainda existentes se encontram em execução. Conforme consta no item 3 deste relatório não houve entrega de prestação de contas de convênios para serem analisadas. Conforme já informado no item 2 não foram efetuadas transferências, e com relação a análise e fiscalização *in loco*, as atividades são monitoradas pela área técnica. Conforme já descrito nos itens 2 e 5 não foram efetuadas transferências.

4 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

4.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

4.1.1.1 Lotação

Quadro A.17 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.837	1.627	157	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.837	1.627	157	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	1.618	155	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	–	9	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.837	1.627	157	18

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.18 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade Pessoas 31/12/13
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	–
1.2. Exercício de Função de Confiança	7
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	–
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	–
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	–
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	–
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	–
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	–
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	–
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	–
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	–
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	–
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	–
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	–
4.1. Doença em Pessoa da Família	–
4.2. Capacitação	–
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	–

Tipologias dos afastamentos	Quantidade Pessoas 31/12/13
5.2. Serviço Militar	–
5.3. Atividade Política	–
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	–
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	26
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	37

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

4.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.19 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (em 31 de dezembro/13)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	–	–
1.1. Cargos Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	2	–	–
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	1	–	–
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	–	2	–	–
1.2.4. Sem Vínculo	–	–	–	–
1.2.5. Aposentados	–	–	–	–
2. Funções Gratificadas	–	298	42	39
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	233	31	29
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	56	9	9
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	–	9	2	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5	303	42	39

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.20 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	191	398	269	451	309
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	–	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira	191	398	269	451	309
1.3. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–	–
2. Provedimento de Cargo em Comissão	3	58	68	97	82
2.1. Cargos de Natureza Especial	2	16	11	24	17
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	–	–	–	3	2
2.3. Funções Gratificadas	1	42	57	70	63
3. Totais (1+2)	194	456	337	548	391

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.21 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Situação apurada em 31/12/13)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	–	–	75	38	383	617	165	244	96
Membros de Poder e Agentes Políticos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Servidores de Carreira	–	–	75	38	383	617	165	244	96
1.3. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2. Provedimento de Cargo em Comissão	–	–	–	–	20	152	40	57	39
2.1. Cargos de Natureza Especial	–	–	–	–	5	51	1	6	7
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	–	–	–	–	–	5	–	–	–
2.3. Funções Gratificadas	–	–	–	–	15	96	39	51	32
3. Totais (1+2)	–	–	75	38	403	769	205	301	135

LEGENDA	
Nível de Escolaridade	
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.	
Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES	

4.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.22 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	118.487.167	36.221.105	22.308.564	10.166.921	334.745	9.750.783	-	-	197.269.285
	2012	116.056.844	-	2.790.656	8.197.541	-	-	-	-	127.045.041
	2011	101.621.392	-	1.697.689	7.252.935	-	512.277	-	-	111.081.293
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	919.659	-	-	-	-	-	-	-	919.659
	2012	876.613	-	-	-	-	-	-	-	876.613
	2011	436.488	-	-	-	-	-	-	-	436.488
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	-	-	7.753.597	-	-	-	-	-	7.753.597
	2012	-	-	6.720.270	-	-	-	-	-	6.720.270
	2011	-	-	4.633.710	-	-	-	-	-	4.633.710
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	1.705.617	-	-	-	-	-	-	-	1.705.617
	2011	1.479.521	-	-	-	-	-	-	-	1.479.521
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	22.939.378	-	8.153.579	-	-	-	-	-	31.092.957
	2012	20.578.615	-	7.396.378	-	-	-	-	-	27.974.993
	2011	20.727.271	-	6.897.439	-	-	-	-	-	27.624.690

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

4.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.23 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro/13

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	26	1
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	26	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	26	1

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

4.1.5 Cadastramento no Sisac

4.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.24 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	154	–	–	–
Concessão de aposentadoria	–	–	–	–
Concessão de pensão civil	–	–	–	–
Concessão de pensão especial a ex-combatente	–	–	–	–
Concessão de reforma	–	–	–	–
Concessão de pensão militar	–	–	–	–
Alteração do fundamento legal de ato concessório	–	–	–	–
Totais	154	–	–	–

4.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.25 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	17	20	94	22
Cancelamento de concessão	–	–	–	–
Cancelamento de desligamento	–	1	–	1
Totais	17	21	94	23

4.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.26 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	–	–	108	46
Concessão de aposentadoria	–	–	–	–
Concessão de pensão civil	–	–	–	–
Concessão de pensão especial a ex-combatente	–	–	–	–
Concessão de reforma	–	–	–	–
Concessão de pensão militar	–	–	–	–
Alteração do fundamento legal de ato concessório	–	–	–	–
Total	–	–	108	46
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	8	6	3	–
Cancelamento de concessão	–	–	–	–
Cancelamento de desligamento	–	–	–	–
Total	8	6	3	–

4.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

As situações identificadas pela empresa de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos são encaminhadas para análise da Controladoria Geral da União – CGU, em atendimento a Lei 12.813/2013 de prevenção de Conflito de Interesses.

4.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos – DERHU iniciou no exercício de 2013 o processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, que possui os seguintes módulos:

- Folha de Pagamento;
- Benefícios;
- Medicina e Segurança do Trabalho;
- Cargos e Salários;
- Treinamento e Desenvolvimento.

Atualmente a empresa utiliza planilhas eletrônicas contendo indicadores como o número de participantes no processo de capacitação de empregados, nos benefícios de assistência médica, odontológica e hospitalar, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-refeição/alimentação, entre outros.

Com a implantação definitiva do sistema, teremos processos integrados e os relatórios disponíveis apresentarão indicadores gerenciais confiáveis para a tomada de decisão da Diretoria de Administração e Finanças – DAF.

4.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

4.2.1 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.27 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
CESPE / FUB – Fundação Universidade de Brasília	Contrato nº 25/PR/2013	29/05/2013	70

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

4.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.28 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (Serviço Geológico do Brasil)															
UG/Gestão: 495.001						CNPJ: 00.091.652/0002-60									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2013	V	O	N.061.PR.13	Angels Segurança e Vigilância LTDA CNPJ 03.372.304.0001-78	02.01 2013	01.01 2015			10	13					A
2013	V	O	N.086.PR.13	Servi-San Vigilância e Transporte Valores Ltda CNPJ 12.066.015.0001-31	03.12 2013	02.12 2014			3	3					A
2014	V	O	N.009.PR.14	Única segurança Patrimonial Ltda CNPJ 03.037.698.0001-08	26.02 2014	25.02 2015			10	10					A
2010	V	O	N.008.PR.10	Rima Segurança Ltda CNPJ 09.081.459.0001-31	01.03 2010	28.02 2014			07	07					AP
2013	V	O	N.024.PR.13	Master Security Segurança Patrimonial Ltda CNPJ 66.063.256.0001-56	01.04 2013	30.03 2014			02	02					A
2011	L	O	N.015.PR.11	Guilherme Henrique de Souza – EPP CNPJ 11.015.977.0001-07	26.04 2011	25.04 2014			01	01					AP
2012	L	O	N.031.PR.12	Recife Loc de Serviço de Limp e Conserv Predial Ltda CNPJ 05.930.069.0001-38	01.06 2012	30.05 2014			12	8					AP
2011	L	O	N.023.PR.11	KLARE Ltda ME CNPJ 07.467.424.0001-17	01.06 2011	30.05 2014			05	05					AP
2013	L	O	N.073.PR.13	Prestação de Serviços Técnicos Ltda CNPJ 10.446.523.0001-10	19.11 2013	19.11 2014			06	06					A
2009	L	O	N.040.PR.09	Arcolimp Serviços Gerais Ltda CNPJ 05.576.482.0001-46	01.09 2009	30.08 2014			03	03					AP

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	N.060.PR.09	Construir Arquitetura e Serviço Ltda CNPJ 42.404.445.0001-30	23.10 2009	22.10 2014			39	43			AP
2010	V	O	N.140.PR.10	Master Security Segurança CNPJ 66.063.256.0001-56	20.11 2010	20.11 2014			09	09			AP
2010	V	O	N.036.PR.10	PROSEGUR	01.04 2010	01.04 2015			06	06			AP
2012	L	O	N.081.PR.12	SERVICE Itororó 03.765.290/0001-52	28.12 2012	28.12 2014			10	10			AP
2010	L	O	N.015.PR.10	JOPLIN CNPJ 84.624.329/0001-13	05.04 2010	05.04 2015			06	06			AP
2009	V	O	N.048.PR.09	TBI Segurança LTDA CNPJ 07.534.224/0001-22	24.09 2009	24.09 2014			06	06			AP
2009	V	O	N.064.PR.09	Matrix 09.316.305/0004-81	01.11 2009	01.11 2014			14	14			AP
2013	V	O	N.057.PR.13	Vigitec	01.11 2013	01.11 2014			04	04			A

Observações: Os contratos listados na tabela atendem as 13 unidades gestoras da CPRM distribuídas em todo o território nacional.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DICONTE / DERHU

4.2.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.29 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (Serviço Geológico do Brasil)													
UG/Gestão: 495.001							CNPJ: 00.091.652/0002-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4-5-12	O	N.061.PR.11	BK Consultoria e Serviços Ltda CNPJ 03.022.122.0001-77	09.11 2011	08.11 2014			24	24			AP
2013	12	O	N.020.PR.13	TOPSERVICE Terceirização Eireli – EPP CNPJ 05.333.566.0001-59	01.08 2013	30.07 2014			12	12			A
2013	2	O	N.032.PR.13	Pessoal Engenharia e Serviços Terceirizados Ltda – ME – CNPJ 35.346.147.0001-12	03.09 2013	02.09 2014			04	04			A
2013	2	O	N.050.PR.13	APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda – CNPJ 05.969.071.0001-10	23.09 2013	22.09 2014			15	15			A
2012	12	O	N.024.PR.12	Maternal Jardim Cachinhos de Ouro Ltda – CNPJ 27.818.327.0001-21	10.05 2012	09.05 2014			09	09			AP
2012	5-12	O	N.028.PR.12	Conservadora Integra Administração e Serviços Ltda – CNPJ 09.434.186.0001-61	21.03 2012	20.03 2014			05	05			AP
2012	4-7-2	O	N.051.PR.12	Clean Service Ltda EPP CNPJ 03.379.896.0001-50	10.10 2012	09.10 2014			06	06			AP
2010	2-4-5-7	O	N.025.PR.10	Conservadora Luso Brasileira SA Comercio e Construcoes – CNPJ 33.104.423.0001-00	01.04 2010	30.03 2014			45	54			AP
2010	2-4-5-7	O	N.023.PR.10	Planalto Service Ltda CNPJ 02.843.359.0001-56	08.04 2010	07.04 2014			14	14			AP
2010	2	O	N.064.PR.10	Inconfidência Locadora de Veículos CNPJ 02.843.359.0001-56	12.07 2010	11.07 2014			06	06			AP
2010	2-12	O	N.043.PR.10	SCOVAN Servicos Gerais Ltda CNPJ 83.353.912.0001-74	14.06 2010	13.06 2014			04	04			AP
2010	3	O	N.002.PR.10	TLD Teledata Tecnologia em Conectividade Ltda - CNPJ 80.043.904.0001-33	05.04 2010	04.04 2014			46	58			AP
	11	O		CIEE					05	05			A
2011	12	O	N.004.PR.11	JOPLIN CNPJ 84.624.329/0001-13					10	10			A

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	N.050.PR.11	Petrogas Ltda	01.10.2011	01.10.2014			04	04			AP
2010	5	O	N.022.PR.10	Art Service CNPJ 00.544.298.0001-85	01.04.2010	01.04.2015			04	04			AP
2012	5	O	N.110.PR.12	FAMA	28.12.2012	28.12.2014			04	04			AP
	12	O		SERMA					07	07			A
	12	O		SERMA					39	39			A
	5	O		NOVA Tecnologia					06	06			A
2009	12	O	N.011.PR.09	NOVA Rio CNPJ 29.212.545.0001-43	13.05.2009	13.05.2014			13	13			E
2010	5	O	N.041.PR.10	ULTRA CNPJ 09.231.574/0001-45	15.06.2010	15.06.2014			09	09			AP
	12	O		BRILHANTE					04	04			A
2010	12	O	N.080.PR.10	SETSYS Serviços Gerais Ltda 97.481.220.0001-16	13.08.2010	13.08.2014			07	07			AP
2010	12	O	N.086.PR.10	RIO Minas Terc. Adm. Ltda CNPJ 08.491.163.0001-26	02.08.2010	02.08.2014			11	11			AP
2011	1	O	N.021.PR.11	Servi San Vigilância	20.06.2011	20.06.2014			06	06			AP
2010	12	O	N.121.PR.10	CLICK CNPJ 09.526.473/0001-00	29.11.2010	29.11.2014			05	05			AP

Observações: Os contratos listados na tabela atendem as 13 unidades gestoras da CPRM distribuídas em todo o território nacional.

LEGENDA
Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DICONTE / DERHU

4.2.4 Análise Crítica dos itens 4.2.2 e 4.2.3

A CPRM celebrou junto a Justiça do Trabalho, desde 22 de abril de 2008, um Termo de Conciliação Judicial (TCJ) – Processo nº 00318-2008-003-06-00-2, no qual a empresa pública se compromete em contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2271, de 07 de julho de 1997.

4.2.5 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.30 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	239	226	232	225	2.825.591,74
1.1 Área Fim	192	179	190	185	2.126.704,21
1.2 Área Meio	47	47	42	40	698.887,53
2. Nível Médio	44	49	53	42	498.633,83
2.1 Área Fim	32	33	33	30	375.300,73
2.2 Área Meio	12	16	20	12	123.333,10
3. Total (1+2)	283	275	285	267	3.324.225,57

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DERHU

5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

5.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Veículos de propriedade da CPRM e cedidos por outros Órgãos da Administração Pública
Até dezembro/2013

Quantidade	Tipos de Veículos	Idade Média dos Veículos	Custo com Veículos		
			IPVA e Seguro Obrigatório	Seguro Automóvel	Combustível e Lubrificantes
341	Pick-Up, Jeep, Caminhão e veículos de passeio	5 anos	220.974,71	250.242,74	1.772.150,98

Veículos alugados pela CPRM até dezembro/2013

Grupo: Veículos Serviços Comuns

Nome e CNPJ da Empresa Contratada	Tipo Licitação	Número Contrato	Vigência contrato	Valor Pago até Dezembro/2013	Marca/ Modelo
GMC Locadora 07.186.022/0001-37	Pregão Eletrônico	088/PR/08	-----	114.992,40	Chevrolet/Meriva Toyota/Corolla
Yruama Rio Transportes 73.749.335/0001-80	Pregão Eletrônico	033/PR/12	16/08/12 a 15/08/17	50.968,80	Chevrolet/Meriva
GMC Locadora de Veículos Ltda. 07.186.022/0001-37	Pregão Eletrônico	043/PR/08	25/08/08 a 24/08/13	51.557,44	Chevrolet/Spin
ELV-Empresa Locadora de Veículos	Pregão Eletrônico	039/PR/13	26/08/13 a 25/08/14	28.410,00	Fiat/Linea
GERALDO A.OLIVEIRA JUNIOR 07546978/0001-00	Pregão Eletrônico	035/PR/11	02/08/16	4.803,84	Pick-Up cabine dupla
J.B.S.COMERCIO E SERVIÇOS LTDA 11.965.972/0001-37	Pregão Eletrônico	ATA REGISTRO DE PREÇOS	01/08/2014	56.775,00	Mitsubshi/L200
Atlanta Rent a Car Ltda. 01.135.910/0001-44	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	01/07/2014	25.350,00	Wolkswagen/Amarok
Tropical Aluguel de Veículos Ltda. 63.885.313/0001-94	Dispensa Licitação	-----	-----	455,85	Wolkswagen/Gol
American Locadora de Veículos Ltda. 04.329.989/0001-32	Dispensa Licitação	-----	-----	6.410,00	Wolkswagen/Neobus/Fiat /Doblo
Ideal Rent Car Ltda 05.340.177/0001-50	Dispensa Licitação	-----	-----	4.440,00	Mitsubishi/L200/Triton
Rural Rental Service . 93.969.707/0001-91	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	26/03/2013 a 26/03/2014	77.220,81	Toyota
Rural Rental Service 93.969.707/0001-91	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	26/03/2013 a 26/03/2014	2.784,00	Renault
GMC Locadora de Veículos Ltda. 07.186.022/0001-37	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	30/03/2012 a 30/03/2013	400,00	Wolkswagen
Geraldo Araújo Oliveira Júnior 07.546.978/0001-00	Pregão Eletrônico	069/PR/08	-----	81.118,48	Veículo 4x4
Dantas Rent a Car 06933161/0001-14	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	-----	26.335,40	Pick-Up cabine dupla
RL Emp. Imobiliário 15183027/0001-34	Pregão Eletrônico	Ata Registro de Preços	-----	16.480,10	Pick-Up cabine dupla
DP Locadora – Locações de Veículos 06.007.543/0001-17	Pregão Eletrônico	022/PR/12	02/05/2012 a 01/05/2013	228.800,00	L200 Frontier

5.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

5.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.31 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF PA	01	01
	Município de Belém/PA	01	01
	UF SP	03	03
	Município Apiaí/SP	01	01
	Município de São Paulo/SP	02	02
	UF CE	01	01
	Município Fortaleza/CE	01	01
	UF RO	01	01
	Município Porto Velho/RO	01	01
	UF PE	01	01
	Município Recife/PE	01	01
	UF RN	01	01
	Município Natal/RN	01	01
	UF MT	01	01
	Município Cuiabá/MT	01	01
	UF PR	01	01
	Município Curitiba/PR	01	01
UF RR	01	01	
Município Boa Vista/RR	01	01	
UF BA	01	-	
Município de Feira de Santana/BA	01	-	
Subtotal Brasil		12	11
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	cidade	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	11

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

Os imóveis localizados nas cidades de Recife e Boa Vista terão seus registros no cadastro do SPIUNET futuramente.

O imóvel localizado na cidade de Cuiabá é de propriedade de outro órgão da Administração Pública.

5.2.2 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.32 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	176100347.500-1	3	385.147,86	27/04/2012			
	42700819.500-2	3	1.675.464,00	01/01/2004		288.989,90	56.796,74
	615300001500-8	3	1.714.020,00	21/06/2005			
	138900449500-0	3	577.600,00	24/08/2007			400,00
	710700463500-2	3	1.238.769,00	01/10/2007			23.223,36
	710700542500-1	3	248.076,00	01/10/2007			
	753500481500-1	3	154.620,00	11/11/2011			
	351500191500-9	3	5.855.639,55	11/12/2012			
	000300703500-9	3	8.851.766,46	15/07/2013		1.413.123,29	
Vazios	176100347.500-1	3	385.147,86	27/04/2012		12.459,00	39.072,12
Total						1.714.572,19	119.492,22

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

5.3 Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.33 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF BA	01	01
	Morro do Chapéu	01	01
	UF SC	01	01
	Criciúma	01	01
	UF RS	01	01
	Caçapava do Sul	01	01
	UF CE	01	01
	Fortaleza	01	01
	UF RN	01	01
	Natal	01	01
UF DF	02	–	
Brasília	02	–	
Subtotal Brasil		07	05
EXTERIOR	PAÍS	–	–
	cidade	–	–
Subtotal Exterior		–	–
Total (Brasil + Exterior)		07	05

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

6.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.34 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
N	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
N	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprova e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprova e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprova e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprova e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprova e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprova e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
N	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliar-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
N	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
N	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.

	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
N	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
S	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
N	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
N	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(3)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(2)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

6.1.1 Análise Crítica

A CPRM já licitou uma empresa que está em fase inicial dos trabalhos para a confecção de um PDTI.

Quanto ao Comitê de TI, já foi encaminhado à Diretoria Executiva, pelo Departamento de Informações Institucionais, via Diretoria de Relações Institucionais, o pedido para a formação do referido comitê, na semana passada.

A CPRM reformulou a gestão da área de Tecnologia em março e abril deste ano.

7 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.35 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
1.	DOF, Selo Madeira Legal, Gás Ecológico, Selo A Procel, Energy Star, Vidro livre de arsênico e painel de Led livre de Mercúrio, Papel livre de cloro elementar.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
1.	Certificado Inmetro, CA, Certificado de Análise, Cerflor do Inmetro, ISO 90001/14001				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
1.	REDUÇÃO				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
1.	Papel reciclado, Copos de água e café, canecas, sacolas ecológicas, Móveis, Ar condicionados.				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
1.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.36 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	5.197	4.043	3.620	57.845	45.326	40.048
Água	14.300	17.076	14.550	361.153	393.048	256.240
Energia Elétrica	2.290117	2.556.824	2.229.409	1.120.388	1.395.198	911.997
			Total	1.539.387	1.833.573	1.208.285

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

8 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

8.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME						2852
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
1	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.4	Determinação	24/11/2010	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM						227
Descrição da Deliberação						
Exija de empregados e diretores, no caso de viagens ao exterior, a apresentação de Relatório de Viagem ao Exterior – RVE, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº 91/800/85.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSUNI						227
Síntese da Providência Adotada						
A ASSUNI – Assessoria de Assuntos Internacionais, órgão encarregado da recepção e distribuição de tais Relatórios, rotineira e sistematicamente científica o empregado ou dirigente em viagem ao exterior a necessidade de apresentação de relatório de viagem em cumprimento à legislação vigente.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201213890, constatou o cumprimento do item, ao se verificar as prestações de contas						

de três viagens internacionais.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201213890, constatou o cumprimento do item, ao se verificar as prestações de contas de três viagens internacionais, mas com vários casos ainda pendentes conforme relatório mensal emitido pela ASSUNI.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.6	Determinação	24/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Revisar redação da norma interna AAS 06.01, que substituiu a norma 009/PR, de forma a adequá-la às disposições gerais estabelecidas pela Lei n. 9.784/99 e altere, em particular, o item 3.2 da referida norma, de modo a excluir o “afastamento temporário” do rol de penalidades disciplinares aplicáveis aos empregados da CPRM.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Organização e Métodos – DIORME / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
A Divisão de Organização e Métodos em conjunto com a Consultoria Jurídica, reeditaram nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A DIORME em conjunto com a Consultoria Jurídica já concluiu a nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União, e remetido para assinatura da Diretoria PR.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A determinação será atendida após publicação da citada norma interna revisada.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	004.641/2008-0	1624/2010 e 6596/2010	9.2.7	Determinação	24/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Concluída a revisão determinada no item precedente, proceda à devida orientação aos gestores da empresa e à ampla divulgação das alterações realizadas aos empregados da CPRM.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Organização e Métodos – DIORME / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
Em maio/2013 a Divisão de organização e Métodos. Dessa Superintendência, juntamente com a Divisão de Contencioso dessa Consultoria, ultimaram o referido documento normativo encaminhado ao PR para assinatura.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em maio/2013 a Divisão de organização e Métodos. Dessa Superintendência, juntamente com a Divisão de Contencioso dessa Consultoria, ultimaram o referido documento normativo encaminhado ao PR para assinatura, ainda não publicado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A determinação será atendida após assinatura do PR e devida publicação da citada norma interna.					

8.2 Tratamento de Recomendações do OCI

8.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.38 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	253221/2010	3.1.1.1	08/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
a) Retificar, no SIAFI, as despesas enquadradas equivocadamente como “08 – não se aplica”. b) Implementar o uso de cartão corporativo para efetivação de despesas relacionadas a suprimento de fundos, em observância ao disposto na IN STN nº. 04/2004. c) Rever a Norma Interna 012 – DAF, adequando-a a legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Escritório ERJ – DECOF			227
Síntese da Providência Adotada			
O DECOF decidiu inicia-la com a habilitação de apenas 05 (cinco) cartões de pagamento na UG 495130, em caráter de teste. E já foram feitos diversos avanços na questão do CPGF pela CPRM para o aprimoramento dos controles e que também foram feitas videoconferências com as diversas Regionais para uniformizar entendimentos e procedimentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201307770, constatou o cumprimento do item.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em função da complexidade de tal rotina, o DECOF decidiu inicia-la com a habilitação de apenas 05 (cinco) cartões de pagamento na UG 495130, em caráter de teste. Quando da reunião com a CGURJ de busca conjunta de soluções, foram apresentadas informações acerca das contas contábeis definidas para uso no âmbito dos adiantamentos e suprimento de fundos. Foi ressaltado, ainda, que já foram feitos diversos avanços na questão do CPGF pela CPRM para o aprimoramento dos controles e que também foram feitas videoconferências com as diversas Regionais para uniformizar entendimentos e procedimentos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307770/2013	1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Criar um procedimento sistematizado, a partir da emissão do espelho de empenho, contendo todas as informações necessárias ao correto preenchimento do SIAFI, inclusive o número do processo administrativo que deu origem ao processo licitatório e a modalidade adotada, para cada pedido de compra ou Nota Fiscal emitida correspondente a cada licitação realizada pela Unidade Regional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional de Belém – SUREG/BE			227
Síntese da Providência Adotada			
Aperfeiçoar continuamente as informações necessárias ao correto preenchimento do SIAFI com a utilização do espelho de empenho para emissão dos empenhos no SIAFI referentes à compra de materiais e contratação de serviços pela Unidade Regional. Implantar e elaboração de processos administrativos numerados para cada concessão de adiantamento para despesas e prestação de contas, continuando com o aperfeiçoamento do controle, e qualificação das			

informações registradas no SIAFI.
Síntese dos Resultados Obtidos
No exercício de 2013, com a utilização dos espelhos de empenho, contendo todos os dados necessários para o correto preenchimento do sistema na emissão de Notas de Empenho, a Unidade Regional 495300 apresentou melhoria em relação às informações registradas no SIAFI.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Em consulta ao SIAFI Gerencial, observamos que o número de empenhos emitidos em 2013 sem número do processo (UG 495300) reduziu-se para 0,7%.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307770/2013	4.1.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Estabelecer procedimento de pesquisa, nos processos de contratação de serviços de levantamento aerogeofísico e similares, contemplando empresas aptas a executar o objeto, por intermédio de consultas de preços. 2. Elaborar orçamento detalhado, que expresse, com razoável precisão, a composição de todos os custos unitários, nos termos do art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993, bem como da jurisprudência do TCU sobre o assunto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviços de Administração e Finanças do Escritório do RJ - SERAFI/RJ e Divisão de Geofísica - DIGEOF			227
Síntese da Providência Adotada			
O SERAFI/RJ se comprometeu a participar nas etapas a que antecedem as licitações do mesmo objeto, “no sentido de maior envolvimento com a área requerente visando implementar uma metodologia para a obtenção de valores estimados mais detalhados junto ao seletor mercado, bem como para a pesquisa de novas empresas que possuam requisitos técnicos para participação em futuros certames licitatórios			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201307770, constatou o cumprimento do item pela manifestação do SERAFI-RJ que aponta para a adoção de procedimentos adequados no sentido de se obter preços mais detalhados junto ao mercado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201307770, constatou o cumprimento do item, acerca da manifestação apresentada na reunião de busca, entendeu-se que foi reconhecida a falha e que estão sendo adotadas as medidas para o seu saneamento.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307770/2013	4.2.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Fazer constar, nos processos de contratação por inexigibilidade de licitação, cópias de notas fiscais (ou documento equivalente) de venda a outros clientes, de modo a comprovar a adequação dos preços contratados pela CPRM em relação aos praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Contrato - DICONT			227

Síntese da Providência Adotada
O processo de inexigibilidade passará para o setor de compras, que será reestruturado, e que fará a verificação da adequação ao preço de mercado, dentre outros. O DICONT ficará apenas com a gestão de contratos e a área de compras especialista irá definir a modalidade e montar o processo interagindo com as demais áreas. Esta área de compras reestruturada terá, também, a função de planejamento nacional de compras e gestão das aquisições.
Síntese dos Resultados Obtidos
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201307770, constatou o cumprimento do item que observaram as disposições regulamentares atinentes ao assunto, constantes na Lei n.º 8.666/93, em especial nos artigos 25 e 26.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201307770, constatou o cumprimento do item, acerca da manifestação apresentada na reunião de busca, entendeu-se que foi reconhecida a falha e que estão sendo adotadas as medidas para o seu saneamento.

8.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.39 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	253221/2010	3.1.3.2	08/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
a) Verifique junto às prestadoras de Serviços Telefônico Fixo Comutado – STFC se as mesmas são capazes de atender às necessidades da companhia, juntando a documentação comprobatória dessa pesquisa ao processo de contratação da prestação de serviço. b) Verificar o custo da viabilidade de modernização da rede telefônica da entidade, com a implantação de outras tecnologias. c) Sempre promover procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços, inclusive Serviços Telefônicos Fixo Comutado – STFC, serviços administrativos e serviços de tecnologia da informação, à exceção de situações excepcionais de dispensa ou inexigibilidade, previstas nos arts. 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentadas e instruídas nos termos do art. 26, da mesma lei.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Escritório ERJ – SERAFI-RJ			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram gerados 4 processos licitatório dentre deserto, revogado, fracassado e outro em fase de assinatura do contrato. Evidencia-se as dificuldades encontradas e superadas logrou-se êxito nos 2 objetos (Linha Digital e analógica).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
SERAFI-RJ informa que é imprescindível parecer jurídico da COJUR, visando orientar embasar os cancelamentos das licitações realizadas, uma vez que foram adjudicadas, homologadas e publicadas no Diário Oficial da União. Após a efetivação dos cancelamento, providenciará os respectivos Termos de Referência com vista a realização de novos Certames Licitatórios.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307770/2013	2	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Estudar viabilidade em se institucionalizar um Órgão de Correição na CPRM. Designar um coordenador responsável pelo registro das informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD, e indicar ao órgão central da CGU um empregado para perfil de administrador principal do sistema.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Geral - SEGER	227
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A recomendação foi remetida para Consultoria para pronunciamento quanto à institucionalização de um Órgão de Correição da CPRM, devendo ser analisado dentro do prazo concedido para implementação da recomendação. Após emissão do respectivo parecer da Consultoria Jurídica da CPRM, será analisado qual o órgão ou empregado será designado para o perfil de administrados do sistema CGU-PAD.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A designação de um coordenador responsável pelo registro das informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD ainda não foi providenciado, no entanto deverá ser indicado ao órgão central da CGU um empregado para perfil de administrador principal do sistema, dentro do prazo concedido para implementação da recomendação.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307770/2013	3	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Compatibilizar os valores referentes a imóveis nas demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e pela Lei nº 6404/76. Registrar as reavaliações no SPIUNET.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio - DEAMP			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Solicitaremos às Unidades Regionais nova avaliação e registro no SPIUNET, dos imóveis de uso especial sob suas gestões. E juntamente com a área contábil estamos fazendo análise dos valores registrados no SPIUNET.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As informações de avaliação e registro dos imóveis são feitos pelas Unidades o que já solicitamos a todas as unidades que adotasse providências quanto à reavaliação dos imóveis e posterior atualização no SPIUNET.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307770/2013	1.1.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Implementar indicadores de desempenho mensuráveis e úteis à avaliação da gestão da CPRM, considerando, inclusive, o novo marco regulatório.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Recursos Humanos – DERHU e Departamento de Administração, Material e Patrimônio - DEAMP			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O DERHU possui outros indicadores de mensuração que são elaborados com base nas planilhas eletrônicas e o DEAMP não dispõe de indicadores como ferramenta de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção Providências p/ Gestor			
O Chefe de Planejamento e Métodos não estabeleceu, em conjunto com os Departamentos, indicadores aptos ao acompanhamento da gestão da Empresa.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307770/2013	1.1.2.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Providenciar a criação de um Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Agência no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais definindo normativamente suas atribuições. 2. Elaborar Planejamento Estratégico Institucional que determine a organização das políticas e estratégias que orientarão a Empresa no uso e disponibilização do recurso para a realização dos objetivos institucionais. 3. Elabora um PETI e um PDTI contendo elementos estratégicos, alinhados com os objetivos do negócio, prevendo a sua revisão para realinhamento ao Plano Estratégico Institucional, quando implementado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O PDTI, a CPRM está finalizando a elaboração do Edital para a contratação de uma Empresa especializada para a elaboração do citado Plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O PEI, PETI, PDTI, bem como a Criação de Comitês especialistas, no caso o Comitê Diretivo de TI, é de responsabilidade da Diretoria Executiva da Empresa. O Departamento de Informações Institucionais, responsável pela área de TI, não tem autonomia para decidir sobre esses assuntos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201307770/2013	1.1.2.2	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Nomear Gestor de Segurança da informação e Comunicações. 2. Instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicação. 3. Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Implantação formal de uma Política de Segurança da Informação e Comunicação será alvo de uma das ações do futuro Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A definição de um Gestor de Segurança da Informação cabe à Diretoria Executiva, que tem a função de estipular Comitês e gestores especialistas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há na Empresa, profissional apto a assumir o papel de Gestor de Segurança da Informação e que será necessária a capacitação do empregado que vier a ocupar a função.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201307770/2013	1.1.2.3	17/09/2013

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM		227
Descrição da Recomendação		
1. Implementar controles que permitam a adequada coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM. 2. Efetuar estudo de modo a verificar a adequação da estrutura dos recursos humanos de TI.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF		227
Justificativa para o seu não Cumprimento		
As Gerências Regionais – GERIDES listadas, não são apenas de informática, ela atuam ainda nas áreas de cartografia, laboratórios, documentação técnica (bibliotecas) e geoprocessamento. No caso da informática, se justifica para manutenção das redes locais, de computadores, desenvolvimento de intranets locais, atendimento ao usuário, desenvolvimento de pequenas aplicações para atendimento de demandas locais.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção Providências p/Gestor		
Necessária presença do gestor com atribuições de TI nas Regionais devido à estrutura de rede e sistemas nos locais. Geoprocessamento que pode não se comunicar adequadamente com o Departamento de TI. A CPRM possui maior diversidade e especificidade de assuntos em comparação a outras empresas.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201307770/2013	1.1.2.4	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Nos contratos de serviços, utilizar a aferição de esforço por meio da métrica homens-hora apenas mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos. 2. Quando da realização de licitatórios para contratação de serviços, estabelecer, nos termos de referência, critérios objetivos para a aferição dos esforços e vinculação dos pagamentos a serem realizados no futuro contrato. 3. Nos casos dos contratos existentes em que o contratado não concorde com o estabelecimento de níveis de serviço, efetuar novo procedimento licitatório ao invés de prorrogar o contrato vigente, nos casos cabíveis, quando de seu vencimento. 4. Estabelecer níveis de serviço vinculados aos pagamentos em todos os contratos de serviços a serem celebrados, bem como naqueles já existentes mediante a anuência dos contratados e a celebração de termos aditivos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF			227
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O nível de serviço que se espera é que o serviço esteja operacional. Não existe produto mensurável para essas atividades			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção Providências p/Gestor			
A forma de remuneração por homem/hora nos foi indicada como a mais apropriada pela área de contratos da CPRM.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201307770/2013	1.1.2.5	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Normatizar o Processo de Desenvolvimento de Sistemas no âmbito da CPRM, documentando e implementando metodologia que oriente tanto os desenvolvimentos internos quanto os decorrentes de procedimento licitatório. 2. Quando da contratação de desenvolvimento de sistemas, efetuar especificações detalhadas que permitam o adequado dimensionamento do sistema e que definam todos os artefatos associados ao processo de desenvolvimento, desde a definição de requisitos até a implantação do sistema.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Informática – DEINF	227
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A definição e implantação de processos de desenvolvimento de softwares e de metodologia de desenvolvimento de sistemas, bem como demais procedimentos correlatos, também será alvo de uma das ações do futuro Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Definição e implantação de processos de desenvolvimento de softwares e de metodologia de desenvolvimento de sistemas.	

8.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A AUDITE está vinculada diretamente ao presidente do Conselho de Administração tendo por objetivo básico o exame analítico e periódico dos atos e fatos administrativos praticados nos diversos órgãos da CPRM, quanto ao fiel cumprimento das Normas e Instruções vigentes, bem como do Orçamento e dos programas aprovados pelo Conselho de Administração.

A Auditoria Interna é composta por um Chefe de Auditoria Interna nomeado pelo Conselho de Administração e submetido à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU, e por sete Auditores e uma Assistente Administrativa concursados.

A Auditoria Interna da CPRM realizou os trabalhos de avaliação dos atos e consequentes fatos praticados pela Administração no exercício de 2013, abrangendo as áreas de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos, de Suprimento de Bens e Serviços e Operacional, os quais resultaram na elaboração de 10 (dez) Relatórios de Auditoria de Acompanhamento, bem como na elaboração de 22 (vinte e duas) Notas Técnicas e 01 (um) Parecer de Auditoria Interna.

Observamos que os trabalhos de Auditoria de Acompanhamento da Gestão realizados no exercício de 2013 foram individualizados por Unidade Gestora de Recursos da CPRM, dos quais destacamos a seguir as 126 (cento e vinte e seis) constatações e suas respectivas recomendações conforme consignadas nos Relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício de 2013.

Com relação os trabalhos de monitoramento da gestão, realizados no exercício de 2013, com o objetivo de verificar as ações adotadas pelos gestores para implementação das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União, da Auditoria Externa, da própria AUDITE e das determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União ainda pendentes, emitimos 25 Relatórios de *Follow-up* para cada unidade auditada.

A atividade permanente de acompanhamento e monitoramento dos atos de Gestão na CPRM, tornou possível avaliar a efetividade no atendimento das recomendações e determinações exaradas no triênio 2010-2012, sendo certo que a empresa vem atingindo índices satisfatórios de implementação das recomendações e determinações, oriundas dos Órgãos de Controle, a seguir demonstrado:

Constatações de Auditoria – 2010/2012	2010	%	2011	%	2012	%
Total	62	100%	106	100%	107	100%
Implementadas	37	60%	82	77%	57	53%
Implementadas Parcialmente	18	29%	18	17%	35	33%
Não Implementadas	07	11%	06	6%	15	14%

Cabe observar que dos pontos emanados pelos Órgãos de Controle e AUDITE, já foram adotadas ações corretivas para 89% das recomendações emitidas em 2010; 94% em 2011; e 86% em 2012, sendo certo que as pendências serão objeto de monitoramento pela Auditoria Interna.

No exercício de 2013, foi possível a realização das atividades de campo de auditoria interna em 10 (dez) Unidades Gestoras da CPRM, dentre as 13 (treze) consideradas no PAINT/2013, as quais serão priorizadas no exercício de 2014.

Os trabalhos realizados pela AUDITE, abrangendo o exercício de 2013, tiveram por objetivo a avaliação das áreas de Controles da Gestão e Gestões Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos, de Suprimentos de Bens/Serviços e Operacional da empresa, bem como o *Follow-up* das ações adotadas pelos gestores em implementação as recomendações emitidas pelos Órgãos de Controle que atuaram na empresa nos últimos três exercícios 2010/2012.

Como resultado dos exames e da avaliação das Unidades Gestoras da CPRM, a AUDITE tem destacado fragilidades nos procedimentos abaixo relacionados, tanto em seus aspectos gerais como específicos, identificados, sobretudo, nas áreas de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Suprimentos de Bens e Serviços e Operacional:

- a. Falta de planejamento para a realização das compras de materiais e serviços;
- b. Limites e enquadramento de Modalidades Licitatórias Inadequados;
- c. Montante elevado de inscrições em Restos a Pagar;
- d. Fiscalização fragilizada de Contratos;
- e. Dificuldade no atendimento e apresentação das informações aos Órgãos de Controle;
- f. Informações inadequadas relativas às operações da UG no SIAFI e nos outros sistemas de informações da CPRM (Página de transparência, Lei de Acesso as Informações, SIC, SIOPE);
- g. Não cumprimento das normas internas da CPRM e do Governo;
- h. Acompanhamento dos Projetos de forma fragilizada. Falta de indicadores de desempenho e de execução dos projetos (físico e financeiro);
- i. Imóveis de Uso Especial sem Registro Imobiliário Patrimonial – RIP, bem como desatualização de data e valor patrimonial dos bens no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet;
- j. Fragilidade na formação do preço estimado nos processos licitatórios;
- k. Contratação de serviços sem a cobertura de certame licitatório.

Dentre as causas identificadas pela AUDITE para ocorrência das fragilidades destacadas, relacionamos as que seguem:

- a. Falta de uma estratégia de gestão centrada no desempenho para o desenvolvimento e melhora sustentável dos resultados;
- b. Ausência de um marco para a eficácia do desenvolvimento na qual a informação sobre o desempenho é usada para melhorar a tomada de decisão, e inclui ferramentas práticas como:
 - planejamento estratégico;
 - programação e execução orçamentária;
 - gestão de riscos;
 - e monitoramento e avaliação dos resultados.
- c. Metas de desempenho claras e eficazes vinculadas às dotações orçamentárias por exercício financeiro definido na LOA;
- d. Deficiência na execução transparente do Orçamento Público, para cuja efetiva e eficaz *accountability* é fundamental a migração – e conseqüente modernização e integração – das rotinas administrativas para os Sistemas de Controle, Compras e Serviços Informatizados, tais como:
 - SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais;
 - SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;
 - Comprasnet – Portal de Compras do Governo Federal;
 - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;
 - Cartão Corporativo do Governo Federal.

Deste modo, considerando as adequações feitas no cronograma de execução, em função das atividades não previstas realizadas, as horas/homem da equipe de auditoria interna disponíveis foram integralmente utilizadas, sendo certo que todas as Unidades Gestoras de recursos da CPRM sofreram algum tipo de ação de controle por parte da Auditoria Interna no exercício de 2013, conforme previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2013.

Cabe observar que o resultado dos trabalhos, considerando a efetividade das ações adotadas e as justificativas encaminhadas pelos Gestores, em atendimento às recomendações emitidas pelos Órgãos de Controle do Poder Executivo Federal, TCU e pela própria Auditoria Interna, são objeto de monitoramento constante pela empresa, os quais serão consubstanciados nos respectivos Relatórios de *Follow-up* a serem emitidos durante o exercício de 2014.

8.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.40 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	–	–	14
	Entregaram a DBR	–	–	14
	Não cumpriram a obrigação	–	–	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	42	39	298
	Entregaram a DBR	42	39	298
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–

Fonte: Divisão de Pessoal – DIAPES

8.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Este Departamento de Recursos Humanos – DERHU – conforme indicado na fonte acima, ainda não possui sistema informatizado para controle e acompanhamento deste item, sob sua gestão. Para tal, utiliza planilha em excel, com acompanhamento nominativo x quantitativo.

Passarão a serem adotadas as seguintes providências em relação ao não cumprimento da obrigação de entrega das DBR's:

- Nas situações de posse: após a publicação do ato, que se dá na intranet, este departamento solicita à unidade de lotação do nomeado o encaminhamento da DBR.
- Nas situações de final de exercício: no documento de convocação para o ato homologatório (telegrama), solicita-se a entrega da DBR.
- No final do exercício financeiro: e-mail de cobrança a todos os empregados investidos em funções comissionadas.

Cabe à Secretaria Geral – SEGER, vinculada à Presidência, a guarda do documento recepcionado, em envelope lacrado, por este Departamento.

8.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.41 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
12	–	–	–	–	–	–	–	–

9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

9.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A CPRM coloca à disposição da população canais de comunicação, imparciais e independentes para responder às demandas, esclarecer direitos e defender os interesses dos cidadãos. No site, além do “Fale Conosco”, há canais específicos para “Fornecedores” e informações a respeito de “Licitações”: nesses espaços há contatos como telefones, e-mails e o funcionário que poderá atendê-lo. Como uma segunda instância, nos casos em que o interessado não se sentir satisfeito, a empresa disponibiliza a Ouvidoria para auxiliar a resolver a questão. Destacamos também a Lei de Acesso à Informação, em cujo espaço publicamos informações de interesse público perseguindo nosso compromisso de tornar a gestão o máximo transparente à sociedade.

9.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

O Site da CPRM foi citado pela maioria das empresas como fonte de busca e aquisição de produtos geológicos. É a forma mais sistemática de comunicação e acesso aos produtos. Podemos aqui destacar também os aconselhamentos recebidos para que sejam feitas atualizações em alguns projetos específicos, tais como os mapeamentos da área da Amazônia Legal; aprofundamento da ação de gestão territorial; geração de dados novos; estudos sobre potenciais minerais regionais; mapeamentos geológicos sistemáticos do país e amostragens regionais sistemáticas por sedimento de corrente; digitalização de dados antigos, principalmente de cavernas; e utilização do método magnetotelúrico.

9.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Os dados a seguir apresentados resultam da série de entrevistas realizadas por esta Ouvidoria com representantes de 39 empresas do setor mineral. Tal pesquisa qualitativa teve como objetivo principal buscar a opinião deste segmento de público em relação a diversos aspectos relacionados à atuação da CPRM.

Este fato ganha relevância a partir do entendimento de que o estabelecimento de um canal de comunicação efetivo entre a instituição e o público usuário, além de contribuir no aspecto satisfação, ajuda a promover melhorias dos processos internos da CPRM. É fato que nas críticas, elogios, sugestões e denúncias há valiosas informações que podem ser absorvidas positivamente pela empresa. Por este motivo preferiu-se o método qualitativo.

Como resultado das pesquisas realizadas nos últimos três anos, a empresa vem pesquisando softwares utilizados pelas empresas para publicação em formatos compatíveis, para que não haja perda na hora da conversão. Sugeriu-se também que os produtos antigos, disponibilizamos apenas em PDF, sejam o quanto antes convertidos para o formato GIS.

Também foi recomendado a CPRM que o processo de download seja modificado, com a possibilidade de uso de FTP; que haja mais publicações na língua inglesa; e que seja oferecido arquivos em formatos editáveis, como planilhas em XLS em vez de apenas em PDF.

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A CPRM atende as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de contabilidade federal, compete, dentre outras coisas, estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil, de acordo com o Decreto nº 6.976/2009.

A escrituração e as Demonstrações Contábeis da empresa são elaboradas com base no Plano de Contas da Administração Pública, contido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, auditadas por Auditores Independentes e publicadas na imprensa oficial em observância à Lei 6.404/76.

A adoção pela empresa das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central de contabilidade federal.

10.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Vide Anexo I

10.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Vide Anexo II

10.4 Composição Acionária das Empresas Estatais

10.4.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.42 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	87,53%	87,53%	87,53%
	Outras Entidades Governamentais	1,72%	1,72%	1,72%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	89,25%	89,25%	89,25%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		89,25%	89,25%	89,25%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	9,80%	9,80%	9,80%
	Outras Entidades Governamentais	0,95%	0,95%	0,95%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	10,75%	10,75%	10,75%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)		10,75%	10,75%	10,75%
Total		100%	100%	100%

10.5 Relatório de Auditoria Independente

Vide Anexo III

11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Destacamos como principal conquista da CPRM no exercício de 2013 a realização do Concurso Público de âmbito nacional visando o preenchimento de 355 vagas, dentre os quais 185 geólogos, que já iniciaram um processo de recepção e treinamento visando a preparação para o engajamento nas atividades da Empresa.

12 Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar

I. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

1. Nome

BB Previdência

2. Razão Social

BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil

3. CNPJ

00.544.659/0001-09

4. Demonstrativo Anual, contendo:

a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

R\$ 99.123.158,86

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

R\$ 6.982.321,58

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

R\$ 6.920.156,07

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

R\$ 21.949.078,84

e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

Valores referente ao pagamento da parcela de TSP – Tempo de Serviço Passado. As formas de contribuição previstas no plano CPRM Prev estão em conformidade com o previsto no artigo 19 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Limite máximo de alocação (%) ¹				Alocação em 31.12.2013(%)			
Renda fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Operações com participantes ²	Renda fixa	Renda Variável	Investimento Estruturado	Operações com participantes
100	70	20	15	82	17	1	0

1 – Conforme estabelecido na Resolução CMN 3.792, de 24.09.2009

2 – Operações de empréstimos com participantes

Saldo das aplicações em 31.12.2013:

PLANO	CARTEIRA	SALDO (R\$)
CPRM - PROGRAMADO	BB PREVIDÊNCIA FIC GRUPO 3 FI RF MULT	438.218.931,15
CPRM - RISCO	BB PREVIDÊNCIA FIC GRUPO 5 FI RF MULT	50.248.396,77

g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

As competências de supervisão e fiscalização da SPC foram transferidas para a PREVIC. Vide item II.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Vide política de investimento. Vide Anexo IV.

5. Conclusões contidas no relatório da auditoria independente;

Vide Anexo V.

6. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;

2013: déficit técnico de R\$8.170.486,74

2012: superávit técnico de R\$608.425,19

2011: superávit técnico de R\$7.036.300,76

7. Conclusões do último estudo atuarial;

A situação econômico-atuarial do Plano **CPRM PREV**, em 31 de dezembro de 2013, é **deficitária em R\$ 8.170.486,74**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Em se tratando de déficit inferior a 10% do total das Provisões Matemáticas em Benefício Definido, não há necessidade da elaboração de Plano de Equacionamento até o final do exercício de 2014.

II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Vide Relatório de fiscalização PREVIC 03/2013 (Anexo VI).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os levantamentos básicos, geológicos e aerogeofísicos continuaram avançando, gerando informações não só para o setor mineral, mas também para o planejamento e gestão do meio físico. De 2009 a 2013 concluímos mapeamentos geológicos nas escalas 1:250.000 e 1:100.000 em cerca de 955.655 km² de uma previsão de 1.359.000 km² até 2014. Quanto à aerogeofísica, em 2013 alcançamos 1.366.982 km² levantados, correspondendo a 84% da meta de 1.620.000 km² até 2014.

A CPRM tem empreendido grande esforço na área de desastres naturais, compreendendo o risco geológico e os fenômenos hidrológicos extremos. Sob o acompanhamento direto da Casa Civil da Presidência da República, atingimos as metas estabelecidas para 2013, ao concluirmos a elaboração dos mapas de setorização de risco a movimentos de massa e inundações em 264 municípios com risco alto e muito alto a esses tipos de desastres e de 94 cartas municipais de suscetibilidade a movimentos de massa e inundações.

Na Geologia Marinha, a CPRM/SGB continuou sua atuação como coordenadora operacional de dois grandes programas nacionais, desenvolvidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM): Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLAC) e Programa de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA). Destacamos que no contexto do PROAREA, após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia com outros órgãos governamentais, particularmente com a CIRM, a proposta de plano de trabalho para exploração mineral em área oceânica internacional foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e encaminhada, ao final do ano, à International Seabed Authority (ISBA).

Nos Levantamentos Hidrogeológicos, temos como meta estratégica implantar até 2014 a Rede de Monitoramento de Poços de Água Subterrânea em bacias sedimentares, fundamental para a preservação desse recurso. Até dezembro de 2013 já contamos com 312 poços incorporados a essa rede (cedidos ou perfurados), com monitoramento rotineiro, abrangendo 28 aquíferos em 19 estados.

Na área de recursos hídricos superficiais, destacamos a realização do monitoramento de grande parte da rede hidrometeorológica nacional (em parceria com a ANA), com a operação de 3.545 estações em todo o Brasil, a exceção do estado do Paraná, correspondendo a 76% da rede hidrometeorológica de domínio federal, tendo sido realizadas 61.619 medições hidrológicas. Também foram realizados estudos de bacias hidrográficas e a operação e desenvolvimento de sistemas de alerta e prevenção de riscos hidrológicos extremos.

Cientes da importância do nosso capital humano, continuamos investindo pesadamente em capacitação e desenvolvimento dos técnicos da CPRM, resultando no treinamento de 656 empregados, totalizando 36.408 horas. Ao final de 2013, dentre seus 1.618 empregados efetivos, 907 são de nível superior, sendo que 165 possuem especialização, 244 são mestres e 96 doutores.

Realizamos concurso público de âmbito nacional, visando ao preenchimento de 355 vagas. Dentre os aprovados, 185 geólogos já iniciaram o processo de recepção e treinamento.

Embora tenha uma atuação técnica, focada em projetos para a geração de conhecimento geológico e hidrológico básico do território brasileiro, a CPRM/SGB tem a responsabilidade social como um de seus valores fundamentais. Em 2013, foram desenvolvidas ações que estimularam práticas sustentáveis dentro e fora da instituição, bem como a interação de seus/suas técnicos(as) com diversos setores da sociedade. Merecem destaque as práticas sustentáveis, o apoio educativo e a atuação da Comissão de Ética e do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça.

MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO
Diretor-Presidente

C P R M

ANEXO I

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

EXERCICIO	2013	MES	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	22/01/2014	PAGINA	1

RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.231.815.634,00	1.231.815.634,00	2.122.525,93	1.229.693.108,07	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.484.448.571,00	1.564.424.236,34	542.415.576,86	1.022.008.659,48
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.226.100.832,00	1.226.100.832,00	25.554,28	1.226.075.277,72	DESPESAS CORRENTES	433.954.305,00	512.089.970,34	507.318.073,40	4.771.896,94
RECEITAS DE SERVICOS	3.936.253,00	3.936.253,00	1.537.255,88	2.398.997,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	228.135.128,00	266.370.445,00	264.825.174,73	1.545.270,27
TRANSFERENCIAS	579.953,00	579.953,00	0,00	579.953,00	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	9.811,00	9.811,00	6.928,88	2.882,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	1.198.596,00	1.198.596,00	559.715,77	638.880,23	OUTRAS DESPESAS CORREN	205.809.366,00	245.709.714,34	242.485.969,79	3.223.744,55
RECEITAS DE CAPITAL	415.517,00	415.517,00	265.665,32	149.851,68	DESPESAS DE CAPITAL	1.050.494.266,00	1.052.334.266,00	35.097.503,46	1.017.236.762,54
ALIENACAO DE BENS	415.517,00	415.517,00	265.665,32	149.851,68	INVESTIMENTOS	34.756.133,00	36.596.133,00	35.090.697,46	1.505.435,54
					AMORTIZACAO DA DIVIDA	6.806,00	6.806,00	6.806,00	0,00
					RESERVA DE CONTINGENCIA	1.015.731.327,00	1.015.731.327,00	0,00	1.015.731.327,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	46.630.000,00	45.610.145,56	1.019.854,44
					DESPESAS CORRENTES	0,00	40.930.000,00	39.968.447,54	961.552,46
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	40.930.000,00	39.968.447,54	961.552,46
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.700.000,00	5.641.698,02	58.301,98
					INVESTIMENTOS	0,00	5.700.000,00	5.641.698,02	58.301,98
SUBTOTAL I	1.232.231.151,00	1.232.231.151,00	2.388.191,25	1.229.842.959,75	SUBTOTAL I	1.484.448.571,00	1.611.054.236,34	588.025.722,42	1.023.028.513,92
TOTAL	1.232.231.151,00	1.232.231.151,00	2.388.191,25	1.229.842.959,75	TOTAL	1.484.448.571,00	1.611.054.236,34	588.025.722,42	1.023.028.513,92
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	585.637.531,17	-585.637.531,17	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.232.231.151,00	1.232.231.151,00	588.025.722,42	644.205.428,58	TOTAL GERAL	1.484.448.571,00	1.611.054.236,34	588.025.722,42	1.023.028.513,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS	2013	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	EMISSAO	PAGINA
		22/01/2014	1

INGRESSOS		DISPENSÍDIOS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	
RECEITAS CORRENTES	2.675.370,24	4.140.717,66	DESpesas CORRENTES	547.286.520,94
RECEITA PATRIMONIAL	1.140,14	164.275,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	221.383.104,40
RECEITA DE SERVICOS	1.537.975,88	1.764.301,92	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.928,88
OUTRAS TRANSFERENCIAS	0,00	585.883,06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.956.590,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	580.354,94	1.229.325,16	OUTRAS DESPESAS	279.956.590,72
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	555.899,28	396.931,90	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	45.939.896,94
RECEITAS DE CAPITAL	265.665,32	305.988,48	DESPESAS DE CAPITAL	40.739.201,48
ALIENACAO DE BENS	265.665,32	305.988,48	INVESTIMENTOS	40.732.395,48
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	6.806,00
DEDUCOES DA RECEITA	-552.844,31	-671.967,78	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	430.241.140,78
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	831.154.138,05	1.751.206.560,14	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	424.140.777,38
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	825.771.552,60	1.744.946.448,50	REPASSE CONCEDIDO	190.079,37
REPASSE RECEBIDO	404.393.623,95	335.943.087,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO	418.216.773,55
SUB-REPASSE RECEBIDO	418.216.773,55	1.405.788.210,84	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	418.216.773,55
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	418.216.773,55	1.405.788.210,84	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.464,29
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	474.026,36	3.211.686,29	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.730.460,17
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.687.128,74	3.464,29	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	6.100.363,40
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.382.585,45	6.260.111,64	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	4.522.773,44
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.000.000,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.522.773,44
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.000.000,00	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	4.382.585,45	6.260.111,64	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.577.589,96
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.231.442.518,32	905.750.008,85	DISPENSÍDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.046.717.984,42
VALORES EM CIRCULACAO	283.146.104,85	211.779.775,15	VALORES EM CIRCULACAO	406.168.674,53
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	281.606.841,25	210.240.511,55	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	404.629.410,93
CREDITOS TRIBUTARIOS	1.539.263,60	1.539.263,60	CREDITOS TRIBUTARIOS	1.539.263,60
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.733.924,46	1.802.098,08	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.161.155,10
VALORES DIFERIDOS	5.733.924,46	1.802.098,08	VALORES DIFERIDOS	3.161.155,10
DEPOSITOS	10.358.313,75	10.990.343,28	DEPOSITOS	10.990.343,28
CONSIGNACOES	10.118.615,77	1.308.049,29	CONSIGNACOES	1.308.049,29
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	211.764,11	187.302,64	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	187.302,64
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	27.933,87	9.494.991,35	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	9.494.991,35
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	428.328.422,53	271.188.211,62	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	262.968.833,58
FORNECEDORES	19.525.124,27	10.539.796,83	FORNECEDORES	10.539.796,83
DO EXERCICIO	16.763.517,95	9.473.521,26	DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.539.796,83
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.761.606,32	1.066.275,57	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	673,39
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	5.177.869,36	673,39	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	116.795.114,83
RESTOS A PAGAR	213.408.347,93	125.014.492,87	VALORES EM TRANSITO	4.620,38
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	187.679.837,29	116.795.114,83	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	134.829.412,16
CANCELADO	25.728.510,64	8.219.378,04	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	14.014,00
VALORES EM TRANSITO	22.986,16	320,66	OUTROS DEBITOS	750.000,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.431,26	4.620,38	PROVISOES FINANCEIRAS	34.881,33
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	187.950.763,78	134.829.412,16	OUTRAS OBRIGACOES	4.073,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2013	MES	DEZ (FECHADO)
SUBTITULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS	EMISSAO	22/01/2014	PAGINA	2
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				

TITULOS	INGRESSOS			DISPENDIOS		
	2013	2012	TITULOS	2013	2012	2012
OUTROS DEBITOS	762.168,28	14.014,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	363.428.977,93		302.464.319,44
PROVISOES FINANCEIRAS	750.000,00	750.000,00	BAIXA DE DIREITOS	164.106.861,92		129.697.077,58
OUTRAS OBRIGACOES	723.731,49	34.881,33	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	164.106.861,92		129.697.077,58
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	503.875.752,73	409.989.580,72	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	199.322.116,01		172.767.241,86
INCORPORACAO DE DIREITOS	432.251.575,55	280.087.403,42	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	199.322.116,01		172.767.241,86
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	432.251.575,55	280.087.403,42				
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	71.624.177,18	129.902.177,30				
EXERCICIOS ANTERIORES	730.670,39	547.485,49				
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	70.893.506,79	129.354.591,81				
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	100,00				
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	1.115,00	1.115,00	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	1.115,00		1.115,00
OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.115,00	1.115,00	OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.115,00		1.115,00
INGRESSOS	2.064.985.962,62	2.660.732.422,35	DISPENDIOS	2.064.985.962,62		2.660.732.422,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS	2013	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	EMISSAO	PAGINA
		22/01/2014	1

ATIVO		PASSIVO		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	
ATIVO FINANCEIRO	408.856.918,27	283.150.684,14	PASSIVO FINANCEIRO	274.433.203,22
DISPONIVEL	1.115,00	1.115,00	DEPOSITOS	10.358.313,75
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	1.115,00	1.115,00	CONSIGNACOES	10.118.615,77
CREDITOS EM CIRCULACAO	406.168.674,53	283.146.104,85	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	27.933,87
CREDITOS A RECEBER	1.741.523,17	2.578.851,19	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	211.764,11
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	31.981.522,92	12.970.182,73	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	402.599,911,89
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	372.389.449,91	267.597.070,93	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.222.593,17
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	56.178,53	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	16.763.517,95
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.687.128,74	3.464,29	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	2.761.606,32
VALORES DIFERIDOS	2.687.128,74	3.464,29	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	35.494,18
ATIVO NAO FINANCEIRO	-154.203.847,12	-35.905.936,85	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.142.375,18
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-340.095.687,63	-225.411.551,00	PROVISOES DIVERSAS	750.000,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-342.514.453,68	-225.923.785,47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.431,26
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-372.389.449,91	-267.597.070,93	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	762.168,28
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-56.178,53	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	187.679.837,29
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.919.213,21	17.175.091,69	A LIQUIDAR	187.679.837,29
RECURSOS VINCULADOS	30.480,92	30.480,92	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	22.986,16
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.679.634,59	1.716.955,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	187.950.763,78
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	25.301.846,04	22.750.757,85	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	723.731,49
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.418.766,05	512.234,47	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.730.460,17
ESTOQUES	578.338,65	503.253,06	VALORES DIFERIDOS	5.730.460,17
TITULOS E VALORES	1.840.427,40	8.981,41	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-178.108.618,83
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	32.998.426,64	60.519.352,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-199.541.823,34
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	2.439.810,10	2.497.105,40	FORNECEDORES A PAGAR	877.995,89
DEPOSITOS COMPULSORIOS	440.570,15	414.184,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
RECURSOS VINCULADOS	1.999.239,95	2.082.921,20	PROVISOES	112.234.133,02
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	30.558.616,54	58.022.246,96	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-187.950.763,78
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	21.205.204,19	39.544.126,25	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-187.950.763,78
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.345.592,64	23.713.227,56	OPERACOES DE CREDITO	14.327,81
CREDITOS A RECEBER	2.797.280,78	2.837.164,27	EXTERNAS	14.327,81
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-2.774.853,28	-2.774.853,28	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	38.196.111,23
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-14.014.607,79	-5.297.417,84	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	24.743.627,20
PERMANENTE	152.893.413,87	128.986.261,79	OUTROS DEBITOS A PAGAR	10.393,60
INVESTIMENTOS	504.368,41	504.368,41	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-187.679.837,29
PARTICIPACAO SOCIETARIA	504.368,41	504.368,41	ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	12.188,98
IMOBILIZADO	148.340.652,62	128.310.941,56	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	21.433.204,51
BENS MOVEIS E IMOVEIS	223.789.584,69	193.336.167,30	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	21.433.204,51
TITULOS E VALORES	8.794.118,76	8.794.118,76	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	228.000,32
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-84.243.050,83	-73.819.344,50	OPERACOES DE CREDITO A PAGAR	21.205.204,19
INTANGIVEL	4.048.392,84	170.951,82	PASSIVO REAL	240.580.066,98
ATIVO REAL	254.653.071,15	247.244.747,29	PATRIMONIO LIQUIDO	14.073.004,17
			PATRIMONIO/CAPITAL	30.147.526,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PÚBLICAS

ORÇAO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

EXERCÍCIO 2013

EMISSÃO
22/01/2014

MES
DEZ(FECHADO)

PÁGINA
2

		PASSIVO	
TITULO	TITULOS	2013	2012
	CAPITAL REALIZADO	30.147.526,88	30.147.526,88
	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	30.147.526,88	30.147.526,88
	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.878.218,47	0,00
	RESERVAS	772.851.387,66	803.729.606,13
	RESULTADOS ACUMULADOS	-786.563.776,00	-428.194.788,98
	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-786.563.776,00	-428.194.788,98
	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00
	RESULTADO DO PERÍODO	-33.240.352,84	-358.368.987,02
	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	254.653.071,15	247.244.747,29
	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-287.893.423,99	-605.613.734,31
	PASSIVO COMPENSADO	287.372.613,86	97.843.903,20
	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	287.372.613,86	97.843.903,20
	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	490.146,14	451.562,93
	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	204.194.650,99	23.696.885,99
	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	82.686.320,60	73.693.958,15
	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	1.496,13	1.496,13
ATIVO	PASSIVO	542.025.685,01	345.088.650,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PUBLICAS	2013	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	EMISSAO	PAGINA
		22/01/2014	1

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2013	2012	TITULOS	
ORCAMENTARIAS	1.032.525.927,30	1.908.793.981,16	ORCAMENTARIAS	2.160.682.701,52
RECEITAS CORRENTES	2.675.370,24	4.140.717,66	DESPESAS CORRENTES	432.548.105,54
RECEITA PATRIMONIAL	1.140,14	164.275,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.256.322,50
RECEITA DE SERVIÇOS	1.537.975,88	1.764.301,92	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	8.433,96
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	585.883,06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.956.590,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	580.354,94	1.229.325,16	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	43.117.137,18
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	555.899,28	396.931,90	DESPESAS DE CAPITAL	24.211.199,24
RECEITAS DE CAPITAL	265.665,32	305.988,48	INVESTIMENTOS	40.732.395,48
ALIENACAO DE BENS	265.665,32	305.988,48	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	6.806,00
DEDUCOES DA RECEITA	-552.844,31	-671.967,78	INTERFERENCIAS PASSIVAS	8.590,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	825.771.552,60	1.744.946.448,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.407.955.120,50
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	825.771.552,60	1.744.946.448,50	REPASSO CONCEDIDO	1.407.955.120,50
REPASSO RECEBIDO	404.393.623,95	335.943.087,08	SUB-REPASSO CONCEDIDO	364.811,58
SUB-REPASSO RECEBIDO	418.216.773,55	1.405.788.210,84	SUB-REPASSO RECEBIDO	1.405.788.210,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	474.026,36	3.211.686,29	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.328.071,72
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.687.128,74	3.464,29	MUTACOES PASSIVAS	474.026,36
MUTACOES ATIVAS	204.366.183,45	160.072.794,30	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	295.968.276,24
INCORPORACOES DE ATIVOS	37.929.213,82	57.401.308,74	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.801.015,66
AQUISICOES DE BENS	18.177.041,15	16.680.362,67	INCORPORACOES DE PASSIVOS	1.801.015,66
INCORPORACAO DE CREDITOS	19.708.173,62	40.684.052,14	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	294.167.260,58
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	43.999,05	36.893,93	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.211.938.643,51
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	166.436.969,63	102.671.485,56	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.582.449,58
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.440.770.508,51	1.105.458.376,85	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	322.337,94
INTERFERENCIAS ATIVAS	5.382.585,45	6.260.111,64	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.260.111,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.804.995,49	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.205.356.193,93
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.577.589,96	6.260.111,64	BAIXA DE BENS IMOVEIS	485.316.259,62
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.435.387.923,06	1.099.198.265,21	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.239.298,18
INCORPORACOES DE ATIVOS	716.292.281,31	424.274.517,41	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	11.859.016,45
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	19.402.525,05	2.703.959,60	BAIXA DE TITULOS E VALORES	45.431,12
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	12.994.266,61	12.810.264,72	BAIXA DE DIREITOS	150.667,26
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.831.445,99	0,00	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	472.021.846,61
INCORPORACAO DE DIREITOS	681.888.765,78	408.760.054,99	DESVALORIZACAO DE BENS	10.111.702,26
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.552.100,55	3.197.141,21	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	0,00
REAVALIACOES DE BENS	7.521.289,39	0,00	DESVALORIZACAO DE BENS	606.972,33
AJUSTES DE CREDITOS	1.424.404,52	1.337.196,92	AJUSTES DE CREDITOS	8.717.189,95
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	1.606.406,64	1.859.944,29	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	9.504.729,93
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	708.506.145,25	666.941.123,06	INCORPORACAO DE PASSIVOS	636.769.885,22
AJUSTES DE OBRIGACOES	37.395,95	33.932,70	AJUSTES DE OBRIGACOES	543.135,59
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.751.550,83	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	72.566.708,10
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.751.550,83	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	48.503,14
RESULTADO PATRIMONIAL	33.240.352,84	358.368.987,02	AJUSTES NAO FINANCEIROS	48.503,14
			SUPERAVIT	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	2013	MES	DEZ (FECHADO)
EMISSÃO	22/01/2014	PÁGINA	2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - EMPRESAS PÚBLICAS		
ÓRGÃO SUPERIOR	32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		

	VARIÁVEIS ATIVAS		VARIÁVEIS PASSIVAS	
	2013	2012	TÍTULOS	2012
DEFICIT	33.240.352,84	358.368.987,02		
VARIÁVEIS ATIVAS	2.506.536.788,65	3.372.621.345,03	VARIÁVEIS PASSIVAS	3.372.621.345,03

C P R M

ANEXO II

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976



CPRM

Serviço Geológico do Brasil

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2013**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECOF - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DICOGE - Divisão de Contabilidade Geral

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota Explicativa	2013	2012
CIRCULANTE		68.763	57.739
Caixa e Equivalentes de Caixa		31.983	12.971
Previdência Privada	18	24.744	22.191
Contas a Receber	5	517	545
Materiais	6	2.419	512
Impostos a Recuperar		3.219	3.256
Adiantamentos para Despesas		1.746	16.048
Recursos a Receber Restos a Pagar	17	2.687	4
Convênios com Entidades Diversas	23	1.174	1.127
Outros Créditos		274	1.085
		185.890	189.505
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		32.998	60.519
Previdência Privada	18	21.205	39.544
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	8	624	602
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	8	8.707	17.356
Adquirentes de Direitos Minerais	7	0	0
Financiamentos à Pesquisa Mineral	8	0	458
Outros Créditos	9	2.462	2.559
Investimentos		504	504
Imobilizado			
Intangível			
Intangível	10	148.340	128.311
	11	4.048	171
TOTAL DO ATIVO		254.653	247.244

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	2013	2012
CIRCULANTE		219.147	160.176
Fornecedores	22	20.403	12.152
Entidades de Previdência Complementar	18	24.744	22.191
Financiamentos a Pagar	12	14	17
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	14	72.506	54.556
Provisão para Férias e 13o.salário	24	29.856	25.249
Provisão para Contingências	13	25.074	24.578
Contas e Despesas a Pagar		7.334	1.777
Convênios com Entidades Diversas	21	38.196	19.440
Credores Diversos		1.020	216
NÃO CIRCULANTE		21.433	39.755
Entidades de Previdência Complementar	18	21.205	39.544
Financiamentos a Pagar	12	228	211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.073	47.313
Capital Realizado Atualizado	15	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	16	28.336	28.336
Reservas de Transferência para Aumento de Capital	25	744.515	775.393
Prejuízos Acumulados		(788.926)	(786.564)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		254.653	247.244


As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


MANOEL BARRETO DA ROCHA NETO
Diretor-Presidente


ROBERTO VENTURA SANTOS
Diretor de Geologia e Recursos Minerais


ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento


EDUARDO SANTA HELENA
Diretor de Administração e Finanças


THALES DE QUEIROZ SAMPAIO
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial


GILBERTO AGUILERA BEZERRA
Contador CRC-RJ 074.369/O-6-S-DF
CPF 804.043.247-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais, exceto Lucro(Prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	2013	2012
Repasse para operações e pesquisas	17	404.394	0
Repasse para pagamento de restos a pagar	17	328.982	0
Prestação de serviços e de operações de pesquisas		1.392	1.135
		<u>734.768</u>	<u>1.135</u>
Lucro bruto		<u>734.768</u>	<u>1.135</u>
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	4	(767.126)	(287.135)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(32.358)</u>	<u>(286.000)</u>
Despesas e receitas financeiras	19	1.915	(72.370)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(30.443)</u>	<u>(358.370)</u>
Despesa com tributos sobre o lucro	26	(2.797)	0
Resultado líquido do período		<u>(33.240)</u>	<u>(358.370)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>(11,27)</u>	<u>(121,56)</u>

As notas explicativas são parte integrante
 das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

Nota Explicativa	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	(33.240)	(358.370)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	10.423	7.645
Ajuste de Obrigações a Pagar - Receita Diferida	0	(45)
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	17	1
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	341	(1.294)
Ajuste nas Provisões para Perdas de Ativos de Longo Prazo	0	(36)
Provisão de Perdas Créditos Realizáveis Longo Prazo	0	643
Ajuste no Intangível	0	45
Variação Monetária sobre AFAC Decreto 2.673/98	0	72.568
Realização de Reservas	0	(4.752)
	10.781	74.775
Contas a receber	28	166
Materiais	(1.907)	(37)
Impostos a Recuperar	37	(204)
Adiantamentos para Despesas	14.303	(7.849)
Adiantamentos a Unidades e Entidades	0	0
Recursos a Receber Restos a Pagar	(2.684)	1.325
Convênios Ativos com Entidades Diversas	(47)	0
Outros Créditos	811	(844)
Fornecedores	8.251	5.293
Financiamento de Curto Prazo	(2)	(1)
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	17.950	10.811
Provisão de Férias e 13o. Salário	4.607	(12.587)
Provisão para Contingências	496	2.828
Contas e Despesas a Pagar	5.557	(2.327)
Convênios com Entidades Diversas	18.756	3.028
Credores Diversos	803	14
Provisões para Perdas	8.717	0
Outros Créditos a Receber	40	0
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	53.257	(283.979)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do Imobilizado	(46.656)	(22.345)
Baixa de Imobilizado	16.203	3.334
Depósitos Judiciais e para Recursos	(216)	(464)
Baixa de Depósitos para Recursos	301	397
Aquisição de Intangível	(3.877)	0
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(34.245)	(19.078)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Reservas de Transferências para Aumento de Capital	0	294.167
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	0	294.167
Aumento/Redução Líquido de caixa e equivalente de caixa	19.012	(8.890)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.971	21.861
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	31.983	12.971
Variação de caixa e equivalente de caixa	19.012	(8.890)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

Nota Explicativa	Reservas de Capital		Reserva de Lucros	Reserva para Aumento de Capital	Resultado de Exercícios Anteriores	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Subscrito Integralizado	Reserva Especial Lei 8200					
Saldos em 31 de dezembro de 2011	30.148	0	33.088	0	408.658	0	43.200
Realização de Reservas			(4.752)				(4.752)
Prejuízo Líquido do Período						(358.370)	(358.370)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				294.167			294.167
Varição Monetária sobre o AFAC DEC 2673/98				72.568			72.568
Saldos em 31 de dezembro de 2012	30.148	0	28.336	0	775.393	0	47.313
Realização de Reservas							0
Prejuízo Líquido do Período						(33.240)	(33.240)
Ajustes de Exercícios Anteriores				(30.878)	30.878		0
Ajustes de Exercícios Anteriores				(30.878)	30.878		0
Saldos em 31 de dezembro de 2013	30.148	0	28.336	0	744.515	0	14.073

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do País, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

1) subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

2) estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

3) orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

4) elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;

5) colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;

6) realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados a paleontologia e a geologia marinha;

7) dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as Demonstrações Contábeis são elaboradas com base no Plano de Contas da Administração Pública, contido no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e apresentadas em observância à Lei nº 6.404/1976.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício;
- b) os financiamentos às empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo realizável a longo prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, também são registrados no mesmo grupo de contas, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- c) os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- d) as inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício;
- e) os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicáveis;
- f) os bens componentes do ativo imobilizado, em uso, e as imobilizações em curso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31/12/1995;
- g) as depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes:

Equipamentos: Operação 10% a.a.- Transporte 20% a.a.- Diversos 10% a.a.

NOTA 4 – APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para fins de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, a empresa considera como Despesas Gerais e Administrativas, os valores relativos a custos de prestação de serviços, de operações de pesquisas e demais custos. Tal procedimento visa à conciliação com o sistema SIAFI – Sistema Público de Administração Financeira do Governo Federal, que não apura custos em suas contas de Resultado.

A partir de 2013 a empresa alterou o seu perfil no SIAFI, passando a alocar cada liquidação no Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – CPR aos respectivos Centros de Custos diretos e indiretos. Além disso, a empresa passou a utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC. No Exercício de 2013 a empresa registrou no SIC R\$ 103.186 Mil referente aos custos de prestação de serviços e de operações de pesquisas.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2013 tiveram a seguinte composição:

	R\$ Mil	
	2013	2012
Remuneração	(180.463)	(134.395)
Encargos Sociais	(56.375)	(50.714)
Benefícios	(17.072)	(13.802)
Plano de Previdência Complementar	(29.893)	(25.718)
Locação e Aquisição	(2.165)	(2.775)
Depreciação e Amortização	(12.030)	(9.505)
Despesas Tributárias	(13.407)	(16.442)
Serviços de Comunicação	(4.642)	(4.145)
Manutenção	(5.956)	(3.940)
Serviços Públicos	(2.625)	(2.641)
Serviços Profissionais Contratados	(209.572)	(134.692)
Materiais	(11.277)	(10.740)
Resultado com Ações Judiciais	(2.489)	(6.746)
Outras Despesas/Receitas	(219.160)	129.120
	<u>(767.126)</u>	<u>(287.135)</u>

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal e para pagamento de despesas de terceiros apropriados pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para 2014.

	R\$ Mil	
	2013	2012
Contas a Receber	517	545
	<u>517</u>	<u>545</u>

NOTA 6 - MATERIAIS

A composição dos valores registrados no Almoxarifado em 31/12/2013 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2013	2012
Almoxarifado	2.419	512
	2.419	512

NOTA 7 - ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo - CESP, nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2013 é de R\$ 2.775 Mil e da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo, reforçada com base no Parecer COJUR/CPRM nº 02/2012, é de R\$ 2.775 Mil.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas

pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 9.331 Mil representam os valores totais de R\$ 23.346 Mil, deduzindo-se R\$ 14.015 Mil, relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

	R\$ Mil	
FINANCIAMENTO À PESQUISA MINERAL	2013	2012
Financiamento à Pesquisa Mineral	0	458
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	624	602
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais	8.707	17.356
Total	9.331	18.416

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO

O valor registrado a título de Outros Créditos representa Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2013	2012
Imóveis	76.213	64.933
Terrenos	6	17
Instalações	5.288	5.152
Equipamentos de Operação	52.922	48.291
Máquinas e Utensílios de Escritório	29.086	27.518
Veículos	28.122	21.585
Equipamentos de Processamento de Dados	14.941	12.348
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.904	8.904
Imobilizações em curso	10.075	8.523
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	116	116
Outros Equipamentos	3.154	2.202
Outras Mobilizações	3.756	2.541
Depreciações acumuladas	(84.243)	(73.819)
	148.340	128.311

NOTA 11 - INTANGÍVEL

São registrados como Intangível os softwares e concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação.

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS A PAGAR

	R\$ Mil			
	2013	2012	2013	2012
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Em moeda estrangeira (1)	14	17	228	211
	14	17	228	211

(1) Correspondem a US\$ 103 Mil em 31/12/2013, sendo renegociados, conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

NOTA 13 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Provisão para Contingências apresenta registrado em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 25.074 Mil em face de possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer. Tais processos foram classificados como de riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia:

OBJETO DE AÇÃO	R\$ Mil	
	2013	2012
Responsabilidade Civil	976	1.010
ISS	3.470	3.470
Processo Administrativo Tributos Federais	2.604	1.651
IR e CSLL Oriundos de Repasses de Convênio	4.054	4.054
Ações Trabalhistas	13.970	14.393
Total	25.074	24.578

No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 consta no Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais o valor de R\$ 3.500 Mil para ser considerado em ações trabalhistas contra a Companhia.

NOTA 14 – IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Estão registrados neste grupo os tributos apurados e as provisões de valores tributários em discussão administrativa ou judicial da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

TRIBUTO	R\$ Mil	
	2013	2012
IRPJ	2.042	2.342
CSLL	755	2.972
IPTU	43.889	37.845
PIS / PASEP	698	645
COFINS	1.092	1.009
ISS	137	36
Demais Tributos e Encargos	23.893	9.707
Total	72.506	54.556

A Companhia reforçou em 2013 a Provisão para o IPTU relativo ao imóvel do escritório do Rio de Janeiro para R\$ 43.889 Mil por ser classificado como risco provável pela Consultoria Jurídica da Empresa. A Companhia pleiteia junto a Prefeitura do Rio de Janeiro o reconhecimento de Imunidade Tributária.

A Companhia constituiu a Provisão de Risco Tributário no valor de R\$ 5.087 Mil para fazer frente a possíveis perdas em função das emissões da Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN de 05 de julho de 2013 e da Nota Cosit-E nº 15, de 21 de janeiro de 2013, conforme Nota Técnica DECOF/DICOGÉ nº 002/2013 de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 15 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.147.526,88, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza

exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

NOTA 16 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

O saldo em 31/12/2013 de R\$ 28.336 Mil refere-se à Reserva de Reavaliação dos Imóveis de uso Especial registrada através da Nota Técnica 001 CPRM/DAF/DECOF/DICOGE de 31 de dezembro de 2010 com base nos lançamentos históricos automáticos efetuados pelo SPIUNET.

NOTA 17 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro está incluída no Orçamento da União com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Em 2011, a Companhia passou a considerar os recebimentos provenientes da União Federal, seu principal acionista, para suas operações e investimentos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Mensagem SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011 do GEAAC/CCONT/STN. Em 31 de janeiro de 2012, a Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT e a Coordenação Geral de Participações Societárias – COPAR da Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiram a Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR determinando que as transferências de recursos da União para as empresas estatais federais dependentes fossem efetuadas por meio de Aumento de Capital. Em 10 de setembro de 2012 a Mensagem SIAFI 2012/1289050 STN/CCONT/GEMAC determinou que a sistemática de contabilização informada pela Mensagem SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011 do GEAAC/CCONT/STN deveria ser mantida para o Exercício de 2012 e para os subsequentes.

Em 05 de julho de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN reavaliando os procedimentos contábeis da Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR de 31 de janeiro de 2012 e considerando o parecer constante da Nota Cosit-E nº 15, de 21 de janeiro de 2013. A Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN revogou a Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR de 31 de janeiro de 2012 e as mensagens SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011 e 2012/1289050 de 10 de setembro de 2012. Dessa forma, a partir de 2013 a CPRM passou a registrar no resultado os recursos recebidos da União para operações e investimentos do ano corrente e para pagamento de despesas de Restos a Pagar. No Exercício, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional de R\$ 733.376 Mil, sendo R\$ 404.394 Mil para operações e investimentos do ano corrente e R\$ 328.982 Mil para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

No Sistema Contábil SIAFI, em lançamentos decorrentes do encerramento do exercício, foram registrados recursos diferidos e/ou recursos a receber / a liberar, com base no

saldo das disponibilidades por fonte de recursos, resultando no valor líquido registrado no Ativo Circulante como Recursos a Receber – Restos a Pagar, no valor de R\$ 2.687 Mil.

NOTA 18 - PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir do exercício de 2004, a empresa reconheceu em seu Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, sob o título “Repasse Previdência Privada”, os valores devidos à BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil, relativos ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estão consignados no “Programa Contribuição à Previdência Privada” como fonte do Tesouro, no Orçamento Geral da União, através de parcelas anuais, vencíveis no mês de julho de cada exercício até o ano de 2015.

O saldo devedor em 31/12/2013 corresponde ao valor de R\$ 45.949 Mil, sendo prevista a liquidação da parcela de julho/2014 no valor de R\$ 24.744 Mil.

NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ Mil	
	2013	2012
Receitas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	3.294	1.379
Despesas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.379	73.749
	1.915	(72.370)

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes, em 31 de dezembro de 2013:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGUADO R\$ Mil
Incêndio	Imóveis	70.807
Incêndio	Móveis, Máquinas e Equipamentos	70.476
Incêndio	Estoque de Materiais	8.152
Total		119.435

NOTA 21 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos recebidos de convênios com Entidades Diversas com e sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

As obrigações a pagar a título de Convênios com Entidades Diversas, na qual a Companhia é conveniente em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 38.196 Mil, sendo:

	R\$ Mil
Governo do Estado Mato Grosso – Secretaria de Ind. e Comércio	664
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SC	165
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – PE	222
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais	171
Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos – SERLA	107
Secretaria Nacional de Defesa Civil	17.608
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	5.421
Companhia Pernambucana de Saneamento	311
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	1.163
Secretaria Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – MMA	64
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	12.300
Total	38.196

NOTA 22 - FORNECEDORES

As obrigações com os fornecedores são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Princípio da Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelos lançamentos no Subsistema CPR – Contas a Pagar e a Receber.

	R\$ Mil	
	2013	2012
Fornecedores	20.403	12.152
	20.403	12.152

NOTA 23 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

Os valores a título de Convênios com Entidades Diversas, na qual a Companhia é concedente em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 1.174 Mil, sendo:

	R\$ Mil
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM	833
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro	150
Associação de Canto Coral – ACC	191
Total	1.174

NOTA 24 – PROVISÃO DE FÉRIAS E PARA O 13º SALÁRIO

A Companhia registra as Provisões para Férias e para o 13º Salários pelo Princípio Contábil da Competência.

	R\$ Mil	
PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	2013	2012
Provisão de Férias	29.856	25.249
Provisão para o 13º Salário	0	0
Total	29.856	25.249

NOTA 25 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Companhia ajustou em 2013 o valor de R\$ 30.878 Mil na conta de Reservas de Transferência para Aumento de Capital. O ajuste refere-se à duplicidade de lançamentos efetuados em junho/2011 após as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional expressas na Mensagem SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011.

NOTA 26 – PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apurou em 2013, de acordo com os registros no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, o valor R\$ 2.797 Mil referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O LALUR foi escriturado com base nos registros nas contas de resultado expressos no SIAFI.

	R\$ Mil	
PROVISÃO DE IRPJ E CSLL	2013	2012
Provisão de Imposto de Renda	(2.042)	0
Provisão para Contribuição Social	(755)	0
Total	(2.797)	0

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2013, a maior, menor e remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 19.108,12, R\$ 1.781,61 e R\$ 7.045,38, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2013 correspondeu a R\$ 23.938,24.

NOTA 28 - CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006 a Companhia apresenta anualmente por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64.

Pela Lei nº 4.320/64 o Ativo é composto pelo Ativo Financeiro e pelo Ativo Não Financeiro. Pela Lei nº 6.404/76 o Ativo divide-se em Ativo Circulante e Ativo não Circulante. De acordo com os valores extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o total do Ativo em 31 de dezembro de 2013 corresponde ao valor de R\$ 254.653 Mil, conforme quadro a seguir:

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
ATIVO		ATIVO	
ATIVO FINANCEIRO	408.857	ATIVO CIRCULANTE	68.763
DISPONÍVEL	1	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31.983
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	406.169	PREVIDÊNCIA PRIVADA	24.744
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.687	CONTAS A RECEBER	517
		MATERIAIS	2.419
		IMPOSTOS A RECUPERAR	3.219
ATIVO NÃO FINANCEIRO	(154.204)	ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS	1.746
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(340.095)	RECURSOS A RECEBER RESTOS A PAGAR	2.687
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	32.998	CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	1.174
PERMANENTE	152.893	OUTROS CRÉDITOS	274
		ATIVO NÃO CIRCULANTE	185.890
		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	32.998
		PREVIDÊNCIA PRIVADA	21.205
		FUNDO FINANCEIRO PESQUISA MINERAL	624
		PESQUISA AVAL. DEP. SUBST. MINERAIS	8.707
		OUTROS CRÉDITOS	2.462
		INVESTIMENTOS	504
		IMOBILIZADO	148.340
		INTANGÍVEL	4.048
TOTAL DO ATIVO	254.653	TOTAL DO ATIVO	254.653

O Passivo, de acordo com a Lei nº 4.320/64 é composto pelo Passivo Financeiro, Passivo Não Financeiro e Patrimônio Líquido. Pela Lei nº 6.404/76 o Passivo divide-se em Passivo Circulante e Passivo não Circulante. O Patrimônio Líquido deve ser demonstrado na mesma coluna do Passivo. De acordo com os valores extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o total do Passivo e do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 corresponde ao valor de R\$ 254.653 Mil, conforme quadro a seguir:

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
PASSIVO		PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	418.689	PASSIVO CIRCULANTE	219.147
DEPÓSITOS	10.358	FORNECEDORES	20.403
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	402.600	PREVIDÊNCIA PRIVADA	24.744
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.731	FINANCIAMENTOS A PAGAR	14
		IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	72.506
		PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	29.856
		PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	25.074
		CONTAS E DESPESAS A PAGAR	7.334
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	38.196
		CREDORES DIVERSOS	1020
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(178.109)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	21.433
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	(199.542)	PREVIDÊNCIA PRIVADA	21.205
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	21.433	FINANCIAMENTOS A PAGAR	228
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.073	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.073
CAPITAL SOCIAL	30.148	CAPITAL SOCIAL	30.148
RESERVAS	772.851	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	28.336
RESULTADOS ACUMULADOS	(755.686)	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	744.515
RESULTADO DO PERÍODO	(33.240)	PREJUÍZO ACUMULADO	(788.926)
TOTAL DO PASSIVO	254.653	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	254.653

C P R M

ANEXO III

Relatório de Auditoria Independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
Brasília – DF.

Senhores,

Examinamos o Balanço Patrimonial da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, levantado em 31 de dezembro de 2013 e respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data e elaboradas de forma a apresentar uma visão correta e adequada nas circunstâncias, bem como Notas Explicativas correspondentes.

Responsabilidades da Administração sobre as informações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a estrutura do Relatório Financeiro aplicável e os Controles Internos que foram determinados pela Entidade, como sendo necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis que não apresentem distorção relevante.

Responsabilidade do Auditor Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis com base na auditoria realizada.

Descrição dos Procedimentos da Auditoria:

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas Brasileiras e Internacionais de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e da razoabilidade das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade e dos riscos de distorção relevante das Demonstrações Contábeis, independente da causa, sendo que nessa avaliação de riscos, os controles internos são relevantes para elaboração das Demonstrações



Contábeis e Planejamento de Procedimentos aplicáveis nas circunstâncias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base em nosso exame, considerado o teor das notas explicativas que fazem parte integrante das demonstrações contábeis auditadas, correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, podemos afirmar que as evidências obtidas através de nossa auditoria, são apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO


Em nossa opinião as demonstrações contábeis supra mencionadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma correta e adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM** em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as variações do Patrimônio Líquido e os fluxos de caixa, referentemente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

A empresa auditada, por força de novas normatizações contábeis relativas às subvenções recebidas do Governo Federal, que eram contabilizadas como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, diretamente em seu Patrimônio Líquido por orientações contidas nas mensagens SIAFI 2011/0932037, 2012/1289050 e da Nota Conjunta 06/2012 STN/CCCONT/COPAR de 31/01/2012 e que foram revogadas através da Nota Conjunta Nº 13/2013/CCCONT/COPAR/COFIN/STN, passou, no exercício de 2013, em análise, a reconhecer as subvenções de custeio, como receita tributável à partir de 01/01/2013, integrando à partir de então, a base de cálculo do IRPJ e CSLL.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2012 foram por nós auditadas com emissão de opinião em data de 22 de fevereiro de 2013 sem ressalvas.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.



STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS 004632/O-1 CNPJ 09.285.766/0001-34
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES
Contador CRC RS 27.020/O-1
Responsável Técnico.
CNAI 231

C P R M

ANEXO IV

Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar



BB PREVIDÊNCIA

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2013-2017**

**BB PREVIDÊNCIA - FUNDO DE PENSÃO BANCO
DO BRASIL**

**Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2012,
Ata de aprovação nº 51**

Vigência: 2013 a 2017

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	NORMAS E PROCEDIMENTOS INTERNOS	3
2.1	FERRAMENTAS DE CONTROLE DE GESTÃO	3
2.2	ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO	4
2.3	COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS INTERNOS DA BB PREVIDÊNCIA	4
2.4	GESTOR DE INVESTIMENTOS	5
3	AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	6
4	MACRO ALOCAÇÃO	7
5	ESTRUTURA DOS VEÍCULOS DE INVESTIMENTO	8
6	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA	10
7	DIRETRIZES PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIO DO GRUPO 3:	11
7.1	META DE RENTABILIDADE PARA O PLANO DE BENEFÍCIO DO GRUPO 3	11
8	DIRETRIZES PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIO DO GRUPO 5:	11
8.1	META DE RENTABILIDADE PARA OS PLANOS DE BENEFÍCIO DO GRUPO 5	12
9	ESTRUTURA DOS VEÍCULOS DE INVESTIMENTO DOS PLANOS DE BENEFÍCIO DO GRUPO 1,2,3, 5 E 7:	12
10	SEGMENTOS DE APLICAÇÃO E LIMITES DISPONÍVEIS	12
10.1	RENDA FIXA	12
10.2	RENDA VARIÁVEL	13
10.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	13
10.4	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	13
10.5	IMÓVEIS	13
10.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13
11	FUNDOS	13
12	PERFIS DE INVESTIMENTO	14
13	EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14
14	OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	14
15	ESTRATÉGIA DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS E NO CARREGAMENTO DE POSIÇÃO EM INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	14
16	LIMITES UTILIZADOS PARA INVESTIMENTOS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO E/OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	15
17	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	15
18	PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS	16
19	CONTROLE E GERENCIAMENTO DE RISCOS	16
19.1	RISCO DE MERCADO	16
19.2	RISCO DE CRÉDITO	18
19.3	RISCO DE DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DE CRÉDITO	19
19.4	RISCO DE LIQUIDEZ	19
19.5	RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS	19
19.6	RISCO LEGAL	19
19.7	RISCO SISTÊMICO	19
ANEXOS	20	
ANEXO A – MULTIPORTIFÓLIO – REGRAS GERAIS	21	
ANEXO B – GLOSSÁRIO	26	

1 Introdução

A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimento da BB PREVIDÊNCIA. Ela é constituída por um conjunto de diretrizes de longo prazo que visam à preservação e melhoria do desempenho dos ativos financeiros, sob um processo prudente de investimentos. Busca-se com isso assegurar:

- O claro entendimento por parte dos gestores, colaboradores da BB PREVIDÊNCIA, patrocinadores, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas aos investimentos dos ativos da Entidade.
- A existência de um instrumento de planejamento que permita identificar e definir claramente as necessidades e requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco e restrições de investimento. A aplicação de recursos da Entidade objetiva a maximização da rentabilidade dos ativos de modo a constituir reservas suficientes para pagamento dos compromissos dos planos, considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez;
- A existência de critérios e objetivos racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias empregadas no processo de investimentos da Entidade.
- O estabelecimento de diretrizes aos gestores para que eles conduzam o processo de investimentos em conformidade com os objetivos e restrições de investimentos da BB PREVIDÊNCIA.
- Independência ao processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento tem diretrizes bem definidas que devem ser seguidas na construção e no gerenciamento das carteiras.

Além das restrições apresentadas neste documento, aplicam-se todas aquelas indicadas na legislação vigente e no Estatuto Social da Entidade.

A validade da Política de Investimentos é de 60 meses, sendo realizada sua revisão, no mínimo, a cada 12 meses, conforme exigência da regulamentação em vigor.

O presente documento e as diretrizes por este designadas encontram-se totalmente enquadrados com a Resolução CMN 3.792/2009 e com toda a legislação em vigor que regulamenta os investimentos dos Fundos de Pensão, podendo trazer limites e diretrizes mais restritivas que a referida regulamentação.

2 Normas e Procedimentos Internos

A estrutura organizacional da BB PREVIDÊNCIA atende aos requisitos exigidos pela legislação vigente aplicável às EFPC. As atribuições e competências de cada um dos Órgãos dessa estrutura estão dispostas em seu Estatuto Social.

2.1 Ferramentas de Controle de Gestão

A BB PREVIDÊNCIA entende que, embora seus investimentos estejam sujeitos aos efeitos da volatilidade de curto prazo, é crítico que se mantenha um foco de investimento de longo prazo. Para preservar essa visão, a Entidade adota as seguintes periodicidades para revisões formais:

Item	Periodicidade
Relatório de Acompanhamento da Política de Investimentos	Conforme a Resolução CMN nº 3792/09 Aprovado pelo Conselho Fiscal semestralmente
Relatório de Controles Internos	Semestral, conforme Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004.
Política de Investimentos	Revisão anual

2.2 Administrador estatutário tecnicamente qualificado

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, toda EFPC deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento de seus recursos, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade.

Roberto Francisco Casagrande Herdeiro, Diretor Financeiro e de Investimentos foi designado o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado da Entidade.

Informações Cadastrais do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Nome: Roberto Francisco Casagrande Herdeiro
CPF: 057.225.288-97
Cargo: Diretor Financeiro e de Investimentos

2.3 Competência dos Órgãos Internos da BB PREVIDÊNCIA

Competem aos Órgãos abaixo as seguintes atividades:

a) *Diretoria Financeira e de Investimentos da BB PREVIDÊNCIA:*

- Observar as diretrizes gerais de investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo;
- Identificar oportunidades de negócios, valendo-se do gestor contratado;
- Elaborar e apresentar relatórios de desempenho às patrocinadoras;
- Relacionar-se com a BB DTVM enquanto gestora e operadora da carteira;
- Promover acompanhamento sobre as compras, vendas e desempenho da carteira;
- Acompanhar a legislação pertinente;

- Realizar e propor às instâncias competentes da Entidade operações com títulos privados, renda variável e do segmento de imóveis em conformidade com a legislação e as normas internas.

b) Diretoria Executiva da BB PREVIDÊNCIA:

- Decidir sobre as operações com títulos privados, rendas variáveis e imóveis, que extrapolarem os limites objetivos de cada grupo da Política de Investimentos.

c) Comitê Financeiro:

- Acompanhar a execução desta Política de Investimentos.
- Apreciar as análises de cenários de curto, médio e longo prazo e as análises setoriais disponibilizadas pela BB DTVM.
- Participar da elaboração da Política de Investimentos, que será submetida ao Conselho Deliberativo.

2.4 Gestor de investimentos

Competências

Competem ao gestor contratado as seguintes atividades:

- Identificar oportunidades de negócios, posicionando a BB PREVIDÊNCIA por intermédio da Diretoria Financeira e de Investimentos;
- Elaborar estudos e análises técnicas para subsidiar decisões da Diretoria Executiva da BB PREVIDÊNCIA;
- Promover aplicações dos recursos em consonância com a Política de Investimentos;
- Remeter diariamente posição e composição de cada Fundo de Investimentos;
- Elaborar e apresentar relatórios mensais de desempenho dos investimentos sob sua gestão à BB PREVIDÊNCIA.

Processo de Seleção

O processo de seleção de gestores de investimento utiliza critérios qualitativos e quantitativos. A seguir, descreve-se o processo.

Critérios Qualitativos:

- Credibilidade da instituição junto ao mercado financeiro;
- Solidez;
- Imagem;
- Experiência na gestão de recursos de clientes institucionais;
- Qualidade da equipe;
- Atendimento ao cliente.

Critérios Quantitativos:

- Total dos recursos administrados;
- Total dos recursos administrados de investidores institucionais;
- Desempenho dos fundos sob gestão da instituição quanto à rentabilidade e ao risco.

BB DTVM - Gestor Contratado

A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil, atende a todos os critérios qualitativos e quantitativos previstos para seleção do gestor de investimento.

BB DIMEC – Custodiante Contratado

A DIMEC - Diretoria de Mercado de Capitais presta os serviços de custódia, controladoria dos títulos e valores mobiliários e recursos financeiros (doravante designados de ativos que compõe a(s) carteira(s) do(s) Fundo(s)).

Processo de Avaliação

A BB PREVIDÊNCIA realiza mensalmente o acompanhamento do desempenho do gestor contratado, avaliando o desempenho dos fundos de investimento com suas aplicações em relação a outros fundos de investimento do mercado de mesma categoria, observando o retorno e o risco incorridos no período.

3 Avaliação do Cenário Macroeconômico de Curto, Médio e Longo Prazo.

Os cenários para variáveis econômicas representativas são muito importantes para a definição da alocação estratégica, assim a BB PREVIDÊNCIA entende que variáveis como taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do PIB e taxas de câmbio necessitam de acompanhamento e avaliações de expectativas constantes na busca de se adequar às melhores distribuições de recursos por segmentos de ativos que provoquem gestão própria para os investimentos.

A tabela adiante apresenta os cenários de curto, médio e longo prazo que a BB PREVIDÊNCIA julga prováveis, de acordo com a atual conjuntura econômica e configurações de evoluções para as principais variáveis macroeconômicas no país. Mudanças macroeconômicas podem tornar tais cenários ultrapassados, e nesse caso, a BB PREVIDÊNCIA reavaliará suas previsões e possivelmente suas distribuições de macroalocações.

Taxa Nominal (% a.a.)						
ANO	INPC	IPCA	IGP-M	SELIC	PIB	JURO REAL
2012	5,85	5,46	7,00	7,25	1,00	2,88
2013	5,01	5,19	4,83	7,25	3,30	1,89
2014	4,80	4,98	4,16	8,25	4,00	2,80
2015	4,33	4,89	4,16	9,75	4,50	3,56
2016	4,33	4,73	4,04	9,75	4,50	4,70
2017	4,33	4,73	4,04	9,75	4,50	4,70

Fonte: BBDTVM

4 Macro Alocação

A macroalocação de ativos, isto é, a alocação de longo prazo, é considerada como uma das decisões mais importantes na gestão dos investimentos.

Em consonância com tal constatação, a Resolução CMN 3.792/09, estabelece como um dos itens obrigatórios da Política de Investimentos a aplicação de recursos entre os diversos segmentos e a definição dos respectivos limites com base em uma estratégia de alocação de ativos, parametrizada de acordo com os compromissos atuariais.

Uma das ferramentas utilizadas para alcançar parâmetros que sinalizam uma gestão de ativos com foco nos compromissos atuariais é o Asset Liability Management - ALM.

O ALM tem como objetivo principal indicar as necessidades de retorno, de liquidez e indicar expectativas dos riscos dos passivos atuariais dos Planos de Benefício ao longo dos tempos, comparativamente à gestão dos investimentos de forma a procurar atender a solvência para pagamento do fluxo previdencial e também a rentabilidade esperada exigida. É uma importante ferramenta que auxilia a alocação estratégica de recursos e, por conta disso, tem sido cada vez mais utilizadas pelas EFPC.

O uso do ALM permite prospectar cenários macroeconômicos e financeiros, bem como os respectivos fluxos de pagamentos de benefícios e respectivos riscos atuariais, com a finalidade de propiciar a melhor alocação dos ativos de investimentos, para a cobertura dos passivos atuariais de seus Planos de Benefício, segundo os cenários e diretrizes assumidos.

A metodologia empregada no modelo objetiva manter a solvência dos Planos de Benefício, mediante a melhor combinação de ativos para maximizar a probabilidade dos Planos de Benefício atingirem suas metas, diante de premissas pré-estabelecidas. Essas premissas envolvem, sem se limitar, cenários para variáveis macroeconômicas, rentabilidades e risco dos ativos, a estrutura do passivo atuarial e os cálculos matemáticos de otimização de alocação de recursos em carteiras.

O ALM desenvolvido utiliza a aplicação de um modelo com características determinísticas. Em geral, o modelo é realizado utilizando premissas conservadoras, de forma que as decisões de investimentos tomadas a partir desse fluxo de caixa não sejam prejudicadas pelo não atendimento de uma das premissas utilizadas.

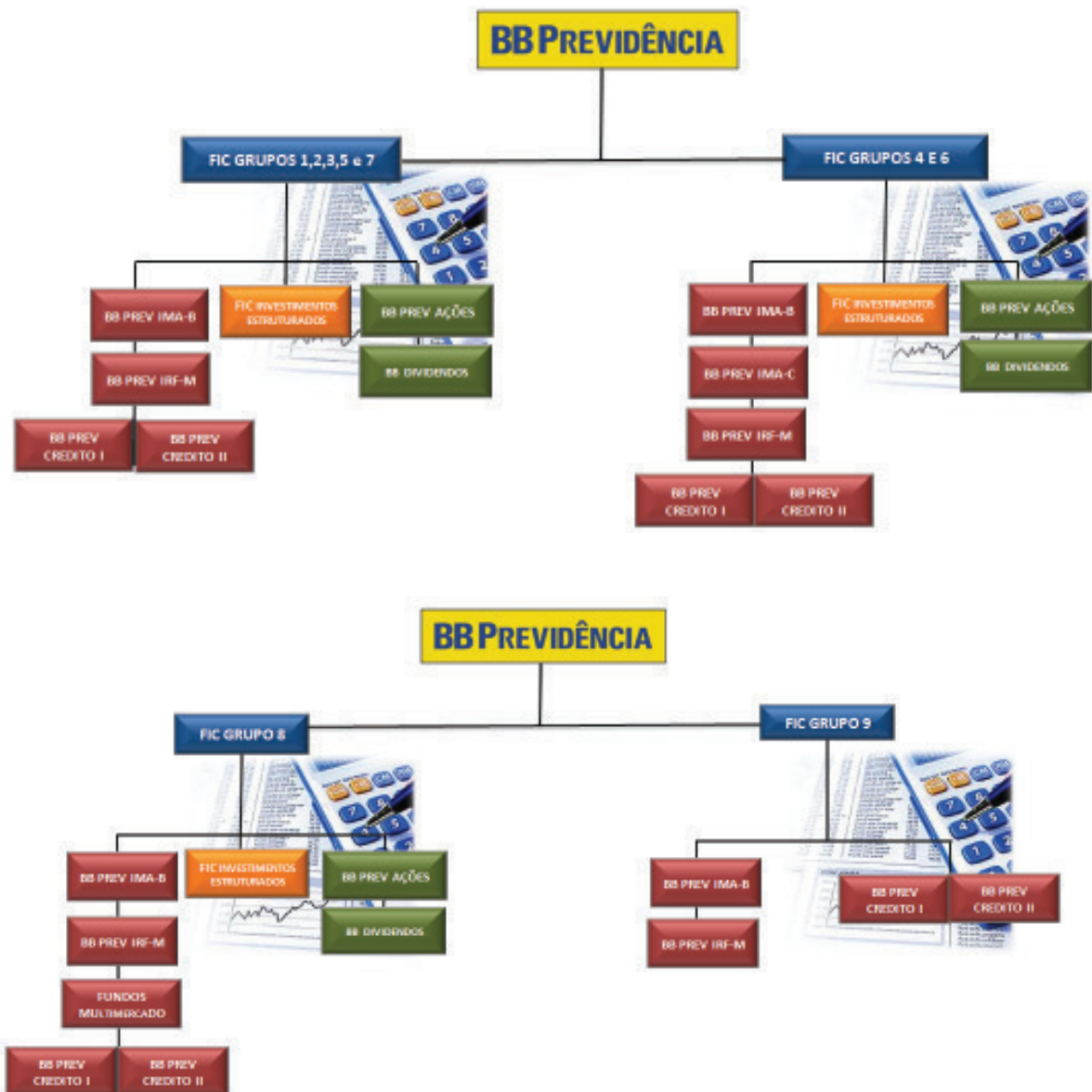
O resultado é uma sinalização de percentuais dos RGRT - Recursos Garantidores das Reservas Técnicas de cada plano de benefício a ser direcionado aos segmentos de aplicação, chamada Alocação Objetivo, sob premissa que não haja insolvência do plano, ou seja, um descompasso entre o passivo e o ativo.

5 Estrutura dos Veículos de Investimento

Para cada Grupo de Planos de Benefício, serão criados Fundos de Investimento em Cotas (FIC) consolidadores. Estes FIC realizarão alocações em um ou mais fundos de investimento exclusivos, inclusive realizando alocações balanceadas entre estes fundos, observando os objetivos de investimento de cada um dos Grupos de Planos de Benefício. A BB PREVIDÊNCIA poderá aplicar em fundos condominiais abertos somente no segundo e/ou terceiro níveis, ou seja, FI exclusivo que aplica em fundo aberto e/ou FIC que aplica em FI exclusivo que aplica em fundo aberto.

A criação de novos FIC consolidadores exclusivos para os Planos de Benefício deverá respeitar a exigência de patrimônio líquido mínimo de R\$ 150 milhões, salvo na hipótese de discordância por parte de determinada patrocinadora, aos limites de alocação objetivo propostos.

Esta estrutura pode ser visualizada no esquema abaixo:



A estrutura de investimentos apresentada é viabilizada pelo Fundo de Investimento em Cotas consolidador, que realiza aplicações nos seguintes fundos de investimento, podendo inclusive realizar alocações balanceadas entre os mesmos, observando os objetivos de investimento dos Planos de Benefício:

- **BB PREV IMA-B:** Fundo de renda fixa com meta de alocação em 100% IMA-B. O IMA-B é um índice de renda fixa, que representa a evolução da carteira de títulos públicos federais a preços de mercado atrelados ao IPCA (NTN-B). A rentabilidade poderá ser acrescida de um prêmio residual (alfa) sobre o IMA-B, que será correspondente ao pequeno risco incorrido no Fundo.
- **BB PREV IMA-C:** Fundo de renda fixa com meta de alocação de 100% IMA-C. O IMA-C é um índice de renda fixa, que representa a evolução da carteira de títulos públicos federais a preços de mercado, atrelados ao IGP-M (NTN-C). A rentabilidade poderá ser acrescida de um prêmio residual (alfa) sobre o IMA-C, que será correspondente ao pequeno risco incorrido no Fundo.
- **BB PREV IRF-M:** Fundo de investimento de renda fixa com meta de alocação em 100% IRF-M. O IRF-M mede a evolução do valor, a preços de mercado, de uma carteira teórica ou composta por títulos lançados pelo governo existentes em mercado dos títulos públicos pré-fixados (LTN e NTN-F). A rentabilidade poderá ser acrescida de um prêmio residual (alfa) sobre o IRF-M, que será correspondente ao pequeno risco incorrido no Fundo.
- **BB PREV AÇÕES:** Fundo de investimento de renda variável com mandato em IBrX-100 e composição de 90% do índice, podendo ser utilizado até 10% em ações de IPO (*Initial Public Offering* – oferta pública inicial).
- **BB AÇÕES DIVIDENDOS:** Fundo de investimento de renda variável com mandato em Ações Dividendo – IDIV11 (Índices Dividendos Bovespa – é composto pelas empresas listadas na BM&F Bovespa que apresentaram os maiores “*Dividend Yields*” nos últimos 24 meses anteriores a seleção da carteira).
- **INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:** Deverão ser feitas aplicações em Fundos classificados no segmento de investimentos estruturados, cujas características estão determinadas na Resolução CMN nº 3.792/09. As aplicações serão realizadas através do veículo FIC BB PREV NOVOS NEGÓCIOS.
- **BB PREV CRÉDITO I:** Fundo de investimento de renda fixa de crédito privado com meta de alocação em 100% de títulos privados indexados ao IPCA, o fundo tem como objetivo acompanhar a variação do IMA-B 5. O IMA-B 5 é um índice de renda fixa, que representa a evolução da carteira de títulos públicos federais a preços de mercado atrelados ao IPCA com vencimento inferior a 5 anos. A rentabilidade poderá ser acrescida de um prêmio (alfa) sobre o IMA-B 5, que será correspondente à proporção do risco dos ativos sob gestão no Fundo.
- **BB PREV CRÉDITO II:** Fundo de investimento de renda fixa de crédito privado com mandato de 100% de títulos privados indexados ao CDI. O fundo tem como objetivo acompanhar a variação do CDI. A rentabilidade poderá ser acrescida de um prêmio (alfa) sobre o CDI, que será correspondente à proporção do risco dos ativos sob gestão no Fundo.

6 Alocação Estratégica

Este capítulo trata das diretrizes de alocação dos recursos dos Planos de Benefício e do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Ressalta-se que os Planos de Benefício foram e serão agrupados respeitando os seguintes critérios:

- Patrimônio: os Planos de Benefício que apresentarem patrimônio líquido maior que R\$ 150 milhões, serão tratados individualmente;
- Meta atuarial ou objetivo de rentabilidade (indexador e taxa);
- Característica do Plano ou da parcela do Plano (Ex: parcela ou plano de benefício definido separado da parcela ou plano de contribuição definida).

Outros Grupos de Planos de Benefício poderão ser criados para novos Planos de Benefício que vierem a ser administrados pela BB PREVIDÊNCIA e que atendam aos critérios acima estabelecidos. Caso o novo plano de benefícios não satisfaça a condição para tratamento individual, este será incorporado dentro de um Grupo já existente, seguindo os critérios estabelecidos neste capítulo.

Para sugestão de alocação dos recursos, a técnica utilizada no modelo de macroalocação é a denominada de risco-retorno. Esse modelo visa encontrar a melhor alocação possível para um dado nível de risco tolerado (considerando o perfil da massa de cada grupo), baseando-se no comportamento histórico de aplicações em renda fixa e em renda variável.

O modelo considera gestão com rebalanceamento das carteiras, ou seja, poderá haver realocações entre os segmentos de investimento e/ou entre os Fundos de Investimento para se aproveitar das oportunidades do mercado, sempre observando os limites estabelecidos e os objetivos de investimento dos Planos de Benefício.

As patrocinadoras dos planos poderão, em caso de discordância e sob sua responsabilidade exclusiva adotar parâmetros distintos, por meio da criação de FIC específico.

Em planos ou parcelas de planos estruturados sob a forma de contribuição definida, a BB PREVIDÊNCIA utilizará o multiportifólio como ferramenta estratégica tanto para oferecer maior flexibilidade aos participantes dos planos que já possuem em seus regulamentos o multiportifólio como para oferecer ao mercado um atrativo a novas adesões. Com o multiportifólio, a BB PREVIDÊNCIA oferece aos participantes a possibilidade de optar por diferentes perfis de investimentos com distintas participações em ativos de renda variável que tenha a melhor aderência ao seu grau de aversão ao risco.

Cumprindo esclarecer que os critérios, limites e parâmetros estipulados para a gestão dos recursos foram definidos em estrita observância à legislação vigente, em especial à Resolução CMN 3.792 de 28 de setembro de 2009, com o objetivo de obter rentabilidade que possibilite o cumprimento das obrigações assumidas com os seus participantes, observados os princípios de segurança e de liquidez que devem nortear sempre as aplicações desses recursos.

Buscando a otimização dos recursos disponíveis para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), seus investimentos obedecerão as orientações indicadas nos grupos de 4 a 7 citados a seguir, futuramente agrupados em um FIC exclusivo livre de risco (FIC GRUPO 9) excetuando os limites destinados aos segmentos de empréstimos e financiamento a participantes. A estratégia desenhada

para esses grupos será utilizada buscando-se sempre possuir recursos líquidos suficientes para satisfazer à necessidade administrativa da BB PREVIDÊNCIA.

7 Diretrizes para a Alocação de Recursos dos Planos de Benefício do Grupo 3:

Este item apresenta a política, estratégias e os objetivos de alocação dos ativos do plano de contribuição definida da patrocinadora **CPRM**, tanto no que se refere à macroalocação de recursos no longo prazo, quanto aos objetivos e estratégias específicas para cada segmento de aplicação dos ativos.

Os recursos dos Planos de Benefício do Grupo 3 serão divididos nos seguintes segmentos de aplicação:

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	68,82%	0%	100%	100%
Crédito Privado	20,00%	0%	80%	80%
Renda Variável	26,68%	0%	70%	70%
Investimentos Estruturados	4,50%	0%	20%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0%	0%	10%
Imóveis	0,00%	0%	0%	8%
Operações com Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Empréstimos a Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Financiamento Imobiliário a Participantes	0,00%	0%	0%	10%

OBS: A utilização do limite para os segmentos de investimentos estruturados e operações com participantes (empréstimo) fica condicionada sempre com permuta com os limites dos segmentos de renda variável e renda fixa respectivamente.

7.1 Meta de Rentabilidade para o Plano de Benefício do Grupo 3

Para a carteira consolidada dos investimentos do plano de benefícios do grupo 3, a meta de rentabilidade será o INPC + 6% ao ano em um horizonte de longo prazo.

8 Diretrizes para a Alocação de Recursos dos Planos de Benefício do Grupo 5:

Este item apresenta a política, estratégias e os objetivos de alocação para o plano de benefício definido da Patrocinadora CPRM.

O Grupo 5 representa os planos classificados como benefício definido (BD) e a parcela correspondente ao benefício definido de planos classificados como contribuição variável (CV) com a meta de rentabilidade definida pelo INPC + 6% ao ano em um horizonte de longo prazo.

Os recursos dos Planos de Benefício do Grupo 5 serão divididos nos seguintes segmentos de aplicação:

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	75,00%	0%	100%	100%
Crédito Privado	20,00%	0%	80%	80%
Renda Variável	20,00%	0%	70%	70%
Investimentos Estruturados	5,00%	0%	20%	20%

Investimentos no Exterior	0,00%	0%	0%	10%
Imóveis	0,00%	0%	0%	8%
Operações com Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Empréstimos a Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Financiamento Imobiliário a Participantes	0,00%	0%	0%	10%

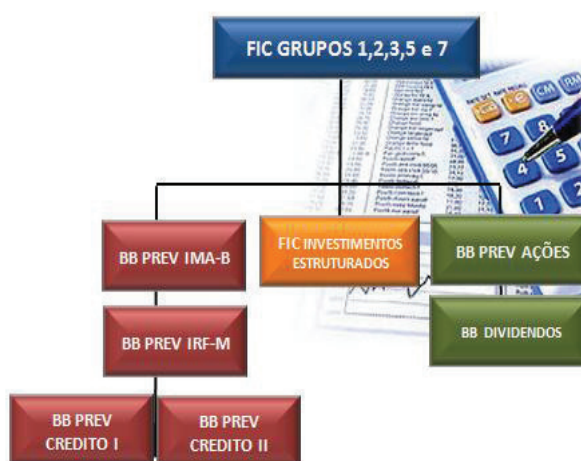
OBS: A utilização do limite para os segmentos de investimentos estruturados e operações com participantes (empréstimo) fica condicionada sempre com permuta com os limites dos segmentos de renda variável e renda fixa respectivamente.

8.1 Meta de Rentabilidade para os Planos de Benefício do Grupo 5

Para a carteira consolidada dos investimentos dos Planos de Benefício do Grupo 5, a meta de rentabilidade será o INPC + 6% ao ano em um horizonte de longo prazo.

9 Estrutura dos Veículos de investimento dos Planos de Benefício do Grupo 1,2,3, 5 e 7:

O organograma abaixo exhibe a estrutura dos veículos de investimento para os Planos de Benefício do Grupo 1,2,3,5 e 7.



10 Segmentos de aplicação e limites disponíveis

10.1 Renda Fixa

Os investimentos classificados neste segmento devem observar, em relação aos recursos de cada plano, os mesmos limites definidos na Resolução CMN nº 3.792/09 seção I artigo 35.

Outros limites poderão ser impostos em Regulamentos e Mandatos específicos de fundos exclusivos e/ou carteiras administradas.

A BB PREVIDÊNCIA poderá estabelecer, nos regulamentos de seus veículos de investimento exclusivos, maiores restrições de investimentos e procedimentos especiais para operações com determinados ativos do segmento de renda fixa.

10.2 Renda Variável

Para o segmento de renda variável dos Planos de Benefício, o parâmetro de referência será o IBRX-100.

Os investimentos classificados neste segmento devem observar, em relação aos recursos de cada plano, os mesmos limites definidos na Resolução CMN nº 3.792/09 seção I artigo 36.

A BB PREVIDÊNCIA poderá estabelecer, nos regulamentos de seus veículos de investimento exclusivos, maiores restrições de investimentos e procedimentos especiais para operações com determinados ativos do segmento de renda variável.

As aplicações no Fundo BB Ações Dividendos ficarão limitadas a 20% do valor total do segmento de Renda Variável.

10.3 Investimentos Estruturados

São classificadas neste segmento as aplicações em cotas de FIP (Fundo de Investimento em Participações); FIEE (Fundo de Investimento em Empresas Emergentes); FII (Fundo de Investimento Imobiliário) e Fundos de investimento e FIC classificados como Multimercado com limites e condições aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados de acordo com a regulamentação da CVM.

10.4 Investimentos no Exterior

São classificadas neste segmento as aplicações em fundos constituídos no Brasil que possuam em suas carteiras ativos emitidos no exterior, conforme regulamentação da CVM; cotas de Fundos da Dívida Externa (FIDEX); cotas de Fundos de índice no exterior admitidos à negociação em Bolsa no Brasil; BDR e ações de emissão de companhias sediadas no MERCOSUL.

10.5 Imóveis

A Resolução CMN nº 3.792/09 elimina as classificações anteriores, e estabelece apenas as seguintes classificações: Empreendimentos imobiliários; os imóveis para aluguel e renda e outros imóveis.

10.6 Operações com Participantes

Neste segmento está contemplado o direcionamento de recursos para empréstimo simples a participantes e financiamento imobiliário, observando os limites legais por plano e a meta de rentabilidade, que deverá superar a meta atuarial dos planos.

11 Fundos

A BB Previdência utilizará como veículo de aplicações dos recursos dos planos, os Fundos de investimento em Cotas (FIC) exclusivos consolidadores. Estes FIC realizarão aplicações em fundos de investimento exclusivos, inclusive podendo realizar alocações balanceadas entre estes fundos, observando os objetivos de investimento de cada um dos Grupos de Planos de Benefício.

A criação de novos FIC consolidadores para os Planos de Benefício deverá respeitar a definição citada nos itens 5 e 6 desta Política de Investimentos.

Os investimentos realizados por meio de fundos de investimento e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento devem ser consolidados com a posição das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3792/09.

A BB PREVIDÊNCIA poderá aplicar em fundos condominiais abertos somente no segundo e/ou terceiro níveis, ou seja, FI exclusivo que aplica em fundo aberto e/ou FIC que aplica em FI exclusivo que aplica em fundo aberto seguindo as determinações da Resolução CMN nº 3792/09.

12 Perfis de Investimento

Para os planos do tipo Contribuição Definida e de Contribuição Variável, o benefício é resultado do saldo obtido ao longo do período de acumulação. Dessa forma, o retorno dos investimentos representa relevante importância para o participante que adere a esse tipo de plano; porém, deve-se atentar para o acréscimo de risco em que uma política de maximização de retorno incorre.

Com o objetivo de oferecer maior flexibilidade aos planos que já possuem em seus regulamentos o multiportfólio e como ferramenta estratégica para oferecer ao mercado um atrativo a novas adesões, a BB PREVIDÊNCIA poderá utilizar o multiportfólio para oferecer aos participantes a possibilidade de optar por diferentes perfis de investimentos com distintas participações em ativos de renda variável que tenham a melhor aderência ao seu grau de aversão ao risco. Dessa forma, para gestão dos recursos dos planos será utilizada a estrutura apresentada no Anexo A desta Política, onde constam as regras, funcionamento e execução do multiportfólio por perfis de investimento.

13 Empréstimos de Títulos e Valores Mobiliários

A Resolução CMN nº 3.792/09 abre a possibilidade de empréstimo de títulos e valores mobiliários componentes do segmento de renda fixa e renda variável por parte das EFPC.

A BB PREVIDÊNCIA poderá emprestar os títulos e valores mobiliários presentes em sua carteira de investimentos desde que esta operação esteja em conformidade com a legislação vigente aplicável às EFPC.

14 Operações com Derivativos

O uso de derivativos será somente com o objetivo de *hedge* e devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/09, isto é:

- As operações com o objetivo de proteção subordinam-se no âmbito de cada plano de benefícios, ao limite do valor das posições detidas à vista;
- As operações serão registradas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros;
- Atuação de câmaras e prestadora de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação;
- Depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Índice Bovespa de cada plano ou fundo de investimento;

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pela BB PREVIDÊNCIA em Regulamentos e Mandatos específicos de fundos exclusivos e/ou carteiras administradas.

15 Estratégia de Precificação de Ativos e no Carregamento de Posição em Investimentos e Desinvestimentos

A precificação dos ativos da carteira da BB PREVIDÊNCIA segue os parâmetros estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e a decisão de compra e de venda deve levar em consideração as informações relevantes do mercado e as características dos emissores dos títulos e valores mobiliários.

Nos casos da gestão externa, cabe ao gestor determinar a estratégia de precificação dos papéis. Cabe à BB PREVIDÊNCIA, por sua vez, acompanhar as operações da gestão externa, por meio:

- Do monitoramento das carteiras da custódia;
- Do monitoramento dos riscos;
- Do acompanhamento da execução da Política de Investimentos.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006, as operações com títulos de renda fixa no mercado secundário, realizadas nas carteiras administradas e fundos exclusivos, serão realizadas, prioritariamente, através das Plataformas Eletrônicas autorizadas pelos órgãos reguladores. Esta iniciativa tem como finalidade melhorar a eficiência na formação do preço justo, dar mais transparência e impessoalidade à negociação, dar mais segurança operacional e permitir maior controle nos registros da operação.

Na aquisição de novos títulos e valores mobiliários, a BB PREVIDÊNCIA poderá optar pela marcação dos ativos na curva sendo mantidos em carteira até o vencimento de acordo com as Resoluções MPAS/CGPC nº 04 e nº 15.

16 Limites Utilizados para Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de Emissão e/ou Coobrigação de uma Mesma Pessoa Jurídica

A BB PREVIDÊNCIA estabeleceu que os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/09, sendo até 20% dos Recursos Garantidores para aplicações numa mesma instituição financeira, até 10% dos Recursos Garantidores no caso de se tratar de emissões de uma mesma pessoa jurídica não financeira e até 10% dos Recursos Garantidores para as emissões da própria Patrocinadora.

Outros limites podem ser impostos pela BB PREVIDÊNCIA em regulamentos específicos de veículos de investimento exclusivos.

17 Responsabilidade Socioambiental

A BB Previdência aplica os recursos observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou projetos que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento, que demonstrem transparência dos seus negócios, não somente no âmbito contábil, mas também que maximizem o bem-estar social, gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todos os envolvidos, tais como: os investidores, os acionistas

controladores e minoritários; trabalhadores; consumidores; fornecedores; governo; mercado; meio-ambiente; e comunidades locais onde o projeto ou empresa se localiza.

18 Participação em Assembleias de Acionistas

A BB PREVIDÊNCIA investe no mercado acionário com o objetivo de rentabilizar seu patrimônio. Nesse sentido, embora não busque o controle de empresas, a BB DTVM, gestora contratada, poderá participar de assembleias de acionistas, desde que haja interesse estratégico.

19 Controle e Gerenciamento de Riscos

19.1 Risco de Mercado

A BB Previdência busca o gerenciamento e controle do risco de mercado de suas alocações de recursos para todos os segmentos de aplicação através do cálculo mensal de pelo menos duas das três metodologias abaixo:

- a) Value-at-Risk (VaR) para os FIC;
- b) VaR de *Benchmark* (B-VaR) para os FI, e
- c) Divergência Não Planejada - DNP para os Planos de Benefício.

VaR é uma medida da probabilidade de perda de determinada aplicação em diversos cenários da economia. A metodologia avalia qual a perda máxima que uma carteira pode ter dentro de um horizonte de tempo pré-determinado.

O B-VaR mede o risco de uma carteira em relação a um *benchmark* de referência, ou seja, mede o risco do descolamento em relação a esse *benchmark*.

O cálculo da Divergência Não Planejada – DNP (*Tracking Error*) é uma medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira.

Para fins de cálculo do risco no âmbito de cada plano de benefício, foram estabelecidos os seguintes parâmetros de risco:

Cálculo da divergência não planejada (DNP), levando em consideração o *tracking error* entre a rentabilidade efetiva do plano através da alocação dos recursos nos FIC e as suas respectivas metas atuariais.

Para fins de cálculo do risco dos FIC, foram estabelecidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR:

Montagem de uma carteira teórica que represente as aplicações nos títulos que compõem as carteiras dos FI onde estão aplicados os recursos dos FIC.

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.

- Horizonte de 21 dias úteis

O resultado do VaR calculado para os FIC não poderá ser superior ao maior valor de risco calculado nos FI da BB Previdência.

Para fins de cálculo do risco dos FI, estabelecemos os seguintes parâmetros para o cálculo do B-VaR:

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de 21 dias úteis

FI – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA

BB Prev IMA-B Fundo de Investimento Renda Fixa:

- ✓ Limite de 3% em relação ao benchmark do segmento, 100% IMA-B.

BB Prev IRF-M Fundo de Investimento Renda Fixa:

- ✓ Limite de 3% em relação ao benchmark do segmento, 100% IRF-M.

BB Prev IMA-C Fundo de Investimento Renda Fixa:

- ✓ Limite de 3% em relação ao benchmark do segmento, 100% IMA-C.

FI – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL

BB PREVIDÊNCIA Ações Fundo de Investimento:

- ✓ Limite de 5% em relação ao benchmark do segmento IBRX-100.

BB Ações Dividendos Fundo de Investimento:

- ✓ Limite de 5% em relação ao benchmark do segmento IDIV11.

FI – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM CRÉDITO PRIVADO

BB Prev Crédito I Fundo de Investimento Renda Fixa:

- ✓ Limite de 3% em relação ao benchmark do segmento, 100% IMA-B 5.

BB Prev Crédito II Fundo de Investimento Renda Fixa:

- ✓ Limite de 3% em relação ao benchmark do segmento, 100% CDI.

Fica estabelecido um limite de extrapolação extraordinária de 100% dos limites acima com alçada de Diretoria Executiva, que deverá justificar as respectivas necessidades para avaliação do assunto junto ao Conselho Deliberativo mediante relatório técnico.

19.2 Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

A BB PREVIDÊNCIA controla o risco de crédito não-bancário e o risco de crédito bancário (instituições financeiras) de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco de crédito em funcionamento no País, sempre respeitando os limites e as restrições legais.

As agências em que a Entidade fundamenta suas decisões são as seguintes:

- Moody's Investor;
- Austin Asis;
- Standard & Poor's;
- LF Rating;
- Fitch Rating.

Agência de Classificação de Risco de Crédito	<i>Ratings</i> Considerados de Baixo Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário – (CP = Curto Prazo e LP = Longo Prazo)	<i>Ratings</i> Considerados de Médio Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário	<i>Ratings</i> Considerados de Alto Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário
FITCH RATING	CP: F1(bra), F3(bra)		Os títulos de alto risco de crédito são aqueles que recebem <i>rating</i> inferior aos títulos classificados como médio risco de crédito ou que não possuam <i>rating</i> estabelecido.
	LP: AAA(bra) a BBB-(bra)	BB(bra)+ a BB-(bra)	
MOODY'S INVESTOR	CP: BR-1, BR-3		
	LP: Aaa.br a Baa3.br	Ba1.br a Ba3.br	
STANDARD & POOR'S	CP: brA-1, brA-3		
	LP: brAAA a brBBB-	brBB+ a brBB-	
LF RATING	AAA a BBB-	BB+ a BB-	
Austin Asis	AAA a BBB-	BB+ a BB-	

Além da análise de *rating*, os ativos de crédito privado serão analisados pelo nível de concentração nos diversos setores da economia. Desta forma, o limite máximo para aplicação em instituições financeiras será de 40% do total do limite objetivo de crédito privado estabelecido nesta política, e até no máximo 10% de concentração por setor da economia do limite objetivo de crédito privado estabelecido nesta política, buscando-se a diversificação de aplicações alinhada com os percentuais de contribuição desses setores no PIB da economia brasileira.

Na hipótese de operações envolvendo títulos com *ratings* atribuídos por mais de uma agência classificadora, deverá ser considerada a classificação mais conservadora.

19.3 Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá ao gestor notificar à Diretoria Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira e comunicará ao Comitê Financeiro.

19.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado, nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e no momento desejado.

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante da BB PREVIDÊNCIA e, como prudência, a mesma mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, a BB PREVIDÊNCIA reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

19.5 Risco Operacional e Controles Internos

A BB PREVIDÊNCIA monitora o risco operacional conforme estabelece a Resolução CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004.

Define-se risco operacional a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

19.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado com a possibilidade de perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades da Entidade e para os investimentos que envolvam contratos específicos. Assim, para os aspectos legais, a BB PREVIDÊNCIA utiliza-se de pareceres jurídicos especializados para assuntos de caráter especial.

19.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico refere-se ao risco de crise, afetando amplamente a economia - com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e os preços dos ativos em geral. É o risco de que um choque a uma parte limitada do sistema (a falência de uma grande instituição financeira, por exemplo) se propague por todo o sistema financeiro, levando a uma reação em cadeia de falências e à quebra do sistema. Assim, a BB PREVIDÊNCIA realiza análises periódicas sobre as condições de mercado e cenários econômicos internos e externos, apresentado-as mensalmente no Comitê Financeiro e avaliando a gestão dos recursos.

ANEXOS

Anexo A – Multiportfólio – Regras Gerais

1. Introdução

Os princípios que norteiam a alocação de recursos da BB PREVIDÊNCIA têm como objetivo formar carteiras de investimentos que permitam uma relação risco/retorno/liquidez que ofereça aos Planos de Benefício a possibilidade de cumprir de forma segura seu principal objetivo: pagar os benefícios aos seus participantes.

Para os Planos de Contribuição Definida (CD), a gestão eficiente dos recursos do plano é de grande importância para seus participantes, pois o valor dos seus benefícios é determinado pelo desempenho obtido através da gestão desses recursos.

Buscando atender aos anseios dos participantes, aqueles que estão mais próximos da aposentadoria, ou os mais jovens, e levando em consideração que ambos têm objetivos de retorno distintos, com a adoção do multiportfólio serão disponibilizadas algumas opções quanto ao perfil de investimento que desejam seguir. Dessa forma os participantes podem escolher aquele perfil que melhor atenda ao seu grau de aversão ao risco.

As oportunidades de investimento, sobretudo em modelos que tenham forte impacto nas alocações dos recursos dos participantes, não podem prescindir da segurança, conferida por uma estratégia de investimento ajustada à necessidade de rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, não perdendo de vista os princípios que norteiam as decisões para alocação de recursos em investimentos de longo prazo.

Para gestão dos recursos acumulados na Conta de Participante e Conta da Patrocinadora a BB PREVIDÊNCIA apresentará o multiportfólio por perfis de investimentos detalhando todas as regras de funcionamento e execução.

2. Definições gerais

Apresentaremos abaixo alguns conceitos de forma simplificada:

2.1 Multiportfólio

Modalidade de investimento que oferece a possibilidade dos participantes optarem na alocação dos seus recursos. Essa modalidade é destinada exclusivamente aos participantes dos Planos de Benefício administrados pela BB PREVIDÊNCIA.

2.2 Perfil Conservador

Os investidores com perfil conservador tendem a buscar aplicações em ativos mais seguros, com menor volatilidade e com considerável segurança, ou seja, é aquela pessoa que é aversa ao risco. Normalmente, essa pessoa aplica quase que a totalidade de seus recursos em renda fixa, preferencialmente em títulos públicos, a composição de carteira mais recomendada é aquela que dá prioridade a títulos de renda fixa e um percentual pequeno de aplicação em ações de empresas sólidas com histórico e política de boa distribuição de dividendos.

2.3 Perfil Moderado

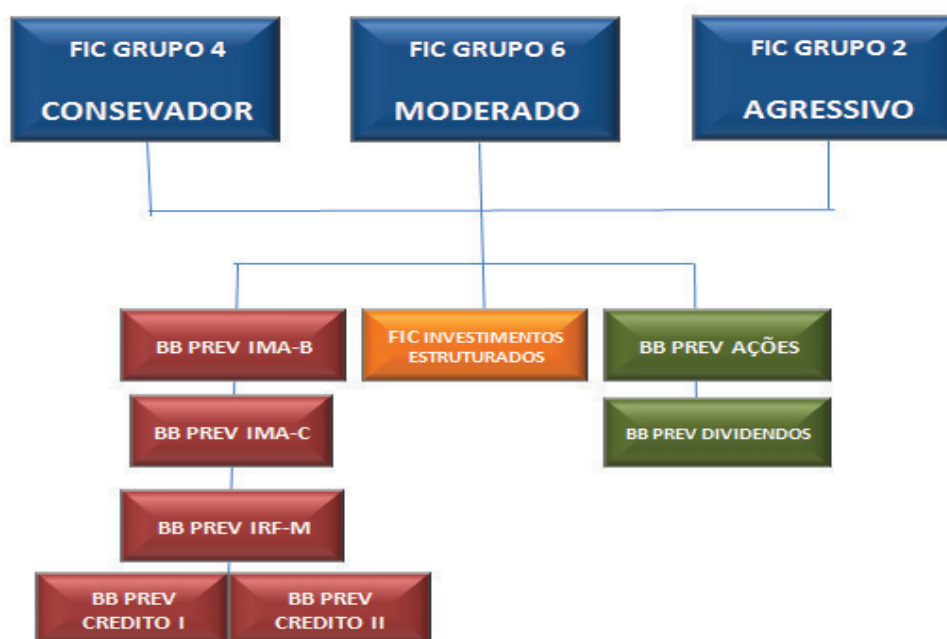
É o investidor que prefere a segurança da Renda Fixa, mas também quer participar da rentabilidade da Renda Variável, busca segurança em seus investimentos, no entanto aceita correr algum risco para obter maior rentabilidade. Possui características tanto conservadoras quanto agressivas e tenta equilibrá-las, de certa forma tenta se proteger por um lado para compensar o risco que assume do outro. Ao optar por este perfil, o investidor tem que estar disposto a suportar maiores riscos em troca de resultados melhores, pois, sua relação de risco se encontra acima do perfil conservador.

2.4 Perfil Agressivo

O investidor agressivo possui uma tolerância a riscos muito alta, assumindo riscos acima dos perfis conservador e moderado. O investidor com este perfil não vê problemas em assumir risco, utilizando-se de investimentos mais arriscados. Ao contrário do que se podem pensar, investidores agressivos também investem em papéis de renda fixa, entretanto suas principais opções são aquelas que lhe permitem uma maior exposição ao risco através da aquisição de títulos de renda variável.

3. Tipos de perfil

Para gestão dos recursos através do multiportfólio, a BB PREVIDÊNCIA disponibilizará fundos de investimento com características e perfis de risco diferenciados. Este modelo de gestão de fundos de investimento dará ao participante a seu critério, optar por um dos perfis de investimentos para alocar o seu saldo de conta. Para os planos de Contribuição definida – CD e a parte CD dos planos de Contribuição Variável – CV, a BB PREVIDÊNCIA apresenta 3 (três) perfis de investimentos: conservador, moderado e agressivo conforme quadro abaixo:



Os planos são administrados pela BB PREVIDÊNCIA, tanto no que se refere à macroalocação de recursos no longo prazo, quanto aos objetivos e estratégias específicos para cada segmento de aplicação dos ativos.

Seguindo as especificações da Resolução CMN n.º 3.792/09, as aplicações dos recursos de cada perfil de investimento serão divididas nos seguintes segmentos de aplicação:

Segmento de aplicação	Perfil			Limite inferior	Limite superior	Limite Legal
	conservador	Perfil Moderado	Perfil Agressivo			
Renda Fixa	75,00%	66,22%	50,00%	0%	100%	100%
Crédito Privado	20,00%	20,00%	20,00%	0%	80%	80%
Investimentos Estruturados	5,00%	5,00%	5,00%	0%	20%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0%	10%
Renda variável	20,00%	28,78%	50,00%	0%	70%	70%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0%	8%
Operações com Participantes	5,00%	5,00%	5,00%	0%	15%	15%
Empréstimos a Participantes	5,00%	5,00%	5,00%	0%	15%	15%
Financiamento a Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0%	10%

OBS: A utilização do limite para os segmentos de investimentos estruturados e operações com participantes (empréstimo) fica condicionada sempre com permuta com os limites dos segmentos de renda variável e renda fixa respectivamente.

4. Do Requerimento

O requerimento para opção por um dos perfis de investimentos deverá ser feito através do site e por meio de termo próprio a ser apresentado à BB PREVIDÊNCIA no período de opção ou quando do ingresso ao plano de benefício.

O termo é composto por campos de base cadastral, um campo de opção ao perfil e um termo de declaração, onde o participante assina ciente dos riscos financeiros envolvidos no processo, com ciência da patrocinadora.

5. Ingresso ao perfil de investimento

O ingresso ao perfil de investimento se dará de duas formas:

5.1 No momento de implantação do plano de benefício

O Participante poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar por um dos perfis de investimentos disponibilizados pela BB PREVIDÊNCIA, para gestão dos recursos alocados em seu Saldo de Conta Total constituído pela Conta de Participante e Conta da Patrocinadora.

A opção por um dos perfis de investimentos será feita pelo Participante, conforme descrito no item Requerimento e apresentado à BB PREVIDÊNCIA na data de seu ingresso no Plano.

Caso o Participante não exerça a opção por um dos perfis de investimentos estará automaticamente autorizando a BB PREVIDÊNCIA a alocar o seu Saldo de Conta Total no perfil Moderado.

Os perfis moderado e agressivo não serão disponibilizados aos Participantes em gozo de Benefício.

5.2 Na Transferência de administração do plano para a BB PREVIDÊNCIA

Os planos que tiverem em seu regulamento o multiportfólio por perfil de investimento quando da transferência da administração para a BB PREVIDÊNCIA, serão automaticamente cadastrados no perfil moderado e os participantes em gozo de benefícios serão cadastrados automaticamente no perfil conservador.

A BB PREVIDÊNCIA analisará a composição dos investimentos para adequação à política de investimentos e as regras do multiportfólio com objetivo de dar ao participante as informações necessárias para alocações de seus recursos. Após a transferência o participante poderá ingressar normalmente em outro perfil observando o período de opção citado abaixo.

6. Período de opção ao perfil de investimento

O participante poderá escolher um dos perfis de investimentos disponíveis dentro do prazo de opção. A opção para mudança de perfil ocorrerá duas vezes ao ano, conforme abaixo:

Período de Adesão ao Perfil de investimento		
Período de Opção	Prazo de Adequação dos Investimentos	Data de Efetivação
Janeiro a Maio	60 dias (01/06 a 30/07)	Até 31/07
Julho a Novembro	60 dias (01/12 a 30/01)	Até 31/01

Na hipótese do participante optar por realocar o seu Saldo de Conta Total em outro perfil de investimento, a transferência dos recursos ocorrerá em 60 (sessenta) dias contados da data final do período de opção conforme quadro acima, baseando-se no Saldo de Conta Total constante em ficha financeira, vigente no mês que antecede a data da referida efetivação da mudança de perfil.

Ocorrendo a alocação ou transferência de recursos na forma prevista neste item, eventuais resíduos serão transferidos no mês subsequente ao de sua verificação.

7. Do requerimento de benefício

O participante que, por ocasião do requerimento do benefício, tiver o seu Saldo de Conta Total alocado no perfil moderado ou agressivo deverá, nesta oportunidade, promover nova opção pelo perfil Conservador.

Caso o participante, na data do requerimento por um dos Benefícios previstos no Plano, não exerça a opção de que trata o item anterior, autorizará automaticamente a BB PREVIDÊNCIA a alocar o seu Saldo de Conta Total no perfil Conservador.

Quando faltar cinco anos para o participante se tornar elegível ao benefício seu saldo automaticamente será transferido para o perfil conservador.

8. Do falecimento do participante

Após manifestação do(s) dependente(s) ou da patrocinadora dando ciência do falecimento do participante, caberá a BB PREVIDÊNCIA transferir os recursos para o perfil conservador, caso o recurso do participante esteja no perfil agressivo ou moderado.

Anexo B – Glossário

O presente glossário tem a finalidade de apresentar os termos técnicos abordados na política de Investimentos da BB PREVIDÊNCIA com o objetivo de facilitar a leitura e compreensão do texto.

GLOSSÁRIO DOS TERMOS TÉCNICOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA BB PREVIDÊNCIA

Ações – Valor mobiliário, emitido pelas companhias, representativo de parcela de capital. Representa a menor parcela em que se divide o capital da companhia.

ALM - (Asset Liability Management) Indica o risco dos passivos atuariais dos Planos de Benefício, comparativamente à gestão dos investimentos de forma a atender, não somente à solvência para pagamento do fluxo previdencial, mas também à rentabilidade exigida.

Benchmark – Indicador padrão usado para medir o desempenho comparativo de um ativo por um dado período de tempo.

BB DTVM - (BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) subsidiária integral do Banco do Brasil, presta serviço de gestão de investimentos e administração de carteiras.

BB PREVIDÊNCIA - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos.

BD – (Benefício Definido) Modalidade de benefício cuja metodologia de cálculo é definida nos termos do Regulamento, sendo as contribuições determinadas atuarialmente de forma a garantir a sua concessão e manutenção nos níveis inicialmente contratados.

CCB – (Cédula de Crédito Bancário) Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou de Entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

CCE – (Cédula de Crédito à Exportação) É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas exportadoras, para financiamento à exportação e a produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

CCI – (Cédula de Crédito Imobiliário) Título de crédito Imobiliário emitido por uma instituição credora. Poderá ser integral, quando representar a totalidade do crédito, ou fracionária, quando representar parte dele.

CD – (Contribuição Definida) Modalidade de benefício que tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, apurado nos termos do regulamento do Plano de Benefícios.

CDB – (Certificado de Depósito Bancário) Título de renda fixa emitido por bancos comerciais e de investimento que rende juro, que representa promessa de pagamento nominativa endossável à ordem, de importância depositada em banco, acrescida do valor de renumeração ou lucratividade convencionada até o vencimento.

CDCA – (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio) título de financiamento institucionalizado pelo governo federal tem como objetivo captar recursos no mercado financeiro para suprir parte da demanda crescente por linhas de financiamento agrícola. O CDCA pode ser emitido por empresas do agronegócio, inclusive cooperativas agropecuárias e deve apresentar como de crédito.

CDI – (Certificados de Depósito Interbancário) São títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações de mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra.

CGPC - (Conselho de Gestão da Previdência Complementar) Órgão responsável pela regulação das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, funcionando ainda como órgão recursal, responsável pela apreciação de recursos interpostos contra decisão da SPC, versando sobre penalidades administrativas.

CMN - (Conselho Monetário Nacional) Órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

CPR – (Cédula de Produto Rural) É um título que pode ser emitido por produtores rurais, suas cooperativas de produção e associação, com a finalidade de obtenção de recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento.

CRA – (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) São títulos que apenas podem ser emitidos por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. Segundo a definição dada pela lei, essas companhias vêm a ser instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações e que têm por finalidade a aquisição e securitização desses direitos e a emissão e colocação de CRA no mercado financeiro e de capitais.

CRI – (Certificado de Recebíveis Imobiliários) Valor Mobiliário Lastreado em Crédito Imobiliário, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, criado para a captação de recursos dos investidores institucionais, em prazos compatíveis com as características do financiamento imobiliário.

CV – (Contribuição Variável) Contribuições determinadas através da aplicação de fórmula específica, são acumuladas em contas individuais em nome de seus participantes, sendo que, à data de aposentadoria, o valor total acumulado, que reflete as contribuições feitas durante a carreira ativa do participante mais o retorno de investimentos obtido no período, é convertido em uma renda mensal vitalícia, de valor atuarialmente equivalente, ou em renda certa por um período previamente escolhido pelo participante.

DIMEC - (Diretoria de Mercado de Capitais) Subsidiária integral do Banco do Brasil presta serviço de custódia e Controladoria dos títulos e valores mobiliários e recursos financeiros.

Derivativos - Ativos financeiros cujos valores e características de negociação estão amarrados aos ativos que lhes servem de referência. A palavra derivativo vem do fato que o preço do ativo é derivado de um outro.

EFPC – (Entidade Fechada Previdência) organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

FGV-100 – É um índice de preços de ações, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Faz uma média ponderada dos preços de 100 ações de empresas não-financeiras que têm seus papéis negociados nas principais Bolsas de Valores do País, selecionadas segundo critérios de qualidade e liquidez.

FI – (Fundo de Investimento) Entidade financeira que, pela emissão de títulos de investimento próprio, denominado quota, concentra capitais de inúmeros investidores para aplicação em carteiras diversificadas de títulos, valores mobiliários, instrumentos financeiros, derivativos, ou commodities negociadas em bolsas de mercadoria e futuros.

FIC – (Fundo de Investimento em Cotas) Fundo de Investimento em quotas de Fundos de investimento.

FICFIDC – (Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de investimento em Direito Creditórios) Fundo de Investimento que destina no mínimo 95% (Noventa e cinco por cento) do respectivo patrimônio Líquido para aplicação em quotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direito Creditório).

FIDC – (Fundo de Investimentos em Direito Creditórios) Fundo de Investimento que se destina à aplicação de parcel preponderante do patrimônio (acima de 50%) em direitos creditórios, e em títulos representativos desses direitos, originários de operações nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

FIDEX – (Fundo de Investimento em Dívida Externa) Tipo de fundo de investimento que deve aplicar, no mínimo, 80% de seu patrimônio em títulos brasileiros negociados no mercado internacional e podem utilizar derivativos, negociados no Brasil ou não, com o objetivo exclusivo de proteção. Os 20% restantes podem ser aplicados em outros títulos de crédito transacionados no exterior.

FIEE – (Fundo de Investimento em Empresas Emergentes) Fundo cujos recursos são destinados à aplicação em uma carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

FII – (Fundo de Investimento Imobiliário) Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio fechado. O seu patrimônio é destinado a aplicações em empreendimentos imobiliários.

FIP – (Fundo de Investimento em Participações) Fundo cujos recursos são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Hedge - Posição assumida por um investidor que visa à eliminação ou minimização da exposição de sua carteira a determinado fator de risco.

IBOVESPA – É o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. É formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses.

IBRX – É um dos índices da Bolsa de Valores de São Paulo que avalia o retorno de uma carteira teoricamente composta pelas cem ações mais negociadas na bolsa. Estas ações são selecionadas em função do número de negócios e de volume financeiro. Essa carteira teórica é composta de um percentual de ações ponderado pelo respectivo número de ações disponíveis à negociação de mercado.

IBRX 50 – É um índice composto por cinquenta papéis selecionados numa relação de ações após serem classificadas em ordem decrescente de liquidez, de acordo com o seu índice de negociação que é medido sempre nos últimos doze meses, observados os demais critérios de inclusão das empresas.

IBRX 100 – É um índice composto por cem papéis selecionados numa relação de ações após serem classificadas em ordem decrescente de liquidez, de acordo com o seu índice de negociação que é medido sempre nos últimos doze meses, observados os demais critérios de inclusão das empresas.

IDIV – É um índice que mede o comportamento das ações das empresas que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. As ações componentes são selecionadas por sua liquidez e ponderadas nas carteiras pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.

IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) - Índice que mede o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas, comprometidas com programas de governança corporativa. Calculado pela Bolsa de Valores de São Paulo.

IGP-DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna) – Índice instituído com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: IPA – Índice de Preço no atacado, IPC – Índice de preço ao Consumidor e INCC – Índice Nacional da Construção Civil.

IMA-B – Índice Composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA que estejam em poder do público.

IMA-C – Índice Composto por títulos públicos federais atrelados ao IGP-M que estejam em poder do público.

IMA-S – Índice composto por títulos públicos federais pós-fixados (indexados à Taxa Selic) - LFT – em poder do público.

INPC - (índice Nacional de Preços ao Consumidor) Calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compõe-se do cruzamento de dois parâmetros: a pesquisa de preços nas onze regiões de maior produção econômica, cruzada com a pesquisa de orçamento familiar (POF), que abrange famílias com renda de um a oito salários mínimos.

IPO (Initial Public Offering) – Oferta pública inicial. Primeiro lançamento de ações ao público realizado por uma empresa.

IRF-M - Índice composto por títulos públicos federais pré-fixados (LTN e NTN-F) – em poder do público.

ISE – Índice Criado com o objetivo de refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Liquidez – Capacidade de converter um investimento em dinheiro.

NCE (Nota de Crédito à Exportação) - É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas exportadoras, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

PGA – (Plano de Gestão administrativa) Criado com o disposto na Resolução nº 29 de 31 de agosto de 2009 que estabelece os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) – parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o Ativo do Plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

Solvência – Do ponto de vista econômico, uma empresa é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações corrente e ainda apresenta uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sobrevivência desta no futuro.

VaR (Value-at-risk) - Perda máxima esperada no valor de um título ou carteira, dentro de um intervalo de confiança e período especificado - O *Value-at-Risk* ou, em português, valor em risco (abreviadamente, VaR) é o valor monetário da maior perda que uma determinada carteira pode sofrer como resultado de um movimento adverso nos preços de mercado dos ativos que a compõem num dado intervalo de tempo, com determinado grau de confiança.

WA – (*Warrant*) São títulos que dão ao seu portador o direito, mas não a obrigação, de comprar ações ordinárias de uma empresa a preço fixo dentro de certo período. É também um certificado de garantia de depósito de mercadoria em armazéns de exportação. Configura-se num instrumento de crédito, conferindo ao seu possuidor direito real de garantia sobre a mercadoria armazenada.

C P R M

ANEXO V

Conclusões contidas no relatório da auditoria independente

RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Objetivos da Auditoria

Parecer sobre o Relatório de Controles Internos

2. Conclusões da Auditoria

I. Aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos

2.1. Para análise deste item foram confrontadas as políticas de investimentos dos planos com os limites estabelecidos na Resolução 3792 do Conselho Monetário Nacional. Todas as políticas estão aderentes com a referida Resolução. Depois foram confrontadas as alocações de investimentos dos planos com a política de investimento de cada um; os valores aplicados estão dentro dos limites previstos nas políticas de investimentos.

2.2. Todos os planos apresentaram divergência não planejada (DNP) negativa acumulada nos últimos 36 meses, o que ensejou a elaboração de justificativas técnicas por plano, conforme determina a legislação pertinente.

2.3. Os riscos de mercado, crédito, liquidez, legal e operacional são avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e seus impactos nos objetivos esperados. A gestão é feita conforme as melhores práticas do mercado, observando os princípios de conservadorismo e prudência.

II. Aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária

2.4. Foi realizada uma avaliação sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais, pela consultoria Mirador. Este estudo sugeriu mudança das premissas em alguns planos, o que já foi implementado.

III. Aderência da execução orçamentária

2.5. Os valores apresentados estão coerentes com os números relatados nos sistemas internos de controle do orçamento. Os trabalhos de auditoria sobre esses controles não constataram fragilidade que comprometa a qualidade das informações.

IV. Recomendações de melhorias

- 2.6. As ações de melhoria são registradas e acompanhadas pelo Núcleo de Controles Internos (Nucoi). Uma vez identificada deficiência nos controles, é feito apontamento às áreas gestoras dos processos; as quais elaboram plano de ação para saná-las. O Nucoi registra os prazos e acompanha seu cumprimento. Uma vez implementada pelo gestor, a auditoria interna faz o trabalho de certificação das ações, verificando se as fragilidades foram efetivamente sanadas.
- 2.7. A posição das recomendações para melhoria que consta no relatório, reflete a situação reportada pelos controles do Nucoi.
- 2.8. Diante das informações apresentadas no Relatório de Controles Internos, concluímos que as mesmas refletem adequadamente a situação econômica, financeira, atuarial e administrativa da BB Previdência, e estão conformes com as leis e os normativos pertinentes.



Luiz Eduardo Alves Ferreira
Gerente de Auditoria

C P R M

ANEXO VI

Informações sobre as ações de fiscalização



PREVIC
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CFDF/PREVIC
Comando nº 365069724
Cadastrado em: 03/05/2013
[Assinatura]
Assinatura



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 03/2013/CFDF/PREVIC

DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE			
Nome da EFFF:	BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil		
Sigla:	BB Previdência		
Código:	0318-8	CNPJ:	00.544.659/0001-09
Endereço:	SBS Quadra 02, Bloco H, Lote 08, Edifício Sede II, 10º andar		
Município / UF / CEP:	Brasília - DF – CEP: 70.073-902		
Nome do Representante Legal:	Wagner Aparecido Mardegan	Cargo:	Diretor Presidente
Tipo de Fiscalização:	Específica		
Origem da Ação Fiscal:	Ofício nº 358/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 30/01/2013		
Período da Ação Fiscal:	18/02/2013 a 03/05/2013		
Plano de Benefício:	Plano de Benefícios CPRM PREV	CNPB:	1996.0048-83

Nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, fica essa Entidade ciente dos fatos verificados pela fiscalização realizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Reserva-se à PREVIC o direito de, no prazo legal, examinar todo e qualquer documento dessa Entidade para resguardar o direito dos participantes e assistidos e exigir o efetivo cumprimento das normas legais.

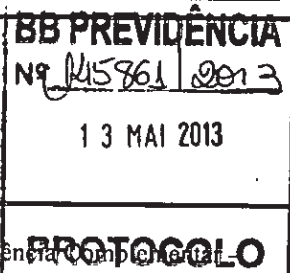
Belo Horizonte, 03 de maio de 2013.

Vandeisa Moura Almeida
Vandeisa Moura Almeida
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 1.452.220

Maria da Glória Ferreira Pimenta
Maria da Glória Ferreira Pimenta
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 1.145.391

Recebi o presente Relatório em/...../2013.

Representante ou Mandatário - Qualificação



Coordenação de Fiscalização do Distrito Federal – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
CFDF/PREVIC
SBN, Quadra 2, Bloco N, 6º andar – CEP 70.040-020 Brasília/DF
Telefax: (61) 2021-2096

1. OBJETIVOS

Esta fiscalização, comandada pelo Ofício nº 358/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 30/01/2013, abrangendo o período de 02/2008 a 12/2012, teve como objetivo a verificação dos controles internos da área de investimento da entidade, especialmente no que diz respeito aos sistemas utilizados para este fim.

Também constitui objeto desta fiscalização a verificação da aderência das hipóteses demográficas/biométricas às características da população do Plano, sobretudo, da Tábua de Mortalidade de Inválidos e da Tábua de Mortalidade Geral e, ainda, a aderência das hipóteses econômicas, como da taxa de juros, analisando se esta condiz com os retornos alcançados pelos investimentos do Plano, bem como a verificação da execução do custeio do plano de benefício, previsto em regulamento/parecer atuarial, no período de 02/2008 a 12/2012.

2. PROCEDIMENTOS

Para a consecução dos objetivos do trabalho foram analisados documentos e empregados procedimentos dos quais destacam-se:

- a) Leitura e análise das informações prestadas pela EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar e constantes da base de dados da PREVIC, no período coberto pela fiscalização, e relacionadas aos assuntos abordados nessa ação fiscal e abaixo descritos;
- b) Solicitação à entidade de documentos, dados e informações necessários às avaliações dos assuntos auditados, por meio da lavratura de termos “Solicitação de Informações e Documentos” - SID;
- c) Leitura e análise das informações encaminhadas à EFPC em atendimento às SIDs;
- d) Verificação de aderência às normas, das práticas de governança e dos controles internos adotados pela entidade na gestão do plano de benefícios, quanto aos assuntos abordados nessa ação fiscal, conforme item 3 do presente relatório;
- e) Reuniões com membros da Diretoria Executiva e funcionários da entidade durante visita fiscal;
- f) Visita às áreas da entidade, com o fim de verificar o funcionamento dos sistemas, bem como de procedimentos adotados pela BB Previdência quando da realização de suas atividades, relacionadas aos itens de escopo abordados na ação fiscal.

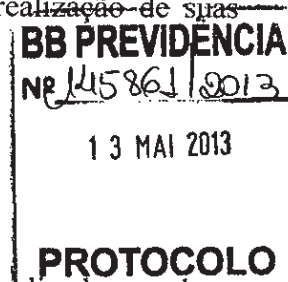
3. FATOS VERIFICADOS

3.1. CONTROLES INTERNOS - INVESTIMENTOS

3.1.1. Descrição e Análise dos Fatos

Cumprе registrar inicialmente que em razão de recente ação fiscal realizada em plano de benefício administrado pela BB Previdência, que deu origem ao Relatório de Fiscalização nº 02/2011/CFDF/PREVIC, de 09/06/2011, os controles internos da área de investimento da entidade, bem como a forma pela qual a BB Previdência controla a gestão de sua carteira própria e de seus fundos de investimentos exclusivos, foram avaliados, conforme pontuado pelo citado Relatório de Fiscalização, não sendo apuradas irregularidades na época.

Nesse sentido, na presente ação fiscal, a análise dos controles internos da área de investimento ficará restrita à verificação do funcionamento do sistema de controle dos investimentos que se encontrava em fase de homologação e implementação em 2011.



Constatou-se em visita fiscal, bem como em razão da documentação encaminhada pela BB Previdência durante a fiscalização, que a Gerência de Investimento acompanha diariamente o resultado dos investimentos, conforme descrição do sistema contratado, elaborando relatórios gerenciais e realizando análises da carteira. Tais resultados são fornecidos aos órgãos de gestão e governança da BB Previdência, conforme verificado nas Atas do Comitê Financeiro.

O sistema de controle dos investimentos permite um acompanhamento dos limites impostos pela legislação aplicável, e pela Política de Investimentos, consolidado ou por plano de benefícios, nos moldes dos relatórios apresentados durante a ação fiscal.

Quando da análise da documentação encaminhada pela entidade, verificou-se, diante da leitura das Políticas de Investimentos vigentes no período entre 2008 a 2013, que a aplicação dos recursos garantidores de cada plano por ela administrado era definida anualmente, até o ano de 2012, em um único documento, no qual as diretrizes de alocação dos recursos eram estabelecidas por grupos, respeitando critérios estabelecidos pela BB Previdência, vejamos:

“Política de Investimento 2013 - consolidada:

6 - Alocação Estratégica

Este capítulo trata das diretrizes de alocação dos recursos dos Planos de Benefício e do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Ressalta-se que os Planos de Benefício foram e serão agrupados respeitando os seguintes critérios:

- **Patrimônio:** os Planos de Benefício que apresentarem patrimônio líquido maior que R\$ 150 milhões, serão tratados individualmente;
- **Meta atuarial ou objetivo de rentabilidade** (indexador e taxa);
- **Característica do Plano ou da parcela do Plano** (Ex: parcela ou plano de benefício definido separado da parcela ou plano de contribuição definida).

Outros Grupos de Planos de Benefício poderão ser criados para novos Planos de Benefício que vierem a ser administrados pela BB PREVIDÊNCIA e que atendam aos critérios acima estabelecidos. Caso o novo plano de benefícios não satisfaça a condição para tratamento individual, este será incorporado dentro de um Grupo já existente, seguindo os critérios estabelecidos neste capítulo.”(grifamos)

A Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, dispõe que a EFPC deve definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de **cada plano** por ela administrado, como informou:

“Art. 16. A EFPC deve definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado.

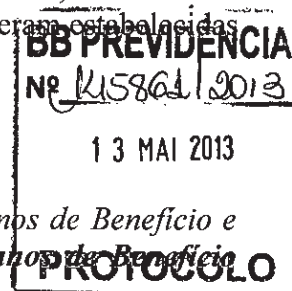
§ 1º A política de investimento de cada plano deve ser elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da EFPC antes do início do exercício a que se referir.

§ 2º As informações contidas na política de investimento de cada plano devem ser encaminhadas à SPC no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da respectiva aprovação pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º A política de investimento de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação;

II - os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;



III - a utilização de instrumentos derivativos;

IV - a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios;

V - a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;

VI - a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;

VII - a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e

VIII - a observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental.” (grifamos)

Indagada sobre o assunto, a entidade esclareceu, apresentando documentação pertinente, que “A partir do ano de 2013 optou-se por fazer documentos individualizados de Política de Investimentos para cada plano de benefício, de forma a aumentar ainda mais a transparência e eficiência no processo de informação aos clientes finais, que são os participantes e assistidos pela Entidade”.

Nesse sentido, constatou-se que a partir de 2013, a BB Previdência, em que pese ainda manter uma política de investimento consolidada, passou a elaborar também um documento individual para cada plano de benefício, no qual estabelece os limites de aplicação dos recursos garantidores de forma individual para os planos de benefícios, como se segue:

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	68,82%	0%	100%	100%
Crédito Privado	20,00%	0%	80%	80%
Renda Variável	26,68%	0%	70%	70%
Investimentos Estruturados	4,50%	0%	20%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0%	0%	10%
Imóveis	0,00%	0%	0%	8%
Operações com Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Empréstimos a Participantes	5,00%	0%	15%	15%
Financiamento Imobiliário a Participantes	0,00%	0%	0%	10%

OBS: A utilização do limite para os segmentos de investimentos estruturados e operações com participantes (empréstimo) fica condicionada sempre com permuta com os limites dos segmentos de renda variável e renda fixa respectivamente.

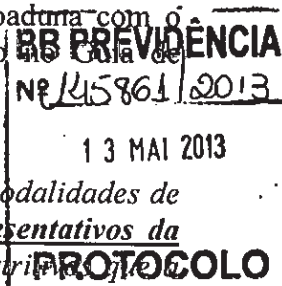
*Política de Investimento de 2013 do Plano de Benefício CPRM PREV

A disposição da política de investimento por plano de benefício se coaduna com o disposto no art. 16 da Resolução CMN nº 3.792/2009, bem como o disposto no Guia de Melhores Práticas em Investimento, nos seus itens 52 e 60:

“Guia Previc – Melhores Práticas em Investimento

52 Limite máximo e mínimo planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritiva de legislação vigente.(...)” (grifamos)

“60 Políticas de investimento elaboradas com assessoria de empresas terceirizadas devem estar de acordo com as peculiaridades de cada plano e não seguir mera metodologia padronizada da empresa.” (grifamos)



3.1.2. Posição da Entidade

A posição da entidade foi colhida por meio de documentação encaminhada em atendimento às solicitações de informações e documentos, bem como durante visita fiscal.

Questionada acerca do sistema de controle dos investimentos, a entidade esclareceu que *“A BB Previdência contratou um sistema de controle dos Fundos de investimentos, fornecendo relatórios de posição patrimonial dos fundos, análise de cotas, leitura automática do arquivo de cotas do custodiante, controles dos títulos de renda fixa, controle das ações, custo atualizado, recebimento de dividendos e juros, empréstimo de ações, pendências e liquidações da bolsa, Demonstrativos de Investimentos para a PREVIC, relatórios Gerencias, análise de rentabilidade por taxa nominal e taxa real por qualquer deflator correlacionado.”*

No que diz respeito ao acompanhamento individual dos limites previstos nas políticas de investimento, informou que:

“O controle de acompanhamento da Política de Investimento dos planos é feito individualmente, através da ponderação das alocações nos fundos de investimento, na posição mais atualizada, em função dos recursos aplicados efetivos de cada plano. Este controle pode ser efetuado mensalmente para verificação dos limites estabelecidos na Política de Investimento, e está implantado na Entidade desde o exercício de 2010.

O controle com relação à legislação (Resolução CMN N.º 3.792, de 2009) é feito de maneira sistematizada, através da posição dos arquivos XML dos fundos de investimento, os mesmos que são enviados à Previc.”

Indagada sobre a forma de apresentar as diretrizes de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, definidas inicialmente por grupos, a BB Previdência esclareceu que:

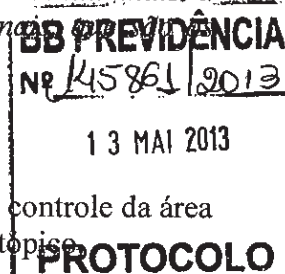
“A BB Previdência possui uma Política de Investimentos individualizada para cada plano por ela administrado, construída a partir das características específicas de cada um. Considerando que vários planos possuem algumas características em comum e de forma a otimizar a análise, deliberação, conhecimento, acompanhamento, normatização e controle das áreas internas e dos colegiados da BB Previdência, as políticas de investimentos individuais dos planos são agrupadas, atualmente, em nove grupos, que abrangem um ou mais planos, de acordo com suas especificidades.

A partir do ano de 2013 optou-se por fazer documentos individualizado de Política de Investimentos para cada plano de benefício, de forma a aumentar ainda mais a transparência e eficiência no processo de informação aos clientes finais participantes e assistidos pela Entidade.”

3.1.3. Conclusão:

Diante da análise e verificação *in loco* do funcionamento do sistema de controle da área de investimentos, não foram encontradas irregularidades em relação ao presente tópico.

Com relação à formalização da Política de Investimento do Plano de Benefício CPRM PREV, cadastrado sob o CNPB n.º 1996.0048-83, considerando a individualização das políticas de investimento por plano de benefício, a partir do ano de 2013, nos termos do disposto no art. 16 da Resolução CMN n.º 3.792 e dos itens 52 e 60 do Guia de Melhores Práticas em Investimento, diante da verificação dos pressupostos para aplicação do §2º do art. 22 do Decreto n.º 4.942/2003, não será lavrado auto de infração.



13 MAI 2013

PROTOCOLO

3.2. PREMISSAS ATUARIAIS

3.2.1. Descrição e Análise dos Fatos

O objetivo dessa ação fiscal, neste item, é a verificação da aderência das premissas atuariais, especialmente no que diz respeito à alteração da taxa de juros, método de financiamento e tábua de mortalidade geral e crescimento salarial.

Ressalta-se que não foi efetuada auditoria sobre a quantificação das obrigações com os benefícios, atuais e futuros.

A partir de 2008, o Plano de Benefício CPRM PREV, cadastrado sob o CNPB nº 1996.0048-83, apresentou as seguintes premissas atuariais e econômicas conforme dados extraídos dos respectivos DRAA/DA encaminhados pela entidade, conforme quadro a seguir:

Exercício	DRAA 2008	DRAA 2009	DRAA 2010	DA 2011	DA 2012
Data base	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Indexador do Plano	INPC(IBGE)	INPC(IBGE)	INPC(IBGE)	INPC(IBGE)	INPC(IBGE)
Taxa Real Anual de Juros	6%	6%	6%	6,0%	5%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS	0,0	0,0	0,0	Não utilizada	Não utilizada
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Fator Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fator Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fator Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS	0,0	0,0	0,0	Não Utilizada	Não Utilizada
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não Utilizada	Não Utilizada	Não Utilizada	Não Utilizada	Não Utilizada
Hipótese sobre Rotatividade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade de Inválidos -	Ex IAPC	Ex IAPC	Ex IAPC	Ex IAPC	Ex IAPC
Tábua de entrada em Invalidez	HUNTER (conjugada com Álvaro Vindas)	HUNTER (conjugada com Álvaro Vindas)	HUNTER (conjugada com Álvaro Vindas)	HUNTER	HUNTER
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Cônjuge e dois filhos.	Cônjuge 5 (cinco) anos mais jovem que o participante e 2(dois) filhos, sendo um 25 anos mais jovem que o participante e outro 30 anos. Os filhos serão elegíveis até os 21 anos	Cônjuge 5 (cinco) anos mais jovem que o participante e 2(dois) filhos, sendo um 25 anos mais jovem que o participante e outro 30 anos. Os filhos serão elegíveis até os 21 anos.	Cônjuge (vitalício) 5 (cinco) anos mais jovem que o participante. Filho (temporário) 25 anos mais jovem que participante (qualidade de beneficiário até completar 21 anos).	Cônjuge (vitalício) 5 (cinco) anos mais jovem que o participante. Filho (temporário) 25 anos mais jovem que participante (qualidade de beneficiário até completar 21 anos).
Data prevista de entrada em aposentadoria	Não utilizada	Não utilizada	Não utilizada	Não utilizada	Não Utilizada

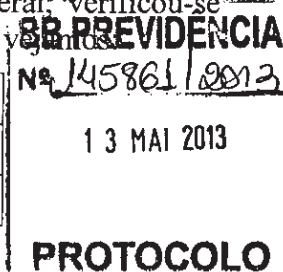
Durante a ação fiscal, a entidade apresentou testes de aderência realizados entre os anos 2008 a 2012, nos quais acompanha a adequação das hipóteses adotadas pelo plano de benefício em referência.

No que diz respeito ao teste de aderência da tábua de mortalidade para o exercício de 2012, sob o argumento de que as avaliações dos anos anteriores não apresentaram resultados estatisticamente conclusivos, em razão da pequena população e da baixa frequência de eventos observados durante o período analisado, o atuário optou por utilizar a população de todos os planos administrados pela BB Previdência para realização dos testes estatísticos.

O item 59 do Guia Previc – Melhores Práticas em Fundos de Pensão orienta que “...Caso o número de participantes seja insuficiente, os testes podem ser realizados conjugando-se a massa à de outros planos com as mesmas características.”. Contudo, cumpre registrar que o atuário, sempre que possível, deverá utilizar a população do plano de benefício, considerando as características do plano e do perfil da massa de participantes e beneficiários, de modo a avaliar as suas particularidades, conforme preceitua o item 79 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária.

Ainda no que diz respeito à Hipótese da Tábua de Mortalidade Geral, verificou-se diferenças quanto à quantidade esperada e à quantidade ocorrida dos exercícios, vejamos:

Ano	2011	2012
Quantidade esperada no exercício seguinte	14,34	15,54
Quantidade ocorrida no exercício encerrado	6,00	5,00



A BB Previdência, por meio do Demonstrativo Atuarial de 2012, data de avaliação 31/12/2012, manteve a utilização da tábua de mortalidade anterior (AT-83), justificando neste documento que “Embora tenham sido identificadas algumas diferenças significativas entre o esperado e o ocorrido, é importante o acompanhamento no longo prazo, para que se possa identificar divergências que indiquem a necessidade de revisão da premissa utilizada.”

Contudo, quando da realização dos testes de aderência realizados em outubro de 2012, o atuário propõe que: “(...)em decorrência do progressivo aumento da expectativa de vida apresentado pela população brasileira, bem como das tendências do mercado de utilização da Tábua AT - 2000, propomos a modificação da tábua de mortalidade atualmente adotada pelo Plano (...)”. (grifamos)

Cabe registrar que a Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, que altera o subitem 2.4 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, dispõe que:

2.4. A adequação da tábua biométrica utilizada para projeção de longevidade deverá ser atestada por meio de estudo específico cujos resultados comprovem a aderência, nos três últimos exercícios, entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a respectiva tábua biométrica utilizada. (grifamos)

No caso em tela, pelos números apresentados no quadro acima, constata-se que a tábua AT-83 vem se mostrando descolada da massa de participantes, verificando-se, pois, a necessidade de uma política para adoção de uma tábua mais aderente, o que, inclusive, foi sugerido pelo atuário quando da realização dos estudos de aderência.

Considerando o aumento da expectativa de vida, a equipe fiscal entende que o momento é propício para adoção de medidas neste sentido, pois, o uso de tábuas biométricas descoladas da realidade pode resultar em ganhos ou perdas atuariais cumulativos ao longo do

tempo, gerando desequilíbrios estruturais ao plano e a demora de tal decisão pode contribuir para maiores impactos no futuro. Nesse sentido, dispõe o Guia Previc – Melhores Práticas em Fundos de Pensão em seu item 85:

“85. A legislação em vigor estabelece, para efeitos dos cálculos das reservas, uma tábua mínima e uma taxa de desconto máxima. Entretanto, os dirigentes devem buscar sempre os parâmetros mais adequados ao conjunto de participantes de cada plano de benefícios. Observa-se que já há planos que adotam premissas mais conservadoras, mesmo que isto decorra em aumento do custo do plano.” (grifamos)

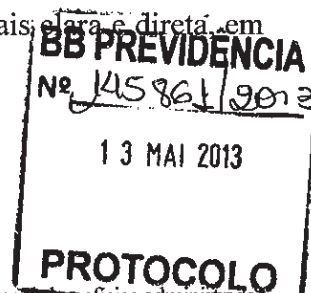
Assim, é recomendável que os diretores e conselheiros participem das discussões acerca das hipóteses atuariais propostas pelo atuário, para o plano de benefício, inclusive aquelas indicadas pelo patrocinador, tendo como base estudos de aderência, com fim de atender as competências atribuídas no art. 22, inciso IX¹, e no art. 46, inciso XII², do estatuto.

Quanto às hipóteses de rotatividade e de crescimento salarial, a entidade apresentou manifestação do patrocinador, atendendo o disposto no item 1.1 do regulamento anexo à Resolução do CGPC nº 18/2006, na qual o patrocinador indica as taxas que guardam relação com sua atividade. Nos estudos acerca da adequação de tais hipóteses para o exercício de 2012, verificou-se que não foram realizados testes de adequação, sob o argumento de que *“(...) Com relação às taxas de rotatividade e de crescimento salarial, estas deverão ser indicadas pelo Patrocinador do Plano, conforme disposto na Resolução CGPC nº 18/2006.”*

O patrocinador tem responsabilidade pelas informações prestadas a respeito das hipóteses atuariais que guardem relação com a sua atividade, tais como crescimento salarial e rotatividade, que são determinantes no processo de definição dessas hipóteses. Porém, é recomendável que o atuário, mesmo nas hipóteses indicadas pelo patrocinador, identifique o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano de benefícios por meio de estudos de aderência (item 67 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária).

No que diz respeito às informações prestadas pela entidade no Demonstrativo Atuarial – DA do plano de benefício CPRM PREV, data de avaliação 31/12/2011, o atuário, ao tratar da hipótese de crescimento real de salário, esclareceu que a divergência apurada entre a quantidade esperada no exercício seguinte (1,0) e a quantidade ocorrida no exercício encerrado (9,50), **“(...) é relativa à inflação que está embutida no reajuste do salário dos participantes”**. A entidade, instada a se manifestar acerca das razões da não utilização da projeção de crescimento **real** de salário, quando da informação da quantidade ocorrida no exercício encerrado, esclareceu que no DA de 2011 teve dificuldade em fazer-se entender quando da apresentação dos eventos ocorridos para tal premissa. Assim, reconhecendo que esta não era a melhor forma de apresentação da premissa em referência, a BB Previdência no DA de 2012 descontou a variação de inflação, informada pela patrocinadora.

Considerando tal correção, constatou-se que a informação ficou mais clara e direta, em consonância com o item 85 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária:



¹ Art. 22. Compete, privativamente, ao Conselho Deliberativo:

(..)

IX – zelar pela adequação e aderência da política de investimento, das premissas e das hipóteses atuariais dos planos de benefícios administrados pela BB PREVIDÊNCIA;

² Art. 46. Compete à Diretoria Executiva:

(...)

XII – comunicar ao Conselho Deliberativo acerca da adequação e aderência da política de investimento, das premissas e das hipóteses atuariais dos planos de benefícios administrados pela BB PREVIDÊNCIA;

“85 Todas as hipóteses atuariais utilizadas nas avaliações atuariais e respectivos fundamentos devem ser amplamente divulgados em linguagem simples e precisa aos participantes e assistidos do plano no relatório anual de informações.” (grifamos)

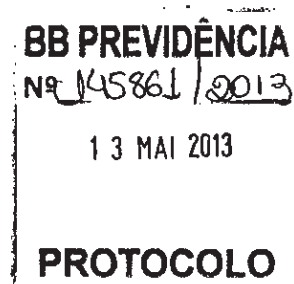
O Guia PREVIC – Melhores Práticas em Fundos de Pensão, em seu item 58, ressalta a importância da definição das hipóteses utilizadas, do seu conhecimento, do seu funcionamento e da identificação do impacto das mesmas sobre o plano. Conclui ainda que **“É indispensável que seja constante o cuidado com a adequação das hipóteses, como forma de assegurar o correto dimensionamento das contribuições e o real valor das reservas.”**

Neste contexto, é fundamental o papel do Conselho Fiscal, uma vez que a legislação imputa a este órgão a atribuição de se manifestar, por meio de relatórios de controles internos, no mínimo semestrais, acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, conforme disposto no art. 19 da Resolução CGPC nº 13/2004. Constatou-se diante da análise destes relatórios, que o Conselho Fiscal ao se manifestar sobre a aderência das hipóteses, em grande parte do relatório limita-se a reproduzir a análise e justificativas do atuário sobre a aderência das hipóteses. Isto não significa que o Conselho não emita suas opiniões embasadas em relatórios e dados produzidos pela administração da EFPC, mas **recomenda-se** que o Conselho Fiscal emita suas próprias conclusões, fundamentadas a partir da convicção formada após análise das informações disponíveis.

Cabe ressaltar que, ao se manifestar acerca dos testes realizados pelo atuário para a Tábua de Mortalidade Geral, o Conselho Fiscal concluiu equivocadamente que **“Dessa forma, os testes já realizados para a Tábua de Mortalidade Geral não indicaram se deveria ou não haver modificação das hipóteses utilizadas nas Avaliações Atuariais.”** (2º semestre de 2012). No que diz respeito ao Plano de Benefício CPRM PREV, conforme registrado acima, o atuário, em decorrência do progressivo aumento da expectativa de vida apresentado pela população brasileira, bem como das tendências do mercado de utilização da Tábua AT - 2000, propôs a modificação da tábua de mortalidade atualmente adotada pelo Plano.

Em relação à taxa de juros, verificou-se que a entidade utilizou o percentual de 6% (seis por cento) no período de 2008 a 2012, nos moldes do item 4 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, na sua redação original. Conforme dados encaminhados pela BB Previdência, constatou-se uma variação negativa em relação à meta atuarial quando comparado com o retorno de investimento nos anos de 2008, 2010 e 2011 e variação positiva nos anos de 2009 e 2012, vejamos:

CPRM		
ANO	RENT.	META ATUARIAL
2008	-0,14%	12,87%
2009	25,26%	10,36%
2010	10,46%	12,35%
2011	8,85%	12,44%
2012	19,74%	12,57%



Como o cenário aponta para uma redução da taxa de juros de longo prazo, os Fundos de Pensão tendem a encontrar maiores dificuldades em obter títulos com remuneração atrativa para suas carteiras. Tal situação reforça a necessidade cada vez maior de revisão da taxa de juros e um acompanhamento rigoroso da rentabilidade dos ativos.

Nesse sentido, quando da realização dos testes estatísticos de aderência em outubro de 2012, da hipótese real de taxa de juros, o atuário concluiu que:

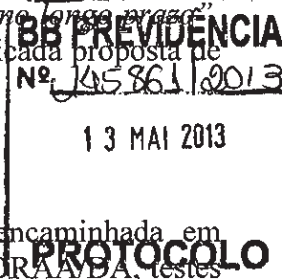
“Com o intuito de verificar a aderência da taxa de juros, avaliou-se o Relatório de Divergência Não Planejada, referente ao período de janeiro de 2007 ou desde a criação do plano, caso esta seja posterior, a agosto de 2012. Apesar da rentabilidade acumulada ser superior à meta atuarial no período observado, em consonância com as tendências do mercado, sugerimos a alteração gradual na taxa de juros, até que seja utilizada a taxa de 5% a.a.”(grifamos)

Constatou-se, diante da leitura do DA de 2012 (data de avaliação 31/12/2012), a alteração da taxa de juros, sob a justificativa de que *“A alteração de 6% a.a. para 5% a.a está consonância com a tendência de queda da taxa de juros e em linha com o mercado e as expectativas desta entidade.”* Tal alteração encontra-se em conformidade com as mudanças propostas pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012.

No que diz respeito à hipótese sobre composição de família de pensionistas, verificou-se a alteração da premissa no DA de 2011, data de avaliação 31/12/2011, com relação ao DA de 2010, vejamos:

DA 2010	DA 2011
Cônjuge 5 (cinco) anos mais jovem que o participante e 2(dois) filhos, sendo um 25 anos mais jovem que o participante e outro 30 anos. Os filhos serão elegíveis até os 21 anos.	Cônjuge (beneficiário vitalício) 5 (cinco) anos mais jovem que o participante. Filho (beneficiário temporário) 25 anos mais jovem que participante (qualidade de beneficiário até completar 21 anos).

A EFPC, ao tratar da justificativa da utilização da nova hipótese, apenas informa que *“... a premissa utilizada reflete a situação do grupo de participantes do plano no longo prazo.”* Nos testes estatísticos acerca da aderência das hipóteses atuariais, não foi verificada a alteração da citada hipótese.



3.2.2. Posição da entidade:

A posição da entidade foi colhida por meio de documentação encaminhada em atendimento às solicitações de informações e documentos, especialmente nos testes estatísticos de aderência, notas técnicas atuariais e relatórios de controles internos.

3.2.3. Conclusão:

Diante das inconsistências descritas acima, **determina-se** a entidade que, no prazo de 30 (trinta) dias:

- considerando a sugestão do atuário acerca da alteração da tábua de mortalidade, **apresente manifestação/justificativa do Conselho Deliberativo** para não revisão da tabua de mortalidade, conforme competência atribuída pelo art. 22, inciso IX do estatuto e item 60 do Guia;
- no que diz respeito à hipótese sobre composição de família de pensionistas, considerando alteração ocorrida no DA de 2010 para o DA de 2011, **encaminhe estudos** que embasaram a alteração, nos termos do item 1.2 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, bem como testes de impacto da modificação da hipótese, observando o seu efeito nas provisões, no custeio e no resultado do Plano de Benefício.

Considerando que os guias de melhores práticas são diretrizes gerais sobre alguns temas da legislação específica de previdência complementar, bem como em razão da exposição acima, **recomenda-se**:

- a) quando do acompanhamento da adequação das hipóteses atuariais, que o atuário, sempre que possível, utilize a população do plano de benefício, considerando as características do plano e do perfil da massa de participantes e beneficiários, de modo a avaliar as suas particularidades, conforme preceitua o item 79 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária;
- b) no que diz respeito às considerações acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, proferidas no relatório de controle interno, emitido em atenção ao disposto no art. 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, considerando o disposto nos itens 15 e 21 do Guia Previc – Melhores Práticas em Fundos de Pensão, a Previc espera que o Conselho Fiscal aja com independência e autonomia, de forma que possa assumir a responsabilidade sobre o efetivo controle da gestão da entidade. Isto não significa que o Conselho não emita suas opiniões embasadas em relatórios e dados produzidos pela administração da EFPC, mas que emita suas próprias conclusões, fundamentadas a partir da convicção formada após análise das informações disponíveis.
- c) que o atuário identifique o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano de benefícios, por meio de estudos ou testes estatísticos de aderência (item 67 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária), mesmo nas hipóteses indicadas pelo patrocinador, tais como crescimento salarial e rotatividade.

3.3. CUMPRIMENTO DO PLANO DE CUSTEIO – CPRM

3.3.1. Descrição e Análise dos Fatos:

O artigo 18 da Lei Complementar nº 109/2001, de 29 de maio de 2001, prevê que o plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, que farão frente aos pagamentos da EFPC, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

O objetivo deste item é examinar o cumprimento do plano de custeio do Plano de Benefício CPRM PREV, cadastrado sob o CNPB nº 1996.0048-83, na modalidade mista. Neste sentido, foi observada a aderência dos valores das contribuições e sua consignação contábil, bem como os documentos comprobatórios destas contribuições.

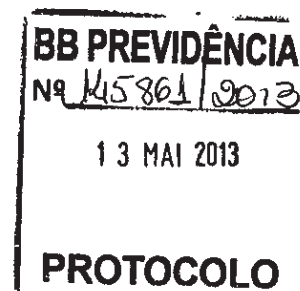
Ressalta-se inicialmente que nesta ação fiscal não foi realizada auditoria atuarial para dimensionamento das provisões matemáticas, serviço passado, apuração dos custos por benefício e das despesas administrativas, bem como na determinação do custeio necessário à constituição das referidas provisões para fazer frente às despesas administrativas.

O Plano CPRM PREV, modalidade mista, assegura os seguintes benefícios, conforme dispõe o art. 31 do seu Regulamento:

“Art. 31 O Plano de Benefícios de que trata o presente Regulamento assegura:

I. aos participantes:

- a) Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Contribuição*
- b) Renda Mensal de Aposentadoria Antecipada;*
- c) Renda Mensal de Aposentadoria por Idade;*
- d) Renda Mensal de Aposentadoria Especial;*
- e) Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez;*
- f) Renda Mensal de Auxílio-doença.*



II. aos beneficiários:

a) Renda Mensal de Pensão por Morte.

Os benefícios, previstos no regulamento, de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Antecipada, por Idade e Especial serão tratados daqui por diante por **benefícios programados** e a Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez, a Renda Mensal de Auxílio-Doença e a Renda Mensal de Pensão por Morte, serão daqui por diante tratados por **benefícios de risco**.

Segundo artigo 64, do regulamento, os benefícios descritos acima serão suportados pelas seguintes fontes de receita: contribuição mensal da patrocinadora, dos participantes ativos e autopatrocinados; contribuição anual da patrocinadora dos participantes ativo e autopatrocinados sobre o 13º salário/abono anual; dotação inicial em valor apurado atuarialmente; contribuição extraordinária da patrocinadora referente ao tempo de serviço passado; contribuição especial de participantes; receitas de aplicações do patrimônio; doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias; reversão das parcelas relativas às reservas patronais de popança não resgatáveis; reversão de valores de benefícios alcançados pela prescrição; recursos decorrentes da portabilidade.

Os benefícios previstos no regulamento serão custeados segundo o art. 66, no que tange a benefícios de risco, e segundo o art. 67, no que tange aos benefícios programados, da seguinte forma:

“Art. 66 Observada as limitações legais, a Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez, a Renda Mensal de Auxílio-Doença e a Renda Mensal de Pensão por Morte de participante ativo ou de aposentado por invalidez serão custeadas por contribuições mensais calculadas atuarialmente e corresponderão, a partir de 01.01.2004, a valores apurados da seguinte forma:

I. dos participantes, com base na tabela abaixo:

SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO (SP)	CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR
SP ≤ ½ UR	1% X SP	-
½ UR < SP ≤ 1 UR	2% X SP	0,5% X UR
SP > 1 UR	2,60% X SP	1,10% X UR

UR = Unidade de Referência.

II. da Patrocinadora correspondente ao somatório das contribuições mensais dos participantes de que trata o inciso I deste artigo, limitado à 1,92% (um vírgula noventa e dois por cento) da folha mensal de salários dos participantes, observado o disposto no § 2º do artigo 65.

Art. 67 *A Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Antecipada, por Idade e Especial, incluída a respectiva reversão para os beneficiários de Renda Mensal de Pensão por Morte, serão custeadas pelas seguintes contribuições:*

I. mensais dos participantes por eles fixadas no mês de recolhimento de sua primeira contribuição, podendo ser revista em setembro de cada ano em percentual não inferior a 2% (dois por cento) do respectivo Salário-de- Participação;

II. mensais da Patrocinadora correspondente ao somatório das contribuições mensais dos participantes de que trata o inciso I do caput deste artigo, observado como limite a diferença entre 7% (sete por cento) da folha mensal de salários dos participantes e a contribuição mensal prevista no inciso II do artigo 66;

BB PREVIDENCIA
Nº 145861/2013

13 MAI 2013

PROCOLO

III. contribuição anual da Patrocinadora e dos participantes sobre o 13º salário em valor igual à contribuição mensal;

IV. especiais dos participantes, de natureza voluntária, sem contrapartida da Patrocinadora, em percentual não inferior a 20% (vinte por cento) do seu Salário-de-Participação.”

Integra ainda ao custeio, contribuição extraordinária³ recebida da patrocinadora, referente ao tempo de serviço passado. Contudo, considerando que a auditoria da contribuição extraordinária é objeto de escopo específico de fiscalização, a presente análise ficará restrita à verificação da entrada desses valores para custeio do plano, bem como seu registro contábil.

Quanto ao custeio das despesas administrativas do plano, verificou-se que o mesmo será atendido por taxa de administração, cujo percentual não poderá exceder a 3% (três por cento) do total das receitas de contribuições da patrocinadora e dos participantes previstas no Regulamento, exceto daquelas a que se refere o inciso V⁴ do artigo 64, conforme determina o artigo 79⁵ do Regulamento.

Cumpram registrar inicialmente que a entidade comprovou a aprovação, pela Diretoria Executiva da entidade e pela patrocinadora Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, dos planos de custeio e dos percentuais de taxas de administração para os anos de 2008 a 2012, conforme disposto no artigo 65 do regulamento do plano de benefícios em questão.

Foram disponibilizados à fiscalização os Regulamentos vigentes no período fiscalizado, os Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA e Demonstrações Atuariais – DA; informações consolidadas das contribuições mensais patrocinadores, participantes ativos e autopatrocinados, por meio de planilhas eletrônicas, e cadastro de participantes.

De forma a validar as informações disponibilizadas pela entidade, foram efetuados, por amostragem, testes para verificação da conformidade das contribuições efetuadas com o estabelecido nos planos de custeio relativos ao período de 02/2008 a 12/2012, face às proposições do atuário e às regras estabelecidas no Regulamento, bem como realizado confronto destas informações com a contabilidade e com os extratos bancários fornecidos pela entidade.

A seguir considerações sobre a verificação da conformidade das contribuições, da amostra selecionada, por tipo de participante:

a) Participantes ativos:

Conforme solicitação, a entidade apresentou planilha com o valor consolidado das contribuições dos participantes ativos e respectiva contribuição da patrocinadora, por competência.

Para comprovar a aderência destes valores ao plano de custeio, estipulado no regulamento do plano e nos DRAA/DA, foram selecionadas, aleatoriamente, as competências

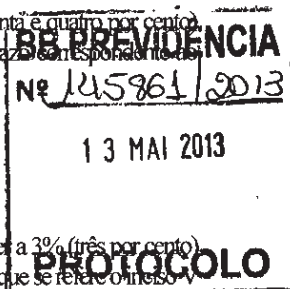
³ Art. 69. A contribuição da Patrocinadora relativa ao tempo de serviço passado referida no inciso V do artigo 64 corresponderá ao somatório das contribuições mensais de cada participante fundador, obtidas pela aplicação de 6,484% (seis vírgula quatrocentos e oitenta e quatro por cento) sobre o salário-base, inclusive 13º salário, capitalizadas mensalmente até julho de 1996 a juros de 6% ao ano, pelo prazo em que o participante estiver empregado em atividade remunerada.

⁴ Art. 64 Os benefícios previstos neste Regulamento serão suportados pelas seguintes fontes de receitas::

(...)

V - contribuição extraordinária da Patrocinadora referente ao tempo de serviço passado, em valor apurado atuarialmente;

⁵ Art. 79 A taxa de administração que objetiva cobrir as despesas administrativas da BB Previdência não poderá exceder a 3% (três por cento) do total das receitas de contribuições da Patrocinadora e dos participantes previstas neste Regulamento, exceto daquelas a que se refere o inciso V do artigo 64.



setembro de 2008 a 2012, e com o fim de validar as contribuições individuais, foram selecionadas amostras de participantes, dentro de cada competência.

Solicitada, a entidade apresentou planilha com o cálculo das contribuições totais referentes aos participantes ativos selecionados na amostra, para benefícios de risco e programados, bem como as respectivas fichas financeiras de cada um destes participantes.

Não foram verificados erros ou inconsistências nas contribuições individuais dos participantes da amostra, tanto para o benefício de risco quanto para benefício programado.

A entidade apresentou Mapa Resumo das competências da amostra, onde evidencia os valores mensais arrecadados pela EFPC, tanto dos benefícios de risco quanto dos benefícios programados. Tais valores foram confrontados com aqueles informados nas planilhas consolidadas e com os respectivos registros contábeis.

Para os valores apresentados nas planilhas consolidadas, a entidade demonstrou a regularidade do recebimento e do registro contábil das contribuições referentes aos participantes ativos, tanto para os benefícios de risco quanto para os benefícios programados não sendo apresentadas, para as amostras, divergências significativas.

Também foi observada, para os participantes ativos, a conformidade dos procedimentos de controle adotados pela entidade quanto ao recebimento dos valores repassados pela Patrocinadora, a exemplo da conciliação bancária e da conferência das críticas geradas pelo sistema de arrecadação.

Na planilha de informações consolidadas das contribuições mensais de participantes ativos, foram encontradas divergências nos valores da taxa de carregamento, com os valores obtidos pela PREVIC, calculados de acordo com o estipulado no regulamento do plano e nos DRAA/DA, para os meses de setembro a dezembro de 2012, bem como para o 13º de 2012. A fiscalização questionou este fato e a entidade em 10/04/2013, informou:

“1. Em relação ao questionamento quanto à não informação do valor referente ao custeio administrativo do plano CPRM PREV nos meses de setembro a dezembro de 2012, 13º inclusive, esclarecemos que:

A Taxa de Carregamento do plano CPRM PREV, incidente sobre os aportes patronais e pessoais, passou de 3,0% (três por cento) para 0% (zero por cento) por solicitação da Patrocinadora, e com aprovação da Diretoria Executiva da BB PREVIDÊNCIA (conforme documentação em anexo), com vigência a partir de setembro de 2012.”

Com o intuito de comprovar a declaração, a entidade disponibilizou cópia da carta nº 07/2012-PR/CPRM, de 07/08/2012, enviada à EFPC onde a patrocinadora propõe a *“revisão/redução da taxa de carregamento do Plano CPRM Prev, atualmente de 3% (três por cento) ao ano sobre o valor total das contribuições dos Participantes e da Patrocinadora, destinada à cobertura dos serviços de administração do passivo.”*

Ainda, *“Cientes da contratação por essa Entidade de consultoria para revisão do custeio dos planos administrados, solicitamos que, até a conclusão do estudo, a taxa atualmente praticada seja reduzida a zero, imediatamente, compensando-se o custeio correspondente com a utilização do Fundo administrativo do Plano”.*

Disponibilizou, também, cópia do Anexo 3 – Ata 17 de 21/09/2012, que trata da Revisão/Redução da Taxa de Carregamento – Nota DIOPE/GEMAT- 963/2012, de 06/09/2012, onde consta que *“A Diretoria Executiva, ao aprovar a Nova Diope/Gemat 963/2012, de 06/09/2012, registrou que a presente decisão deverá ser reavaliada após a conclusão da consultoria mencionada no item 5.3.”*

No item 5.3 do anexo 3, anteriormente citado, a entidade declara o seguinte:

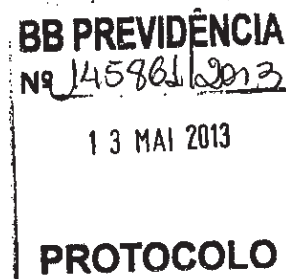
- 5.3. Está em fase de elaboração pela consultoria JCM&B estudo que verificará a relação entre receitas e despesas de cada plano administrado pela BB Previdência.

Constam respectivamente dos itens 6 e 7, do mesmo anexo, a análise e a proposta elaboradas pelo atuário:

6. Análise

- 6.1. O saldo do Fundo Administrativo em julho de 2012 é de R\$ 2.689.369.
- 6.2. De acordo com o histórico de despesas do Plano CPRM, item 5.5, e diante do volume do Fundo Administrativo, item 6.1, evidencia-se que a interrupção da receita administrativa, oriunda da taxa de carregamento, para o período proposto, não trará dificuldade do Plano para arcar com suas despesas.
- 6.3. A interrupção da taxa de carregamento no período não resultará em desequilíbrio para o plano. Em relação as contribuições para Parte Programada do Plano, a parcela que seria destinada ao custo administrativo será creditada em saldo de contas. A contribuição dos participantes para Parte de Risco será apurada conforme tabela abaixo:

SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO (SP)	CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR
SP < ½ UR	0,854%	-
½ UR < SP < 1 UR	1,707%	0,427%
SP > 1 UR	2,221%	0,941%



7. Proposta

- 7.1. Reduzir a Taxa de Carregamento do Plano CPRM Prev, dos atuais 3% sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadoras, para zero de setembro de 2012 até a entrada em vigor dos resultados obtidos na conclusão do trabalho citado no item 5.3, sendo o custeio correspondente compensado pela utilização do Fundo Administrativo.

Em 18/10/2012, o Diretor Presidente da EFPC envia correspondência PRESI-110/2012, ao Diretor Presidente da CPRM, com o seguinte teor:

“Em atenção à solicitação objeto de seu expediente em destaque, informamos que a Diretoria desta Entidade analisou e aprovou a redução da taxa de carregamento, incidente sobre os aportes patronais e pessoais efetuados ao Plano, passando dos atuais 3,0% para zero, com vigência a partir de setembro de 2012, e até a conclusão de trabalho em curso nesta Entidade para a revisão da relação receita/despesa plano a plano.

Na vigência da presente decisão as despesas inerentes ao Plano CPRM Prev serão suportadas pelo Fundo Administrativo”.

No entanto, considerando a redução da taxa de carregamento, “passando dos atuais 3,0% para zero, com vigência a partir de setembro de 2012, e até a conclusão de trabalho em curso nesta Entidade para a revisão da relação receita/despesa plano a plano.”, conforme a entidade declarou, **determinamos** à mesma que envie cronograma com previsão do término dos trabalhos.

Constatou-se a existência de contribuição extraordinária recebida da patrocinadora, e foi solicitado, pela fiscalização, que a entidade se posicionasse a respeito. Em 11/04/2013 a entidade declara:

“1. Em relação à solicitação da memória de cálculo das contribuições extraordinárias do Plano CPRM PREV, informamos:

As contribuições extraordinárias do Plano são vertidas para custear a compra do TSP (Tempo de Serviço Passado) dos participantes fundadores do Plano. O pagamento é realizado anualmente, no mês de julho.

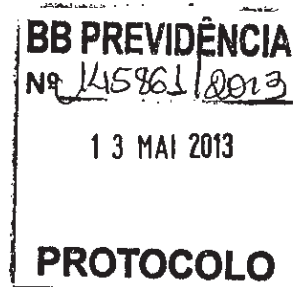
O cronograma dos recolhimentos anuais para amortização dessas contribuições foi estabelecido na Nota Técnica Atuarial enviada na aprovação do plano, com posição em 01/07/1996:

Posição: 01/07/1996

Data do recolhimento Valor atual da contribuição

(R\$)

<i>jul/2008</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2009</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2010</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2011</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2012</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2013</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2014</i>	<i>2.291.179,96</i>
<i>jul/2015</i>	<i>2.291.179,96</i>



Conforme estabelecido na Nota Técnica, os valores das contribuições apresentadas devem ser atualizados de acordo com a variação do IGP-DI, disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescidos de juros de 6% a.a.”

Ficou comprovado, por amostragem, o efetivo recebimento das contribuições extraordinárias pela EFPC e o registro contábil destes valores.

Cabe lembrar, como já foi dito anteriormente, que a presente análise se restringiu à entrada desses valores para custeio do plano, bem como seu registro contábil.

O regulamento do plano prevê a contribuição especial de participantes de acordo com o inciso VI do art. 64 do regulamento, que assim dispõe:

“Art. 64 Os benefícios previstos neste Regulamento serão suportados pelas seguintes fontes de receitas:

(...)

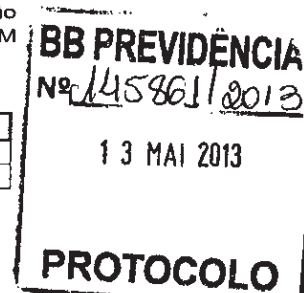
VI - contribuição especial dos participantes, inclusive daqueles que tenham optado pelo instituto do benefício proporcional diferido, em percentuais e épocas por eles definidos;”

A entidade foi solicitada a informar a respeito desta contribuição e assim responde:

SID 05 - ITEM 1.2

1. Segue abaixo relação dos participantes que realizaram contribuição especial, conforme disposto no art. 64 do regulamento do plano CPRM Prev, no período de 02/2008 a 12/2012.

MATRICULA	NOME	CPF
000634255	CRISTIANE NERES SILVA	669696545-91
000714097	PEDRO AURELIO CERVEIRA CORDEIR	510458937-49



Brasília, 11 de abril de 2013.

Diante da informação acima, a entidade foi instada a comprovar, para cada um dos participantes listados, o valor da contribuição, a competência a que se refere e o efetivo recebimento deste valor por parte da entidade.

A EFPC apresentou boleto bancário, comprovante de pagamento e ficha financeira dos participantes, demonstrando o recebimento por parte da entidade, da contribuição especial. A entidade comprovou, também, o registro contábil destes valores.

b) Participantes Autopatrocinaados:

Conforme solicitação, a entidade apresentou, para os participantes autopatrociandos, planilha com o valor consolidado de suas contribuições, bem como a relação destes participantes no período fiscalizado.

Para comprovar a aderência destes valores ao plano de custeio, estipulado no regulamento do plano e nos DRAA/DA, foram selecionadas, aleatoriamente, as competências 05/2008, 09/2009, 09/2010, 09/2011 e 09/2012, e com o fim de validar as contribuições individuais, foram selecionadas amostras de participantes, dentro de cada competência.

Solicitada, a entidade apresentou planilha com o cálculo das contribuições individuais dos participantes da amostra, para benefícios de risco e programados, bem como as respectivas fichas financeiras de cada um destes participantes.

Os valores foram confrontados com os registros contábeis e as divergências apresentadas foram explicadas pela entidade.

Diante disto, não foram verificados erros ou inconsistências nas contribuições individuais dos participantes da amostra, tanto para o benefício de risco quanto para benefício programado, nem tão pouco para os valores das contribuições consolidadas constantes das planilhas enviadas pela EFPC, nas competências selecionadas na amostra. A entidade comprovou a regularidade dos registros contábeis para a amostra.

Foram encontradas divergências na planilha de valores consolidados do autopatrocinado, nas competências 04/2011, 12 e 13º/2011, de 01 a 12/2012 e 13º/2012. A entidade foi solicitada a esclarecer estas divergências, e assim declarou:

“1. Em relação ao questionamento quanto à não informação do valor referente ao custeio administrativo do plano CPRM PREV nos meses de setembro a dezembro de 2012, 13º inclusive, esclarecemos que:

A Taxa de Carregamento do plano CPRM PREV, incidente sobre os aportes patronais e pessoais, passou de 3,0% (três por cento) para 0% (zero por cento) por solicitação da Patrocinadora, e com aprovação da Diretoria Executiva da BB PREVIDÊNCIA (conforme documentação em anexo), com vigência a partir de setembro de 2012.”

A comprovação da declaração acima já foi objeto de esclarecimento no item contribuição dos participantes ativos.

A entidade demonstrou a regularidade do recebimento e do registro contábil das contribuições referentes aos autopatrocinados para o plano CPRM.

c) Participantes Assistidos:

A entidade foi instada a informar se havia, no período fiscalizado, contribuição mensal, ou outra, referente aos participantes assistidos, tendo em vista o §2º do Art. 65 do regulamento:

“Art. 65 O Plano de Custeio dos benefícios bem como o percentual da taxa de administração previstos neste Regulamento será aprovado anualmente pela Diretoria Executiva da BB PREVIDÊNCIA e pela Patrocinadora.

§ 1º Independentemente do disposto neste artigo, o plano de custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do Plano de Benefícios.

§ 2º Eventual resultado deficitário no Plano de Benefícios será equacionado pela Patrocinadora, pelos participantes e assistidos na proporção existente entre suas contribuições.”

Atendendo ao questionamento da fiscalização a entidade, em 26 de março 2013, assim respondeu:

“O plano de custeio vigente do CPRM PREV não prevê qualquer tipo de contribuição de responsabilidade dos participantes assistidos.

(...)

Nesse caso, entendemos que a proporção contributiva refere-se ao período em que o saldo de contas que deu origem ao benefício, atualmente deficitário, foi constituído. Portanto, a proporção contributiva aqui deve ser observada não como efetivamente vertida enquanto assistido, mas sim vertida pelo assistido enquanto na condição de participante ativo que contribuiu para constituição de seu benefício.

Cabe ressaltar que a BB Previdência possui uma equipe de trabalho dedicada a alteração e a melhoria dos regulamentos dos planos. Dessa forma, está prevista revisão na redação do artigo supracitado, com esclarecimentos de que a proporção contributiva pode se referir a períodos passados.”

A fiscalização considerou atendida a solicitação.

O art. 64, inciso IV, do Regulamento do Plano de Benefício prevê dotações iniciais em valor apurado atuarialmente conforme disposto:

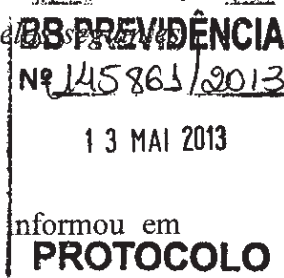
“Art. 64 Os benefícios previstos neste Regulamento serão suportados pelas seguintes fontes de receitas:

(...)

IV - dotação inicial da Patrocinadora em valor apurado atuarialmente;”

Questionada sobre as dotações iniciais da patrocinadora a entidade em 26/03/2013:

“1. Em relação à solicitação das dotações iniciais do plano CPRM PREV, esclarecemos que não foi definido para o plano citado dotações iniciais, da patrocinadora, no período a que se refere.”



A fiscalização considerou esclarecido o questionamento.

Considerando previsão regulamentar para cancelamento da inscrição do participante⁶, quando do não recolhimento por 03 (três) meses consecutivos das contribuições devidas nos termos do regulamento, foi analisada, por meio de amostra, a relação de inadimplentes do plano de benefícios, bem como os controles envolvidos para acompanhamento/monitoramento da cobrança das contribuições em atraso dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados.

No que diz respeito à relação de participantes inadimplentes, constatou-se que, para aqueles em que a inadimplência das contribuições persistia por mais de 03 (três) meses consecutivos, não havia ocorrido formalmente o cancelamento de sua inscrição.

O não cumprimento dos termos do regulamento do plano enseja a instauração de procedimento administrativo disciplinar, com fundamento no artigo 90 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003. Contudo, durante a ação fiscal a entidade apresentou cópia das cartas de notificação enviadas aos participantes, acompanhadas dos respectivos comprovantes de envio pelos correios, demonstrando a adoção das medidas iniciais descritas no § 2º do artigo 78 do Regulamento. Diante do exposto, conclui-se pela aplicação da prerrogativa do disposto no §2º do artigo 22 do Decreto nº 4.942/2003. Contudo, **determina-se** que a BB Previdência encaminhe documentação comprovando o recolhimento das contribuições em atraso ou, no caso de não ter havido manifestação por parte do participante, no prazo regulamentar, o cancelamento de sua inscrição no plano.

Quanto ao processo de acompanhamento e monitoramento da cobrança de contribuições em atraso dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, a entidade esclareceu que possui um módulo em sistema próprio que trata a inadimplência das contribuições, nos seguintes termos:

“A BB Previdência possui um módulo em sistema próprio para tratar a inadimplência onde é emitido mensalmente relação por empresa/plano, de todas as contribuições que não foram recebidas no período.

A premissa da BB Previdência para análise das contribuições em aberto é a continuidade do participante no plano. Dessa forma há um programa de advertência que detecta a inadimplência a partir do primeiro mês.

Para o participante inadimplente há um mês, é gerada e enviada uma correspondência onde é comunicada a existência de contribuição em aberto. Se a inadimplência persiste no mês seguinte, é gerada e enviada uma correspondência de advertência sobre o possível cancelamento da inscrição no plano. Caso o participante permaneça três meses consecutivos sem contribuir é gerada a carta com o comunicado de cancelamento de inscrição no plano e enviada através de carta registrada (AR).

Em todas as comunicações é enviada a instrução para emissão de segunda via de boleto bancário para liquidação.

Quando do recebimento da resposta da carta registrada (AR) é impostada a data e protocolo no sistema para início da contagem do prazo de trinta dias.

Mensalmente é realizada a análise do relatório com o prazo do recebimento do AR.

Ao expirar o prazo e não ocorrendo a regularização da dívida, ocorre a marcação no sistema de controle de contribuições para cancelamento do participante no plano.

⁶ Art. 78 (...)

§ 2º O não recolhimento por três meses consecutivos das contribuições devidas nos termos deste Regulamento importará no cancelamento da inscrição do participante, após o decurso do prazo de trinta dias da notificação que lhe for feita, por carta registrada, para pagamento imediato do débito.

Essa informação é enviada ao sistema de cadastro que efetiva o cancelamento, comprovado com o processo digitalizado.

A BB Previdência, em 18/04/2013, complementando esclarecimentos acerca do processo de acompanhamento e monitoramento da cobrança de contribuições em atraso, acrescentou que:

“A BB Previdência, para aperfeiçoar seu processo de cobrança e informação com relação aos participantes inadimplentes, desenvolveu módulo de gerenciamento que possibilita a identificação de inadimplência, com base nas condições parametrizadas, dado o regulamento de cada plano.”

A recente entrada em produção do módulo favorece a apuração sistematizada dos inadimplentes, permitindo a regularização de casos com comunicação aos participantes e, caso necessário, cancelamento do plano.

A partir dessa identificação, o sistema possibilita a geração automática do comunicado de cancelamento da inscrição do participante no plano e o acompanhamento do prazo legal para sua manifestação.”

Com relação ao módulo de gerenciamento do sistema, que possibilita a identificação de inadimplência com base nas condições parametrizadas, dado o regulamento de cada plano, a entidade informou, durante a visita fiscal, que está em fase de implantação, por prioridade, acrescentando que o plano PREV CPRM ainda não havia sido contemplado. Considerando que a não adoção de medidas por parte da entidade quando da efetivação de inadimplência de contribuições enseja descumprimento de cláusula regulamentar, **recomenda-se** que a aplicabilidade do módulo em referência, a ser estendida a todos os planos de benefícios, seja tratada com agilidade e prioridade.

Quanto ao processo de monitoramento, acompanhamento do recebimento das contribuições mensais do patrocinador, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, durante a visita fiscal, a entidade apresentou documentação pertinente e disponibilizou o sistema de monitoramento. Segundo a entidade, para os participantes ativos:

“A BB Previdência está homologando um novo sistema que trará melhoria e agilidade ao processo atual. Essa solução proporcionará uma melhor integração entre participante, patrocinadora e BB Previdência, bem como uma melhoria na eficiência do processo da Entidade. O sistema contará com um cadastro online, que realizará críticas cadastrais no próprio formulário disponível na web.(...).

Ao final do processo de conciliação, não havendo pendências, o sistema gerará um boleto com o valor total das contribuições a serem pagas pela patrocinadora que liquidará o valor correto, ou seja, de acordo com os dados constantes no arquivo enviado, sem apresentação de diferenças.”

As informações prestadas pela entidade foram constatadas *in loco*, pela fiscalização, não sendo verificadas irregularidades, diante da amostra utilizada, no processo de monitoramento, acompanhamento do recebimento e cálculo das contribuições mensais.

3.3.2. Posição da Entidade

A posição da entidade foi colhida por meio de documentação encaminhada em atendimento à solicitação de informações e documentos, bem como durante visita fiscal como já descrevemos no desenrolar do item descrição e análise dos fatos, deste relatório.

3.3.3. Conclusão:

A entidade demonstrou a regularidade do recebimento e do registro contábil das contribuições referentes aos participantes ativos e autopatrocinados para o plano CPRM, tanto para os benefícios de risco quanto para os benefícios programados, para as amostras selecionadas.

No entanto, considerando a redução da taxa de carregamento, "*passando dos atuais 3,0% para zero, com vigência a partir de setembro de 2012, e até a conclusão de trabalho em curso nesta Entidade para a revisão da relação receita/despesa plano a plano.*", conforme a entidade declarou, **determina-se** à mesma que, no prazo de 30 dias, envie cronograma com previsão do término dos trabalhos.

Com relação aos participantes inadimplentes, considerando que a entidade demonstrou, durante ação fiscal, providências no sentido de fazer cumprir as exigências descritas no § 2º do artigo 78 do Regulamento, conclui-se pela aplicação da prerrogativa do disposto no §2º do artigo 22 do Decreto nº 4.942/2003, não sendo lavrado auto de infração. Contudo, **determina-se** que a BB Previdência, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Previc documentação comprovando o recolhimento das contribuições em atraso ou, no caso de não ter havido manifestação por parte do participante, no prazo regulamentar, o cancelamento de sua inscrição no plano.

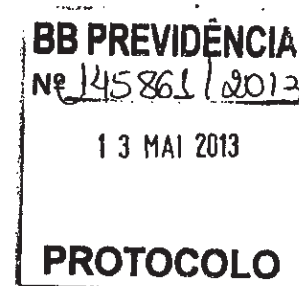
Com relação ao módulo de gerenciamento do sistema, que possibilita a identificação de inadimplência, com base nas condições parametrizadas, dado o regulamento de cada plano, a entidade informou, durante a visita fiscal, que está em fase de implantação, por prioridade, acrescentando que o plano PREV CPRM ainda não havia sido contemplado. Considerando que a não adoção de medidas por parte da entidade, quando da efetivação de inadimplência de contribuições, enseja descumprimento de cláusula regulamentar, **recomenda-se** que a aplicabilidade do módulo em referência, a ser estendida a todos os planos de benefícios, seja tratada com agilidade e prioridade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto e após a conclusão dos exames realizados, registramos que o presente Relatório de Fiscalização visa dar conhecimento sobre os principais apontamentos verificados na fiscalização direta.

Admitir-se-à manifestação à Coordenação de Fiscalização do Distrito Federal, na qual a Entidade encontra-se vinculada, no prazo de 30 (trinta) dias contados após o recebimento deste, apenas acerca dos fatos apontados e que tenham sido objeto de determinação de procedimentos ou determinação passível de aplicação do regime disciplinar.

Fica determinado à Diretoria da Entidade a divulgação do presente Relatório de Fiscalização junto ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo, devendo encaminhar, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento deste, a comprovação de atendimento à presente determinação de procedimento.



QUADRO RESUMO DAS OCORRÊNCIAS VERIFICADAS

ITEM	ESCOPO	OCORRÊNCIA	CONCLUSÃO
3.1	Controles internos Investimentos	Aplicação da prerrogativa do §2º do art. 22 do Decreto 4.942/2003.	Com relação à formalização da Política de Investimento do Plano CPRM PREV, considerando a individualização das políticas por plano de benefício, a partir do ano de 2013, nos termos do disposto no art. 16 da Resolução CMN nº 3.792, bem como em respeito ao disposto nos itens 52 e 60 do Guia de Melhores Práticas em Investimento, verificou-se a correção da irregularidade, conforme prerrogativa do §2º do art. 22 do Decreto nº 4.942/2003.
3.2	Premissas Atuariais	Determinação	<p>a) Considerando a sugestão do atuário acerca da alteração da tábua de mortalidade, determina-se a apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestação/justificativa do Conselho Deliberativo para não revisão das hipóteses em referência, conforme competência atribuída pelo art. 22, inciso IX do estatuto e item 60 do Guia Previc – Melhores Práticas;</p> <p>b) No que diz respeito à hipótese sobre composição de família de pensionistas, considerando alteração ocorrida no Demonstrativo Atuarial - DA de 2010 para o DA de 2011, determina-se o encaminhamento, no prazo de 30(trinta) dias, dos estudos que embasaram a alteração, nos termos do item 1.2 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, bem como testes de impacto da modificação da hipótese, observando o seu efeito nas provisões, no custeio e no resultado do Plano de Benefício.</p> <p>a) Quando do acompanhamento da adequação das hipóteses atuariais, recomenda-se que o atuário, sempre que possível, utilize a população do plano de benefício, considerando as características do plano e do perfil da massa de participantes e beneficiários, de modo a avaliar as suas particularidades, conforme item 79 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária;</p>

BB PREVIDÊNCIA
Nº 145861/2013
13 MAI 2013
PROCOLO

ITEM	ESCOPO	OCORRÊNCIA	CONCLUSÃO
			<p>b) No que diz respeito às considerações acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, proferidas no relatório de controle interno, emitido em atenção ao disposto no art. 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, considerando o disposto nos itens 15 e 21 do Guia Previc – Melhores Práticas em Fundos de Pensão, recomenda-se que o Conselho Fiscal aja com independência e autonomia, de forma que possa assumir a responsabilidade sobre o efetivo controle da gestão da entidade, emitindo suas próprias conclusões, fundamentadas a partir da convicção formada após análise das informações disponíveis;</p>
		<p>e Determinação da Aplicação do §2º do art. 22 do Decreto nº 4.942/2003.</p>	<p>c) Recomenda-se que o atuário identifique o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano de benefícios, por meio de estudos ou testes estatísticos de aderência (item 67 do Guia Previc – Melhores Práticas em Atuária), mesmo nas hipóteses indicadas pelo patrocinador, tais como crescimento salarial e rotatividade.</p>
3.3	Custeio	Determinação	<p>Com relação aos participantes inadimplentes, considerando que a entidade demonstrou, durante ação fiscal, providências no sentido de fazer cumprir as exigências descritas no § 2º do artigo 78 do Regulamento, conclui-se pela aplicação da prerrogativa do disposto no §2º do artigo 22 do Decreto nº 4.942/2003. Contudo, determina-se que a BB Previdência, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Previc documentação comprovando o recolhimento das contribuições em atraso ou, no caso de não ter havido manifestação por parte do participante, no prazo regulamentar, o cancelamento de sua inscrição no plano.</p>
		Recomendação	<p>Considerando a redução da taxa de carregamento, “<i>passando dos atuais 3,0% para zero, com vigência a partir de setembro de 2012, e até a conclusão de trabalho em curso nesta Entidade para a revisão da relação receita/despesa plano a plano.</i>”, determina-se à mesma que, no prazo de 30 (trinta) dias envie cronograma com previsão do término dos trabalhos.</p>
			<p>Com relação ao módulo de gerenciamento do sistema, que possibilita a identificação de inadimplência, e, considerando que a não adoção de medidas por parte da entidade quando da efetivação de inadimplência de contribuições enseja descumprimento de cláusula regulamentar,</p>

BB PREVIDÊNCIA
Nº 145861/2013
13 MAI 2013
PROTOCOLO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Fls. 24

Rubrica *llm*

ITEM	ESCOPO	OCORRÊNCIA	CONCLUSÃO
4	Considerações Finais	Determinação	recomenda-se que a aplicabilidade do módulo em referência, a ser estendida a todos os planos de benefícios, seja tratada com agilidade e prioridade. Determina-se divulgar o presente Relatório de Fiscalização junto aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, devendo comprovar o encaminhamento no prazo de 30 (trinta) dias.

